



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO

REITOR  
**JOSÉ WEBER FREIRE MACEDO**

VICE-REITOR  
**RUBENS RASSELLI**

DIRETORA DO CCJE  
**TÂNIA MARA CORRÊA FERREIRA**

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE DIREITO  
**CATARINA CECIN GAZELE**

COORDENADORA DO COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO  
**SÔNIA MARIA RABELLO DOXSEY**

SECRETÁRIA DEPARTAMENTO DE DIREITO  
**LETÍCIA CECÍLIA PINTO MENEZES**

FUNCIÓNÁRIOS DA SECRETARIA DO DEPARTAMENTO  
**ELIANY TRANCOSO CARVALHO THOMAZ**  
**ARLENE DOS SANTOS VIEIRA**  
**ELIENE ANICETA DO NASCIMENTO**

## APRESENTAÇÃO

Este catálogo, já em sua segunda edição, é editado em um momento muito especial do nosso Curso de Direito, visto que uma vez mais obtivemos o conceito A no Exame Nacional de Cursos promovido pelo MEC, o Provão/2000.

O esforço combinado de professores e alunos que vem ocorrendo ao longo de tantos anos fez com que, graças ao desempenho dos graduados alcançássemos o *1º Lugar do Brasil* no "Provão do MEC" de 1999, em ranking oficial divulgado pelo Ministério. É um feito histórico e uma conquista das universidades públicas, tendo o 2º lugar cabido à USP e o 3º lugar à UERJ, ambas escolas estaduais.

Esse primeiro lugar no país, portanto, colocou a UFES não apenas à frente das Universidades Federais, mas de todos os quase quatrocentos cursos jurídicos do Brasil que se submeteram ao Exame Nacional do MEC.

O outro motivo que torna esse atual momento especial é que em 04 de outubro passado o Curso de Direito comemorou 70 anos de fundação. Fundado em 04 de outubro de 1930, como iniciativa de estudantes capixabas que não possuíam recursos financeiros para estudar no Bacharelado em Direito das Faculdades de outros Estados, o nosso Curso de Direito teve a sua primeira aula no dia 12 de junho de 1931, e desde então vem funcionando sem interrupções, formando operadores do Direito que se destacam no meio jurídico deste Estado e nacionalmente.

Como política de aperfeiçoamento do seu quadro docente, o Departamento de Direito, unidade responsável pela oferta de mais de 80% das disciplinas que formam o Curso de Direito, possui programa de concessão de bolsas para todos os professores efetivos que sejam apenas graduados e que desejem obter sua pós-graduação "lato sensu", já tendo ofertado um Curso de Especialização em Direito Constitucional em 1998, um Curso de Especialização em Direito Processual Civil em 1999, e em 2001 um novo Curso de Especialização em Direito Constitucional.

Externamos, por fim, nossos agradecimentos a todos os docentes que colaboraram na elaboração dos programas das disciplinas e regulamentos que são apresentados no presente catálogo e, em especial, a Fundação Ceciliano Abel de Almeida, sem a qual a concretização deste empreendimento poderia não passar de um sonho.

Vitória, janeiro de 2001

Organizadores:

*Prof. Ricardo Gueiros Bernardes Dias*

*Prof. Francisco Vieira Lima Neto*

*Profª Margareth V. Zaganelli*

*Profª Márcia Benevenuto*

# SUMÁRIO

<b>01. CORPO DOCENTE</b>	pg. 05
<b>02. PROJETO ACADÊMICO-PEDAGÓGICO</b>	pg. 07
<b>03. ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE E DO CURSO DE DIREITO</b>	pg. 13
3.1. Localização	pg. 13
3.2. Estrutura	pg. 13
3.3. Novo currículo	pg. 14
3.4. Carga horária	pg. 14
3.5. Grade curricular (Áreas de concentração/ disciplinas optativas)	pg. 14
<b>04. ESTÁGIOS</b>	pg. 19
<b>05. SEMINÁRIOS</b>	pg. 20
<b>06. AVALIAÇÃO DO CURSO</b>	pg. 20
<b>07. BOLSAS PARA ALUNOS</b>	pg. 21
<b>08. PÓS-GRADUAÇÃO</b>	pg. 21
<b>09. FORMATURA</b>	pg. 21
<b>10. EMENTA DAS DISCIPLINAS</b>	pg. 21
<b>11. PLANOS DE CURSO (POR PERÍODO)</b>	pg. 29
<b>11.1. PRIMEIRO PERÍODO</b>	pg. 29
11.1.1. Introdução às Ciências Sociais	pg. 30
11.1.2. Introdução ao Estudo do Direito I	pg. 32
11.1.3. Economia B	pg. 35
11.1.4. Língua Portuguesa	pg. 37
11.1.5. Filosofia e Ética	pg. 39
<b>11.2. SEGUNDO PERÍODO</b>	pg. 42
11.2.1. Sociologia Aplicada ao Direito	pg. 43
11.2.2. Introdução ao Estudo do Direito II	pg. 45
11.2.3. Teoria do Direito Civil	pg. 48
11.2.4. Teoria do Direito Penal I	pg. 52
11.2.5. Teoria do Estado	pg. 57
11.2.6. História do Direito	pg. 59
11.2.7. Contabilidade Instrumental	pg. 61
11.2.8. Ciências das Finanças e Direito Financeiro I	pg. 64
<b>11.3. TERCEIRO PERÍODO</b>	pg. 66
11.3.1. Teoria da Constituição	pg. 67
11.3.2. Teoria do Direito Processual	pg. 70
11.3.3. Teoria do Direito Penal II	pg. 74
11.3.4. Direito Comercial I	pg. 75
11.3.5. Direito das Obrigações I	pg. 77
11.3.6. Direito Comparado	pg. 79
11.3.7. Fundamentos da Administração Pública	pg. 81
<b>11.4. QUARTO PERÍODO</b>	pg. 83
11.4.1. Direito Processual Civil I	pg. 84
11.4.2. Direito das Obrigações II	pg. 87
11.4.3. Direito Constitucional I	pg. 89
11.4.4. Direito Penal I	pg. 91
11.4.5. Direito Internacional Público	pg. 93
11.4.6. Direito Eleitoral	pg. 95
11.4.7. Direito Internacional Privado	pg. 98
<b>11.5. QUINTO PERÍODO</b>	pg. 100
11.5.1. Direito Processual Civil II	pg. 101
11.5.2. Direito Constitucional II	pg. 104
11.5.3. Direito Processual Penal I	pg. 106
11.5.4. Direito Penal II	pg. 108
11.5.5. Direito de Família	pg. 110

11.5.6. Tipos Contratuais	pg. 116
11.5.7. Direito Ambiental	pg. 118
11.5.8. Direito Comercial II	pg. 120
<b>11.6. SEXTO PERÍODO</b>	pg. 121
11.6.1. Direito Processual Civil III	pg. 122
11.6.2. Direito Processual Penal II	pg. 124
11.6.3. Direito das Coisas	pg. 126
11.6.4. Direito do Trabalho I	pg. 128
11.6.5. Direito Tributário I	pg. 130
11.6.6. Direito Falimentar	pg. 133
11.6.7. Direito do Consumidor	pg. 135
<b>11.7. SÉTIMO PERÍODO</b>	pg. 137
11.7.1. Direito Processual Civil IV	pg. 138
11.7.2. Direito Processual Penal III	pg. 140
11.7.3. Direito Administrativo I	pg. 142
11.7.4. Direito de Sucessões	pg. 145
11.7.5. Prática Juríd. I: Org. Judiciária e Ética Prof.	pg. 147
11.7.6. Seminário Especial de Pesquisa e Extensão I	pg. 149
11.7.7. Direito Tributário II	pg. 151
11.7.8. Direito Previdenciário	pg. 154
11.7.9. Direito Econômico e Comunitário	pg. 156
<b>11.8. OITAVO PERÍODO</b>	pg. 158
11.8.1. Direito Processual Penal IV	pg. 159
11.8.2. Direito Processual do Trabalho	pg. 161
11.8.3. Direito de Navegação e do Comércio Marítimo	pg. 163
11.8.4. Direito Penal III	pg. 165
11.8.5. Estágio de Prática Jurídica Cível	pg. 167
11.8.6. Estágio Supervisionado I	pg. 169
11.8.7. Metodologia da Pesquisa	pg. 170
11.8.8. Seminário Especial de Pesquisa e Extensão II	pg. 172
11.8.9. Direito das Finanças e Direito Financeiro II	pg. 174
11.8.10. Medicina do Trabalho	pg. 176
<b>11.9. NONO PERÍODO</b>	pg. 178
11.9.1. Filosofia do Direito	pg. 179
11.9.2. Monografia I	pg. 181
11.9.3. Estágio de Prática Jurídica Trabalhista	pg. 183
11.9.4. Estágio Supervisionado II	pg. 185
11.9.5. Seminário Especial de Pesquisa e Extensão III	pg. 186
11.9.6. Direito Processual Penal V	pg. 188
11.9.7. Direito Processual Civil V	pg. 190
11.9.8. Direito Coletivo do Trabalho	pg. 193
<b>11.10. DÉCIMO PERÍODO</b>	pg. 195
11.10.1. Estágio de Prática Jurídica Penal	pg. 197
11.10.2. Estágio Supervisionado III	pg. 199
11.10.3. Monografia II	pg. 200
11.10.4. Seminário Especial de Pesquisa e Extensão IV	pg. 201
11.10.5. Direito Penal IV	pg. 203
11.10.6. Direito Processual Civil VI	pg. 205
11.10.7. Direito Administrativo II	pg. 208
11.10.8. Direito Processual Penal VI	pg. 210
11.10.9. Medicina Legal	pg. 212
11.10.10. Direito Portuário	pg. 214
<b>12. REGULAMENTO DA MONOGRAFIA</b>	pg. 216
<b>13. REGULAMENTO DO ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA</b>	pg. 223
<b>14. REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES</b>	pg. 226
<b>15. INDEXAÇÃO DAS DECISÕES MAIS IMPORTANTES</b>	pg. 227

# 1. CORPO DOCENTE

## 1.1. PROFESSORES EFETIVOS

Professor	Cargo fora do magistério	Titulação	Área de atuação no magistério
Álvaro Manoel R. Bourguignon	Desembargador	Mestrado e Doutorado*	Direito Civil e Processual Civil
Annibal de Rezende Lima	Desembargador	Graduação	Direito Civil
Aroldo Limonge	Advogado e Procurador do Estado	Especialização	Direito Processual Civil
Carlos Henrique Bezerra Leite	Procurador do Trabalho	Especialização e Mestrado*	Direito do Trabalho e Processual do Trabalho
Catarina Cecin Gazele	Procuradora de Justiça	Graduação	Direito Penal e Processual Penal
Claudia Vieira de Oliveira Araujo	Juíza de Direito	Graduação	Direito Processual Penal
Cleanto Guimarães Siqueira	Juiz de Direito	Graduação	Direito Processual Civil
Cristiane Mendonça	Advogada e Auditora do Estado	Mestrado e Doutorado*	Direito Tributário
Fernando Estevam Bravin Ruy	Juiz de Direito	Especialização	Direito Penal e Processual Civil
Francisco Vieira Lima Neto	Procurador Federal	Especialização, Mestrado e Doutorado*	Direito Civil e Direito Previdenciário
Geraldo Vieira Simões Filho	Advogado	Mestrado	Direito Constitucional, Eleitoral e Financeiro
Helio Mario de Arruda	Juiz do TRT	Especialização	Direito do Trabalho e Processual do Trabalho
Henrique Geaquinto Herkenhoff	Procurador da República	Especialização	Direito Penal e Previdenciário
Homero Junger Mafra	Advogado	Graduação	Direito Processual Penal
José Alfredo Cabral	Auditor do Tesouro Nacional	Especialização	Direito Tributário
José Arimathea Campos Gomes	Advogado e Procurador da Assembléia	Mestrado*	Teoria do Estado e Direito Constitucional
Luiz Antonio Soares	Juiz Federal	Especialização	Direito Civil
Manoel Alves Rabelo	Desembargador	Mestrado*	Direito Administrativo
Margareth Vetis Zaganelli	Advogada	Mestrado e Doutorado*	Direito Penal e Direito Comparado
Maria de Lourdes V. e Souza *	Juíza do TRT	Graduação	Direito do Trabalho e Processual do Trabalho
Ricardo Gueiros Bernardes Dias	Advogado	Mestrado*	Direito Constitucional, Penal e Processual Penal
Sonia Maria Rabello Doxsey	Advogada	Especialização	Direito Civil
Ulysses Gusman	Procurador de Justiça	Especialização	Direito Penal e Processual Penal

\* titulação em obtenção

## **1.2. PROFESSORES SUBSTITUTOS**

O Departamento de Direito conta com aproximadamente 20 professores substitutos, os quais contribuem sobremaneira para o ensino de qualidade, característica do Curso de Direito da UFES. O Curso também conta com PROFESSORES VOLUNTÁRIOS, os quais, sem remuneração e contratados de acordo com lei federal específica, lecionam disciplinas no curso em razão de sua grande especialização nas matérias.

## **1.3. PROFESSORES DE OUTROS DEPARTAMENTOS**

O curso conta com Professores de outros Departamentos que lecionam disciplinas fora da área jurídica, dentre os quais: Paulo Coppollilo (Médico, Bacharel em Direito e Desembargador do TJ/ES), Anadir Zanotti (Economista), Adriana Pereira Campos (Especialista e Doutoranda em História), Luiz Muramatso (Mestre em Sociologia), José Pedro Lucchi (Doutor em Filosofia).

## **2. PROJETO ACADÊMICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO DA UFES**

### **2.1. CONCEPÇÃO DO CURSO**

A concepção do Curso de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo, que obteve o primeiro lugar no Exame Nacional de Cursos de 1999, é produto da experiência e análise de seus professores, baseando-se na visão de que o Direito tem dois objetivos principais: organizar a sociedade e resolver conflitos, ambas tarefas, todavia, exercidas com base no personalismo ético, uma concepção que reconhece o valor do indivíduo, afastando a possibilidade totalitária e que desvaloriza o ser humano, ao mesmo tempo em que ressalta a responsabilidade social da pessoa humana e limita a autonomia privada confrontando-a com os limites éticos.

A partir dessa concepção do fenômeno jurídico, o ensino do Direito deve pautar-se na apreensão de conhecimentos técnicos que garantam ao profissional formado a capacidade de resolver conflitos com base nas leis, mas sem descuidar de ter sempre em mente que a ordem jurídica não é legítima se não contiver e buscar o ideal de Justiça.

Por tal motivo, o currículo contém as disciplinas obrigatórias *Filosofia e Ética* e *Filosofia do Direito*, esta última em fim de curso justamente para permitir reflexão em espaço privilegiado após o aluno ter apreendido muito da dogmática.

Aquela concepção de Direito gerou também uma grade curricular que concede a possibilidade de especialização na graduação, podendo o aluno optar pela área do Direito Público ou pela do Direito Privado, com o que se atende à sugestão contida na Portaria 1.886/94/MEC e às peculiaridades do mercado local.

Assim, o Curso, em atendimento a recomendação do MEC, permitirá, no último ano, ênfase do tipo especialização nas áreas do Direito (Civil e Comercial; Empresarial; Trabalho; Penal; Público), por meio de:

- Escolha de disciplinas optativas da respectiva área
- Elaboração da Monografia na área escolhida

O Curso está projetado para ser cumprido pelo aluno em 05 (cinco) anos (tempo mínimo) e, por ser de tempo integral, com disciplinas obrigatórias diurnas e optativas noturnas ou vespertinas, o padrão de qualidade será rígido, ficando o aluno limitado ao estudo de 07 disciplinas por semestre.

Para permitir o contato do aluno com temas atuais e polêmicos do fenômeno jurídico, os quais, por sua natureza dinâmica e variável não podem ser abordados em disciplinas normais, de programa naturalmente mais rígidos, criou as disciplinas Seminário Especial (I a IV), nas quais será possível ao docente, em decisão conjunta com os alunos, abordar as novas tendências e os novos assuntos relacionados à área do Direito Público e do Direito Privado e emergentes.

### **2.2. FINALIDADES E OBJETIVOS**

A formação de Bacharéis em Direito que dominem o saber técnico-profissional do Direito, mas que possuam senso crítico e conhecimento sobre a razão de ser de cada instituto e a que interesses atendem, sabendo identificar o verniz ideológico que eventualmente encobre os institutos jurídicos.

Ao lado dessa missão, o Curso de Direito da UFES tem a finalidade de garantir os Direitos da Cidadania, com políticas de assistência à população capixaba, via Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), em especial aos carentes, com serviços de orientação jurídica e assistência judiciária que promovam o respeito aos direitos sociais e individuais do cidadão, em convênio com a Defensoria Pública Estadual já atuando desde a década de 80, agora em prédio novo e equipado. Para aperfeiçoamento desse trabalho, o NPJ contará com instalações de Juizado Especial, em convênio com o Tribunal de Justiça.

É também objetivo do Curso de Direito promover e fomentar a cultura na sociedade capixaba, tão carente de eventos, razão pela qual mantém programação de *educação continuada*, e os eventos jurídicos (seminários, congressos, palestras, cursos) serão, como sempre o foram, abertos aos interessados de fora da Instituição.

A edição da *Jurídica*, a Revista do Curso, um veículo de difusão cultural, com oportunidade para profissionais externos à Instituição publicarem suas obras, vem contribuindo para o incremento da produção acadêmica.

### 2.3 PERFIL DO PROFISSIONAL A SER FORMADO

Instalados os curso de Direito no país em 1828, logo em 1869, com a implantação da reforma do ensino livre, passou o ensino jurídico a ser debatido em busca de seu aperfeiçoamento, em processo que, podemos afirmar, se prolongou durante a República Velha, passando pela reforma de Francisco Campos (1931) até o ano de 1994, quando da publicação da Portaria 1.886/94, norma que atualmente disciplina as diretrizes curriculares e parâmetros dos cursos jurídicos.

Ao nosso Curso de Direito, fundado em 04 de outubro de 1930 e agora reformulado, pareceria certamente pretensão e demasiada arrogância, além de falta de compromisso didático, apresentarmos um perfil profissional desejado pelo graduado pela UFES diferente daquele delineado pela Portaria 1.886/94 e pelas atuais diretrizes traçadas pela Comissão de Especialistas de Direito do MEC, **a uma**, porque o resultado proveio de amplo processo de discussão iniciado em 1992 e cuja metodologia consistiu em obtenção de consenso de professores, alunos, dirigentes, mantenedoras, OAB e especialistas, desaguando em “workshops” promovidos pela mencionada Comissão; **a duas**, porque mesmo as instituições centenárias, com grande tradição no ensino jurídico, encontram-se submetidas a esses parâmetros, justamente porque participaram do processo de sua criação; **a três**, porque o perfil profissional delineado a partir daquele processo revela-se condizente com a realidade deste Estado e harmoniza-se com o programa de qualidade de ensino que a UFES tem o compromisso de manter na educação jurídica superior, como já faz há 70 anos.

Desta forma, com acréscimos decorrentes das peculiaridades do mercado local, entendemos que um profissional graduado pelo Curso de Direito da UFES deva possuir o seguinte perfil:

- a) uma consistente formação generalista e fundada em uma visão humanista do mundo, que lhe permita adequar-se às transformações do fenômeno jurídico sem sofrer processo irreversível de desatualização e percebendo que as soluções que o Direito deve apresentar para os problemas da coletividade e dos indivíduos exigem como pressuposto o respeito à dignidade da pessoa humana;
- b) uma formação técnica apurada e alicerçada em conhecimentos das novas demandas sociais, em especial as decorrentes da sociedade tecnológica, com o graduado possuindo



domínio das técnicas de solução de conflitos, judiciais e extrajudiciais, possíveis graças a um processo permanente, no decorrer do curso, de interação entre teoria e prática;

c) senso profissional que tenha como ponto de sustentação à ética associada à responsabilidade social, com compreensão da relação de causalidade entre fato, valor e norma, assim como percepção crítica da finalidade das normas e princípios jurídicos;

d) uma formação técnica-profissional que o especialize em determinada área do mercado de trabalho sem, contudo, contrapor-se à formação generalista que lhe permitirá manter-se no campo profissional sem irreparável processo de desatualização;

e) capacidade de apreensão, transmissão crítica e produção criativa do Direito, aliada ao raciocínio lógico e à consciência da necessidade de permanente atualização, a partir da sólida base geral fornecida na graduação;

f) capacidade para equacionar problemas e buscar soluções harmônicas com as exigências sociais, inclusive estando habilitado a atuar no processo legislativo;

g) visão atualizada do mundo e, em particular, consciência dos problemas de seu tempo e de seu espaço, conhecendo os problemas jurídicos mais frequentes relacionados ao seu campo territorial de atuação profissional.

O cotejo entre o presente perfil profissional e a grade curricular e os conteúdos programáticos das disciplinas possibilitará perceber a harmonia e a coerência existente entre esses, levando-se à imperativa conclusão de que há total integração entre o perfil desejado do graduado da UFES e os instrumentos e o conteúdo do ensino oferecidos pela instituição.

## 2.4. ÊNFASES

Para atingimento do perfil definido, o curso de Direito da UFES adotará uma política de ensino que tenha ênfase na atividade de pesquisa jurídica - com estímulo da capacidade de pesquisa e uso da legislação, doutrina e decisões judiciais - e atuação prática do aluno, desde os primeiros semestres.

Com efeito, conforme recomendado pela OAB no Relatório sobre o I Seminário de Ensino Jurídico (Natal - RN), o aluno deverá nas aulas, inclusive como instrumento de avaliação, elaborar peças nas quais possa exercitar os conhecimentos teóricos apreendidos nas aulas, de tal sorte que, ao atuar no Núcleo de Prática Jurídica ou em outro serviço jurídico, esteja habituado a concretizar a teoria jurídica.

É também política de ensino da Universidade a ênfase na capacidade técnica do aluno, com grande exigência no aprendizado das categorias e institutos jurídicos. O Direito será apresentado como um instrumento de busca da Justiça, mas que sem o domínio pleno da dogmática jurídica é impossível a atuação profissional e o bom uso dos instrumentos legais para alcance da transformação da sociedade em uma mais justa.

Neste aspecto, em cada uma das disciplinas, após apreensão dos conceitos jurídicos dogmáticos, será o aluno instado a refletir sobre as razões da existência de cada um deles, com crítica acerca de seu surgimento, de sua manutenção e dos interesses aos quais atendem.

Para formação desse tipo de profissional, que conhece a legislação, a dogmática e tem bem assentados os conceitos jurídicos essenciais, podendo resolver juridicamente os conflitos que lhe serão apresentados, mas, simultaneamente, conheça a razão de ser de cada

conceito e a função social e ideológica da dogmática jurídica, criticando e afastando a cortina ideológica que encobre os interesses de classe, necessário que se invista - e isto é projeto da UFES - em uma formação que tenha ênfase na leitura e interpretação de textos jurídicos, assim como na formação de condições que permitam o desenvolvimento no aluno de um raciocínio lógico-jurídico, crítico e analítico.

## **2.5. ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS**

### **2.5.1 O PROFESSOR DEVERÁ ENSINAR AO ALUNO**

Parte-se do pressuposto de que o professor detém o conhecimento e tem a obrigação de conduzir o processo didático. O professor deverá oferecer ao aluno um forte conhecimento da dogmática jurídica, de forma a proporcionar-lhe instrumento teórico suficiente para a solução de problemas jurídicos.

O professor deverá ensinar o aluno a raciocinar juridicamente.

### **2.5.2 O QUE ENSINAR**

O professor deverá explicar o instituto jurídico que consta do programa da seguinte forma:

- a) o que é - análise da estrutura e dos elementos
- b) de onde veio - contextualização histórica
- c) a quem atende - análise ideológica e sociológica
- d) para que serve - utilidade atual do instituto
- e) como se usa - forma de uso da técnica com base em preceitos éticos

### **2.5.3. ENSINO E INTERDISCIPLINARIDADE**

A abordagem histórica e crítica dos institutos jurídicos é necessária, pois a interdisciplinaridade não se faz apenas inserindo no currículo pleno do curso matérias não-jurídicas, mas mostrando que as disciplinas jurídicas contêm forte abordagem crítica.

Por exemplo, em direito penal, necessário discutir o papel da pena na sociedade atual, usando, por exemplo, Michel Foucault e outros. Em direito civil, a autonomia da vontade e a liberdade de contratar devem ser ensinadas também sob o ponto de vista da história e da ideologia. Em direito processual, deve ser debatido o direito de ação como conquista da democracia e da cidadania.

### **2.5.4. COMO ENSINAR**

O professor deverá sempre preferir aulas expositivas e expositivas-dialogadas, não sendo compatível com o projeto do curso o uso exclusivo de seminários; o professor deve efetivamente dar aula;

O professor deve proporcionar ao aluno oportunidades para debater oralmente pontos do programa, criando o hábito de discussões orais para treiná-lo a defender teses e pontos de vista, sempre fundamentados;

Para alcance dos resultados, o professor deverá:

- a) expor ao menos um esquema/resumo da matéria do dia no quadro-de-giz para que o aluno se situe;
- b) exigir leitura de manuais de doutrina;
- c) exigir leitura de textos de artigos de periódicos, pois contêm a tendência atual da doutrina;
- d) expor sempre a posição dos tribunais (jurisprudência) sobre a matéria, exigindo pesquisa em periódicos especializados e na internet.

### **2.5.5. COMO EXIGIR RESULTADOS**

O professor não deverá adotar uma atitude populista ou demagógica, mas exigir que o aluno demonstre que possui conteúdo.

É absolutamente necessário que sejam dadas pelo menos duas provas que contenham resolução de problemas e questões dissertativas, sendo que o professor poderá adotar formas de avaliação suplementares (prova oral, trabalhos de pesquisa, debates etc)

Recomendável reservar aula para resolução de problemas antes da prova para treinar o aluno nesse tipo de raciocínio.

O professor deverá cobrar nas provas o conteúdo do programa, cobrando o correto uso do vernáculo.

Os trabalhos que forem aplicados deverão ser elaborados sobre pontos do programa e apresentados respeitando-se as regras da ABNT, treinando o aluno para redação da monografia de final de curso.

O professor deverá efetivamente ler e corrigir com atenção os trabalhos e provas.

### **2.5.6. UMA FORMAÇÃO HUMANISTA E ÉTICA**

O professor, em especial aquele das disciplinas não-jurídicas, deverá exigir do aluno a leitura de obras clássicas relacionadas à sua matéria. Todas as obras devem ser vistas dentro de sua contextualização histórica.

O professor tem o dever de evitar que o aluno veja o exercício profissional do Direito como o uso automático de uma técnica pura a-histórica desprovida de preceitos éticos, mas sim como um instrumento de mudança social.

### **2.5.7. FORMAÇÃO COM CONTEÚDO ATUAL**

O Direito deve ser visto como elemento da sociedade de hoje, em busca de uma sociedade melhor. Para tanto, deverá o professor fazer uso de textos atuais, extraídos de jornais, revistas e outros periódicos.

O professor deverá despertar no aluno o hábito de participar de palestras, seminários e congressos.

### **2.5.8. APERFEIÇOAMENTO DO CORPO DOCENTE**

O Departamento de Direito, unidade responsável pela oferta de mais de 80% das disciplinas que formam o Curso de Direito, possui programa de concessão de bolsas para todos os professores efetivos que sejam apenas graduados e que desejem obter sua pós-graduação "lato sensu", já tendo ofertado um Curso de Especialização em Direito Constitucional em 1998, um Curso de Especialização em Direito Processual Civil em 1999, e agora em 2.000 um novo Curso de Especialização em Direito Constitucional.

Ao lado disto, é tradição dessa unidade a concessão de licença remunerada a todos os professores efetivos que tenham sido aprovados em processo de seleção para cursos de Mestrado ou Doutorado.

## **3. ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE E DO CURSO DE DIREITO**

### **3.1. LOCALIZAÇÃO**

O Curso de Direito é Coordenado por seu Colegiado de Curso, situado no Prédio dos Departamentos do CCJE (335-2617), órgão ao qual compete o planejamento e a execução das atividades acadêmicas do curso.

O currículo pleno do curso – para os ingressantes a partir de 96/1- conta com 81 disciplinas que são ofertadas pelos Departamentos que compõem o Curso de Direito: *Administração, Ciências Contábeis, Ciências Sociais, Direito, Economia, Filosofia, História, Línguas e Letras, Medicina Social*

O Departamento de Direito (335-2604), unidade que tem função administrativa e disciplinar, oferece mais de 80% das disciplinas ao Curso de Direito.

O Departamento de Direito, junto com os de Administração, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Economia e Serviço Social forma o CCJE, órgão que administra a área física do Centro, exercendo também poder disciplinar.

Endereço do Curso: Avenida Fernando Ferrari, s/nº - CCJE - Campus de Goiabeiras - 29060-900 - Vitória - ES .

Telefones: 027-335-2617/2604 Fax: 027-335-2604

Home page: [www.ccje.ufes.br](http://www.ccje.ufes.br)

### **3.2. ESTRUTURA**

Como você já percebeu, a Universidade é muito grande, com vários órgãos e unidades administrativas, cada uma com sua função, sendo natural que o aluno, especialmente o calouro, se sinta um pouco perdido. Para evitar inconvenientes e perda de tempo, fique atento ao seguinte:

**COLEGIADO DE CURSO:** emite as declarações e certidões de interesse dos alunos; monta a oferta de disciplinas, com turmas e horários; inscreve os alunos para o “Provão do MEC”; faz a matrícula e o reajuste de calouros e veteranos; ocupa-se dos planos de estudos para os alunos em risco de jubramento; orienta os alunos na parte acadêmica; recebe sugestões e propõe alterações no currículo; processa os pedidos de dispensa de disciplinas; julga os requerimentos de transferência e reopção de curso; representa o Curso de Direito; coordena e preside a solenidade de Formatura (colação de grau);

**DEPARTAMENTO DE DIREITO:** atua na parte administrativa e tem poder disciplinar sobre professores e alunos; oferta turmas para diversos cursos; faz seleção e concurso para professor; define bolsas de monitoria; aprova projetos de pesquisa dos professores; define pedidos dos professores relativos a direitos e deveres funcionais; analisa recursos de alunos contra notas.

**NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA:** antigo Escritório Modelo, pertence ao Departamento de Direito. Presta assessoria jurídica e judicial à comunidade capixaba, servindo de treinamento prático para os alunos de Direito. Funciona de manhã e de tarde no Prédio anexo ao Departamento de Direito (027-335-2719).

CCJE: julga em segunda instância os pedidos de professores e alunos; administra o Centro, inclusive o espaço físico (salas, banheiros, laboratórios); gerencia os recursos do Centro.

LABORATÓRIO DE MICROS: funcionando nos três turnos, pertence a CCJE e está aberto a todos os alunos de Direito e dos outros cursos. Necessário um cadastramento.

BIBLIOTECA CENTRAL: aberta ao público em geral, faz empréstimo de livros a alunos e professores da UFES; todos os livros de Direito estão em seu acervo, pois não há biblioteca setorial.

PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO: processa as matrículas dos alunos e atua como coordenação técnica para os Colegiados de Curso; atua na parte acadêmica da Universidade.

REITORIA: é o órgão administrativo máximo na UFES, funcionando como se fosse o Poder Executivo, "governando" o campus.

CONSELHOS SUPERIORES: são três e atuando como o Poder Legislativo e Judiciário da UFES, disciplinando e regulamentando a vida acadêmica (Conselho de Ensino e Pesquisa/CEPE); administrativa (Conselho Universitário) e financeira e de contas (Conselho de Curadores)

### **3.3. NOVO CURRÍCULO**

O Currículo do Curso de Direito, elaborado de acordo com a Portaria nº 1.866/94 do Ministro da Educação e Cultura, e apresentado à comunidade universitária no Processo nº 8.592/95-72 - Departamento de Direito, foi aprovado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa da UFES pela Resolução nº 29/96, de 03 de maio de 1994, aplicando-se aos alunos que ingressaram neste Curso a partir de janeiro de 1996.

### **3.4. CARGA HORÁRIA**

3.4.1-CARGA HORÁRIA MÍNIMA : 3.300 horas

3.4.2-CARGA HORÁRIA DE OBRIGATORIAS : 2.940 horas

3.4.3-CARGA HORÁRIA MÍNIMA DE OPTATIVAS : 360 horas (seis disciplinas)

3.4.4-NÚMERO MÍNIMO DE SEMESTRES : 10 (dez)

3.4.5-NÚMERO MÁXIMO DE SEMESTRES : 16 (dezesesseis)

### **3.5.GRADE CURRICULAR - ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E DISCIPLINAS OPTATIVAS**

3.5.1-O Curso propicia na graduação concentração de estudos em cinco áreas, através de :

- escolha de disciplinas optativas
- escolha do tema para a pesquisa que originará a MONOGRAFIA

3.5.2-A escolha do tema que será objeto da MONOGRAFIA (trabalho de conclusão de curso) cabe ao aluno, orientado pelo professor da disciplina Monografia I, na qual deverá elaborar um projeto da pesquisa que resultará na MONOGRAFIA, podendo o tema estar ou não vinculado à área de concentração de estudos e às respectivas disciplinas optativas.

4.5.3.-Entretanto, o currículo foi concebido prevendo-se que o aluno elaborará a monografia na mesma área de concentração de estudos, otimizando tempo e esforços.

Para graduar-se, o aluno precisa cumprir no mínimo 06 (seis) disciplinas optativas de 60 (sessenta ) horas cada, de sua livre escolha e sem necessariamente estarem ligadas a uma área.

3.5.4-Todavia, considerando a tendência à especialização das profissões, sugere-se as seguintes disciplinas optativas para cada área :

#### **ÁREA DE CONCENTRAÇÃO 1 (Direito Civil e Comercial)**

- HISTÓRIA DO DIREITO
- CONTABILIDADE INSTRUMENTAL
- DIREITO COMPARADO
- DIREITO DO CONSUMIDOR
- TIPOS CONTRATUAIS
- DIREITO COMERCIAL II
- DIREITO FALIMENTAR
- DIREITO PROCESSUAL CIVIL V
- DIREITO PROCESSUAL CIVIL VI
- METODOLOGIA DA PESQUISA

#### **ÁREA DE CONCENTRAÇÃO 2 (Direito Empresarial)**

- CONTABILIDADE INSTRUMENTAL
- DIREITO DO CONSUMIDOR
- TIPOS CONTRATUAIS
- DIREITO AMBIENTAL
- DIREITO COMERCIAL II
- DIREITO FALIMENTAR
- DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO
- DIREITO TRIBUTÁRIO II
- DIREITO ECONÔMICO E COMUNITÁRIO
- MEDICINA DO TRABALHO
- DIREITO COLETIVO DO TRABALHO
- DIREITO PORTUÁRIO
- METODOLOGIA DA PESQUISA

#### **ÁREA DE CONCENTRAÇÃO 3 (Direito do Trabalho)**

- HISTÓRIA DO DIREITO
- CONTABILIDADE INSTRUMENTAL
- DIREITO COMPARADO
- DIREITO PREVIDENCIÁRIO
- MEDICINA DO TRABALHO
- DIREITO PROCESSUAL CIVIL V
- DIREITO PROCESSUAL CIVIL VI
- DIREITO COLETIVO DO TRABALHO
- DIREITO PORTUÁRIO
- METODOLOGIA DA PESQUISA

#### **ÁREA DE CONCENTRAÇÃO 4 (Direito Penal)**

- HISTÓRIA DO DIREITO
- DIREITO COMPARADO
- DIREITO ELEITORAL

- DIREITO DO CONSUMIDOR
- DIREITO AMBIENTAL
- MEDICINA LEGAL
- DIREITO PENAL III
- DIREITO PENAL IV
- DIREITO PROCESSUAL PENAL V
- DIREITO PROCESSUAL PENAL VI
- METODOLOGIA DA PESQUISA

#### **ÁREA DE CONCENTRAÇÃO 5 (Direito Público)**

- HISTÓRIA DO DIREITO
- CIÊNCIA DAS FINANÇAS E DIREITO FINANCEIRO I
- CIÊNCIA DAS FINANÇAS E DIREITO FINANCEIRO II
- DIREITO COMPARADO
- FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- DIREITO ELEITORAL
- DIREITO ADMINISTRATIVO II
- DIREITO AMBIENTAL
- DIREITO TRIBUTÁRIO II
- DIREITO ECONÔMICO E COMUNITÁRIO
- DIREITO PENAL III
- METODOLOGIA DA PESQUISA

#### **PERIODICIZAÇÃO (grade de disciplinas do curso por período)**

##### **1º PERÍODO**

###### OBRIGATÓRIAS

- INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS
- INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO I
- ECONOMIA B
- LÍNGUA PORTUGUESA
- FILOSOFIA E ÉTICA

OPTATIVAS SUGERIDAS: não há neste período

##### **2º PERÍODO**

###### OBRIGATÓRIAS:

- SOCIOLOGIA APLICADA AO DIREITO
- INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO II
- TEORIA DO DIREITO CIVIL
- TEORIA DO DIREITO PENAL I
- TEORIA DO ESTADO

###### OPTATIVAS SUGERIDAS:

- HISTÓRIA DO DIREITO
- CONTABILIDADE INSTRUMENTAL
- CIÊNCIA DAS FINANÇAS E DIREITO FINANCEIRO I
- PRÁTICA DESPORTIVA I



### **3º PERÍODO**

#### **OBRIGATÓRIAS :**

- TEORIA DA CONSTITUIÇÃO
- TEORIA DO DIREITO PROCESSUAL
- TEORIA DO DIREITO PENAL II
- DIREITO COMERCIAL I
- DIREITO DAS OBRIGAÇÕES I

#### **OPTATIVAS SUGERIDAS :**

- DIREITO COMPARADO
- FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- PRÁTICA DESPORTIVA II

### **4º PERÍODO**

#### **OBRIGATÓRIAS :**

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL I
- DIREITO DAS OBRIGAÇÕES II
- DIREITO CONSTITUCIONAL I
- DIREITO PENAL I
- DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

#### **OPTATIVAS SUGERIDAS :**

- DIREITO ELEITORAL
- DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

### **5º PERÍODO**

#### **OBRIGATÓRIAS :**

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL II
- DIREITO CONSTITUCIONAL II
- DIREITO PROCESSUAL PENAL I
- DIREITO PENAL II
- DIREITO DE FAMÍLIA

#### **OPTATIVAS SUGERIDAS :**

- TIPOS CONTRATUAIS
- DIREITO AMBIENTAL
- DIREITO COMERCIAL II

### **6º PERÍODO**

#### **OBRIGATÓRIAS :**

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL III
- DIREITO PROCESSUAL PENAL II
- DIREITO DAS COISAS
- DIREITO DO TRABALHO I
- DIREITO TRIBUTÁRIO I

OPTATIVAS SUGERIDAS :

- DIREITO FALIMENTAR
- DIREITO DO CONSUMIDOR

**7º PERÍODO**

OBRIGATÓRIAS :

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV
- DIREITO PROCESSUAL PENAL III
- DIREITO ADMINISTRATIVO I
- DIREITO DAS SUCESSÕES
- ÉTICA E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA E ÉTICA PROFISSIONAL
- SEMINÁRIO ESPECIAL , PESQUISA E EXTENSÃO I

OPTATIVAS SUGERIDAS :

- DIREITO TRIBUTÁRIO II
- DIREITO PREVIDENCIÁRIO
- DIREITO ECONÔMICO E COMUNITÁRIO

**8º PERÍODO**

OBRIGATÓRIAS :

- DIREITO PROCESSUAL PENAL IV
- DIREITO PENAL III
- DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO
- DIREITO DA NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO MARÍTIMO
- ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA CIVIL
- ESTÁGIO SUPERVISIONADO I
- SEMINÁRIO ESPECIAL, PESQUISA E EXTENSÃO II

OPTATIVAS SUGERIDAS:

- METODOLOGIA DA PESQUISA
- CIÊNCIA DAS FINANÇAS E DIREITO FINANCEIRO II
- MEDICINA DO TRABALHO

**9º PERÍODO**

OBRIGATÓRIAS :

- FILOSOFIA DO DIREITO

- MONOGRAFIA I
- ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA TRABALHISTA
- ESTÁGIO SUPERVISIONADO II
- SEMINÁRIO ESPECIAL, PESQUISA E EXTENSÃO III

OPTATIVAS SUGERIDAS :

- DIREITO PROCESSUAL PENAL V
- DIREITO PROCESSUAL CIVIL V
- DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

**10º PERÍODO**

OBRIGATÓRIAS :

- ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA PENAL
- ESTÁGIO SUPERVISIONADO III
- MONOGRAFIA II
- SEMINÁRIO ESPECIAL, PESQUISA E EXTENSÃO IV

OPTATIVAS SUGERIDAS :

- DIREITO PENAL IV
- MEDICINA LEGAL
- DIREITO PROCESSUAL CIVIL VI
- DIREITO ADMINISTRATIVO II
- DIREITO PROCESSUAL PENAL VI
- DIREITO PORTUÁRIO

## **4. ESTÁGIOS**

### 4.1 ESTÁGIO CURRICULAR DE PRÁTICA JURÍDICA (Estágio de Prática Jurídica + Estágio Supervisionado)

- O Novo Currículo do Curso de Direito prevê o *Estágio de Prática Jurídica*, que é um estágio curricular (portanto, obrigatório para todos os alunos) e voltado para o aprendizado das práticas das diversas profissões jurídicas (magistratura, promotoria, advocacia pública e particular, servidores policiais e do Poder Judiciário, assistentes jurídicos etc) e não apenas para a prática do ADVOGADO. Lembrem-se que este é um Curso que forma Bacharéis em Direito e não Advogados (para ser Advogado você precisa ter sucesso no Exame de Ordem aplicado pela OAB).
- Este estágio se desenvolve por meio de atividades práticas, simuladas e reais, determinadas pelos professores das 04 (quatro) disciplinas de ESTÁGIO DE PRÁTICAS JURÍDICAS, em sala de aula e com atividades simuladas, e pelas 03 (três) de ESTÁGIO SUPERVISIONADO, este último exigindo do aluno atuação em atividades reais fora da sala de aula e em horários diversos do da disciplina.
- O Estágio de Prática Jurídica, portanto, é formado pelo ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA e pelo ESTÁGIO SUPERVISIONADO

- O aluno deve procurar, a partir do 7º período, atuar como estagiário no Núcleo de Prática Jurídica da UFES ou em empresas, escritório e órgãos públicos conveniados, apresentando a comprovação ao professor de Estágio Supervisionado.

#### 4.2 ESTÁGIO PROFISSIONAL DE ADVOCACIA :

- Este estágio é previsto no Estatuto da Advocacia (Lei nº 8.906/94) e é reservado para o aluno que pretenda ter uma experiência prática como ADVOGADO. É um estágio voluntário e regido pelas normas legais e administrativas da Ordem dos Advogados (OAB), não tendo nenhuma relação com o nosso Estágio Curricular de Prática Jurídica.
- Para que um estudante de Direito inscreva-se neste Estágio é necessário que o órgão ou empresa tenha um CONVÊNIO com a OAB, o que, hoje, não é o caso da UFES.
- Caso você tenha interesse em participar deste tipo de estágio, sugerimos que consulte a OAB na época para tomar ciência dos requisitos e condições necessárias para a inscrição como *Estagiário da OAB*.

#### 4.3 ESTÁGIO DA LEI Nº 6.494/77

- Este é um Estágio também extracurricular cuja lei regulamentadora é geral, permitindo seja feito por estudantes de qualquer curso e até mesmo os de segundo grau, bastando que a empresa ou órgão público que oferece a vaga tenha um convênio com a escola (no nosso caso, com a UFES, através da PRO-REITORIA DE EXTENSÃO).
- Este estágio serve como Estágio Supervisionado para os alunos.

## **5. OS SEMINÁRIOS-AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

Para graduar-se, está o aluno obrigado a obter aproveitamento em 04 (quatro) disciplinas denominadas SEMINÁRIO ESPECIAL, PESQUISA E EXTENSÃO.

- o objetivo destas disciplinas é comprovar que o aluno cumpriu 10 (dez) por cento da carga horária do Curso, conforme determina a Portaria Ministerial 1.866/94, em atividades relacionadas com PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS E CURSOS extracurriculares, PESQUISAS (projeto próprio ou de um professor) e EXTENSÃO.
- As disciplinas também serão uma oportunidade para se debater temas atuais e relevantes que, por sua novidade, não estejam no currículo das disciplinas do Curso.

## **6. AVALIAÇÃO DO CURSO**

Nas edições do Exame Nacional de Curso do MEC:

- Nota A em 1996.
- Nota B em 1997.
- Nota A em 1998
- Nota A em 1999 (1º lugar no Brasil)
- Nota A em 2000 (único do Estado)

Na avaliação da comissão do MEC de avaliação das condições de oferta - versão 99

- Instalações físicas: CMB (=A)
- Corpo docente: CB (=B)
- Projeto didático-pedagógico: CI (=D)

Único curso do Estado a obter o selo "OAB RECOMENDA"/2001

## **7. BOLSAS PARA ALUNOS**

A UFES oferece bolsas em dinheiro para alunos nas categorias de: monitoria, iniciação científica, extensão e participação em eventos. Informe-se na Secretaria do Departamento.

## **8. PÓS-GRADUAÇÃO**

Na mesma Secretaria, você obterá informações sobre pós-graduação na UFES e fora dela. O Departamento de Direito também oferece curso de especialização; informe-se na Secretaria.

## **9. FORMATURA/COLAÇÃO DE GRAU**

Conforme a Resolução nº 52/2000-CEPE, a Colação de Grau é ato oficial da Universidade e sua organização ficará a cargo do Coordenador do Colegiado do Curso de Direito, que deverá supervisionar a elaboração do convite, escolha do local, data e demais assuntos relativos à Colação de Grau, ouvidos os formandos. Informe-se na Secretaria do Colegiado do Curso.

## **10. EMENTAS DAS DISCIPLINAS**

### **10.1 DISCIPLINAS OFERTADAS PELO DEPARTAMENTO DE DIREITO**

#### **INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO**

- I - Definições e acepções da palavra Direito. Fundamentos do Direito O Estudo do Direito. A metodologia do Direito. A questão da cientificidade do Direito. Ordenamento, sistema e norma jurídica. As disciplinas jurídicas. Sociedade e Direito. Instrumentos de controle social.. Direito Natural. O Jusnaturalismo. O Historicismo. O Sociologismo. O Positivismo Jurídico. O Normativismo Jurídico. A Tridimensionalidade do Direito. Norma jurídica. A divisão do Direito Positivo. Justiça e Equidade. Segurança Jurídica. Direito e Estado. Fontes do Direito. Direito Costumey. Jurisprudência. Analogia Legal. Princípios Gerais do Direito. Ramos do Direito Público. Ramos do Direito Privado.
  
- II - I - Norma Jurídica. A eficácia da Lei no Tempo e no Espaço. Hermenêutica e Interpretação do Direito. A jurisprudência e operação de julgamento: fins sociais e bem comum, vontade da lei, vontade do legislador ou vontade do juiz? II - Sujeitos de Direito. Pessoa Natural e Pessoa Jurídica. Relação jurídica: conceito, formação, elementos. Direito Subjetivo. Dever jurídico. III - Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro. Coisa julgada. Ato jurídico perfeito. Direito adquirido. IV - Técnica Legislativa. Lei Complementar 95/98.

## **DIREITO PENAL**

Teoria do Direito Penal I: Conceito, Formação Histórica. Princípios Constitucionais. Aplicação da Lei Penal. Crime. Imputabilidade Penal. Concurso de Pessoas.

Teoria do Direito Penal II: Penas: espécies, cominação, aplicação, suspensão e livramento condicional, efeitos da condenação, reabilitação. Medidas de Segurança. Ação Penal. Extinção da Punibilidade.

Direito Penal I: crimes contra a pessoa: delitos contra a vida, liberdade, corpo, honra, correspondência, costumes.

Direito Penal II: crimes contra o patrimônio: furto, roubo, estelionato, propriedade imaterial. Crimes contra a ordem social. Crimes contra a família.

Direito Penal III: Crimes contra a fé pública. Crimes contra a Administração Pública. Crimes contra o consumidor. Crimes contra o meio ambiente. Lei de transplante de órgãos. Lei de Entorpecentes. Crimes Hediondos. Crime de Genocídio. Crimes de tortura. Lei das armas de fogo. Crimes de imprensa. Crimes de Trânsito. Lei Penal e o estrangeiro.

Direito Penal IV: Crimes Previdenciários. Crime Organizado. Crimes contra o sistema financeiro nacional. Crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo. Enriquecimento ilícito e atos de improbidade dos agentes públicos. Crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores. Crimes eleitorais. Abuso de Autoridade. Crimes da Lei de Responsabilidade Fiscal. Crimes de informática. Crimes propriedade industrial e intelectual. Crimes de Responsabilidade. Sigilo das operações de instituições financeiras. Contravenções Penais. Crimes falimentares. Menor infrator. Crimes militares.

## **DIREITO COMERCIAL**

I - Teoria Geral, Sociedades Comerciais, microempresa.

II- Títulos de Crédito. Propriedade Industrial.

Direito Falimentar: Falência e Concordata

Direito da Navegação e Comércio Marítimo: Direito Administrativo da Navegação: regulamentos de tráfego marítimo. Sinistros marítimos e contratos a eles relacionados. Direito Comercial Marítimo e Aeronáutico. Contratos.

Direito Portuário: sistema Portuário. Norma Constitucional e Norma Ordinária. Portos: exploração, administração, modernização. Cooperação Sindical Portuária. Estiva. Capatazia. Operadores Portuários. Conselho de Autoridade Portuária.

## **DIREITO CIVIL**

Teoria do Direito Civil: o Direito Civil - conceito, formação histórica e ideológica. O movimento de codificação. Pessoa e Direitos da Personalidade. Fato e Ato jurídicos. Bens. Prescrição e decadência.

Direito das Obrigações I: conceito, espécies e fontes das obrigações. O Individualismo e a doutrina social. Modalidades e efeitos das obrigações. Nascimento e extinção das obrigações. Dano moral e patrimonial. Cessão de Crédito.

Direito das Obrigações II: Teoria Geral do Negócio Jurídico. Contrato. Atos Ilícitos. Responsabilidade Civil. Liquidação das obrigações decorrentes de atos ilícitos. Concurso de Credores. Declaração Unilateral de Vontade.

Tipos Contratuais: Contratos Cíveis e Contratos Comerciais. Locação de Imóveis. Alienação Fiduciária. Leasing. Franquias Comerciais. Outros contratos relevantes.

Direito de Família: Normas Constitucionais. Casamento. Efeitos. Regime de Bens. Dissolução da Sociedade Conjugal, anulação, separação, divórcio. Relações de parentesco, adoção. Tutela, Curatela, ausência. Estatuto do Menor e do Adolescente.

Direito das Coisas: Posse. Propriedade. Direitos Reais sobre coisa alheia.

Direito de Sucessões: Normas Constitucionais. Sucessão em Geral. Sucessão Legítima e Testamentária. Inventário e Partilha.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

Teoria do Estado: As Teorias sobre a origem e formação do Estado: os clássicos. Regime e Sistemas de Governo. A democracia.

Teoria da Constituição: História do Constitucionalismo Brasileiro. Poder Constituinte. Normas Constitucionais. Princípios Constitucionais e Supraconstitucionais.

Direito Constitucional I: Princípios Fundamentais. Direitos e Garantias Fundamentais. Organização do Estado. Administração Pública.

Direito Constitucional II: Organização dos Poderes. Funções Essenciais à Justiça. Processo Legislativo. Controle de Constitucionalidade. Defesa dos Estados e das Instituições Democráticas. Disposições Constitucionais Transitórias.

## **CIÊNCIA DAS FINANÇAS E DIREITO FINANCEIRO:**

I - O fenômeno financeiro. A atividade Financeira do Estado. Despesas. Receitas. Orçamentos. Crédito Público. Impostos. Taxas. Contribuição de Melhoria. Contribuições Sociais. Empréstimo Público.

II - Direito Financeiro. Aspecto Jurídico. Conceito e Aplicações. Orçamento: termos técnicos, controle pelo Estado, pelas associações e pelo cidadão. Normas Constitucionais sobre orçamento e finanças públicas. Os Tribunais de Contas. Análise da Lei Complementar de Normas Gerais de orçamento.

## **DIREITO TRIBUTÁRIO**

I - Sistema Constitucional Tributário. Princípios. Competências. Repartição das Competências. Limitações ao poder de tributar. Direito Tributário. Tributos.

II - Fontes do Direito Tributário. Vigência, Aplicação e Interpretação da Legislação Tributária. Obrigação Tributária. Crédito tributário. Lançamento. Suspensão da

exigibilidade do crédito tributário. Extinção do Crédito Tributário. Exclusão do crédito tributário. Processo Administrativo Tributário. Processo Judicial Tributário.

**DIREITO PREVIDENCIÁRIO:** a Seguridade Social. As contribuições Sociais. Lei e Regulamento de Custeio da Previdência Social. Lei e Regulamento de Benefícios da Previdência Social. Assistência Social. A Saúde. Previdência Estatal. Regimes Especiais de Previdência. Previdência Privada O Estado e o Bem Estar Social. O Não trabalho na Constituição: direitos do cidadão. A Seguridade Social: trabalhador público e privado. Receita da Previdência. Contribuições da sociedade. Ações de Natureza previdenciária: acidentes, doenças ocupacionais, revisão de pensões. Aposentadoria.

**DIREITO ECONÔMICO E COMUNITÁRIO:** A ordem Econômica e Financeira. A Intervenção do Estado no Mercado e na Propriedade Privada. Normas de Defesa da Livre Concorrência (Lei 8.158/91 e Decreto 36/91). Comunidades Econômicas. Comunidade Econômica Européia. NAFTA. MERCOSUL. Economias Asiáticas.

#### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

- I- Administração e Políticas Públicas. Princípios Constitucionais da Administração. Direito Administrativo: conceito, fontes, objeto. Poder, ato e fato administrativo. Licitações e Contratos. Função Pública: agentes políticos e servidores públicos. Noções sobre o controle da administração pública.
- II - Controle da Administração Pública: poderes das associações e do cidadão na esfera judicial e extrajudicial. Serviços e Bens Públicos. Responsabilidades Civil do Estado. Processo Administrativo. Direitos e Deveres dos Servidores Públicos: análise detalhada dos seus Estatutos.

**DIREITO AMBIENTAL:** a vida e sua proteção. Conceitos de Ecologia aplicados ao Direito. Conceito de Direito Ambiental. Desenvolvimento da Matéria. A Constituição e a proteção ao Meio. Princípios, limites à propriedade privada, fiscalização administrativa. Responsabilidade civil por danos e crimes contra o Meio Ambiente. Instrumentos processuais para defesa do meio ambiente: O papel do Cidadão, das Associações e do Estado e do Ministério Público. Direito Ambiental Internacional.

**DIREITO DO CONSUMIDOR:** História, conceito, formação. Princípios Constitucionais e legais. Direitos do Consumidor como exercício da Cidadania. Órgãos de Proteção e Fiscalização. A Composição extrajudicial de litígios. Instrumentos processuais para defesa do consumidor.

**TEORIA DO DIREITO PROCESSUAL:** Estado, Jurisdição, Princípios Gerais. Princípios Constitucionais, Ação, Defesa, Tutela dos interesses individuais e transindividuais, a ideologia e o Direito Processual. Composição de conflitos. Relação processual. Processo. Procedimento.

#### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

- I - Competência, Intervenção de Terceiros e Substituição Processual, Petição inicial, Resposta, Sentença.



- II - Coisa Julgada, Recursos Constitucionais e legais.
- III - Execução dos Títulos Judiciais e Extrajudiciais.
- IV - Processo Cautelar: Poder Geral de Cautela e Restrições. Medidas Cautelares
- V - Procedimentos Especiais no CPC. Procedimento no Juizado Especial Cível.
- VI - Procedimentos Especiais não-codificados. Ação Popular. Ação Civil Pública. Mandado de Segurança individual e coletivo. Mandado de Injunção. Habeas Data. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Constitucional. Questões especiais de Direito Processual Civil.

### **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

- I - Princípios do Processo Penal. Aplicação da lei processual penal. Inquérito Policial. Ação Penal. Competência. Questões e Processos incidentes.
- II - Prova. Juiz. Ministério Público. Acusado e defensor. Assistentes. Funcionários da justiça. Peritos e intérpretes. Prisão e liberdade provisória. Citações e Intimações. Sentença.
- III - Processo comum. Processos Especiais. Processo nos Tribunais. Nulidades.
- IV - Lei nº 9.099/95 - Juizados Especiais Criminais. Recursos. Noções gerais de execução.
- V - Lei nº 7.210/84. Execução Penal. Condenado e do internado. Órgãos da execução penal. Estabelecimentos penais. Execução das penas em espécie. execução das medidas de segurança. Incidentes. Procedimento Judicial.
- VI - História do processo penal brasileiro. Evolução doutrinária do processo penal. A doutrina brasileira do processo penal. Direito Processual Penal Militar.

**DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO:** conceito, fontes. Pessoas Internacionais. Organizações Internacionais. Relações entre Estados. Organizações Internacionais. A Proteção Universal dos Direitos Humanos e da Democracia. A Repressão Internacional aos Crimes. Comunidades Econômicas e Integração.

**DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO:** conceito, fontes. Codificação Internacional. Condição Jurídica do Estrangeiro. Aplicação e Prova do Direito Estrangeiro. Conflitos de Leis no espaço. Cooperação Internacional. Homologação de Sentença Estrangeira. Extradicação.

### **DIREITO DO TRABALHO**

**Direito do trabalho:** Formação, conceito e fontes do Direito do trabalho. Objeto, Divisão e importância. Direito Tutelar do Trabalho. Contrato Individual de Trabalho. Relação de Emprego. Identificação Profissional. Direito do Trabalho na Constituição. Direitos dos Trabalhadores e das Empresas: nascimento, desenvolvimento e

extinção. Ideologias Políticas e o Direito do Trabalho. Higiene e segurança do trabalho.

**Direito Sindical, Direito Coletivo e Direito Processual Coletivo do Trabalho:** Formação do movimento sindical no mundo e no Brasil. As correntes sindicais. Contrato, Acordo e Convenção Coletivos. Direito Internacional do Trabalho. Trabalhadores Públicos e Privados. Negociação e Greve. Dissídios Coletivos. A Substituição Processual: Poder dos Sindicatos. CIPA. Assembléias. Normas Internacionais do Trabalho. OIT.

**Direito Processual do Trabalho:** O Processo Trabalhista e sua relação com o processo civil: diferenças e semelhanças. Fontes e Princípios do Direito Processual Trabalhista. Competência. Partes. Dissídios Individuais: petição inicial, notificação audiência, conciliação, prova, valor da causa. Instrução Trabalhista, Sentença, Recursos e Execução. Procedimentos Especiais. Órgãos da Justiça do Trabalho. O Ministério Público.

**DIREITO COMPARADO:** Conceito, história, evolução, objetivos. Análise dos sistemas Jurídicos estrangeiros contemporâneos e sua relação com o Direito Nacional. Comparação com o Código de Hamurabi, Constituições Gregas, Direito Romano, Direito Canônico e outros sistemas jurídicos.

**DIREITO ELEITORAL:** Normas Constitucionais. Sistemas Eleitorais. Eleição majoritária e proporcional. Legislação eleitoral. Elegibilidade e inelegibilidade. Perda de Direitos Políticos. Partidos Políticos.

**METODOLOGIA DA PESQUISA:** A questão do conhecimento e da verdade. O método científico e seus processos. Pesquisas - Conceitos, Tipos, Características Metodológicas. Projeto: Redação e Apresentação de Trabalhos Científicos.

#### **MONOGRAFIA JURÍDICA:**

- I - Estrutura do Pensamento Científico. Noções de Metodologia da Pesquisa. Fontes de Dados para o Cientista do Direito. Estrutura do Trabalho Monográfico. Acompanhamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso. Relatório Parcial
- II - Acompanhamento dos Trabalhos de Conclusão do Curso. Apresentação e defesa da Monografia perante uma banca de professores.

**SEMINÁRIO ESPECIAL, PESQUISA E EXTENSÃO I, II, III e IV:** participação em palestras, conferências, simpósios, encontros, seminários, congressos. Iniciação científica. Elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos. Participação em projetos de extensão. Monitoria.

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO, I, II e III:** prática de atividades jurídicas reais em empresas escritórios particulares, órgãos públicos ou no Núcleo de Prática Jurídica da UFES.

#### **ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA**

**Organização Judiciária e Ética Profissional:** Análise da Organização Judiciária Estadual e Federal. Estudo dos Regimentos Internos dos Tribunais Federais e Estadual no Espírito Santo. Processo Disciplinar dos Profissionais do Direito. Ética Profissional. Relacionamento Profissional e Pessoal entre as partes, advogados, magistrados, membros do Ministério Público e auxiliares do Juízo. Elaboração de Pareceres seguindo a forma correta.

**Prática Jurídica Civil:** Prática jurídica simulada. Resolução de Problemas Práticos através da elaboração de peças processuais ligadas a cada disciplina. Elaboração de Pareceres. Acompanhamento de Atendimentos no Núcleo de Prática Jurídica (Escritório Modelo). O cotidiano do Bacharel em Direito

**Prática Jurídica Trabalhista:** Prática jurídica simulada. Resolução de Problemas Práticos através da elaboração de peças processuais ligadas a cada disciplina. Elaboração de Pareceres. Acompanhamento de Atendimentos no Núcleo de Prática Jurídica (Escritório Modelo). O cotidiano do Bacharel em Direito

**Prática Jurídica Penal:** Prática jurídica simulada. Resolução de Problemas Práticos através da elaboração de peças processuais ligadas a cada disciplina. Elaboração de Pareceres. Acompanhamento de Atendimentos no Núcleo de Prática Jurídica (Escritório Modelo). O cotidiano do Bacharel em Direito

## 10.2 EMENTAS DAS DISCIPLINAS OFERTADAS POR OUTROS DEPARTAMENTOS

**HISTÓRIA DO DIREITO:** a formação do Direito como conquista dos povos. O Direito Romano: características primitivas e transformações do seu espírito no Sistema Atual. Formação e características da "Civil Law" e da "Common Law". A formação do Direito Moderno. O processo de codificação.

**ECONOMIA B:** Noções de História do Pensamento Econômico. Liberalismo econômico x intervenção estatal. Política Econômica: fiscal, monetária e cambial. Inflação. Economia internacional. Dívida externa.

**FILOSOFIA E ÉTICA:** Aproximação à Filosofia. As principais correntes filosóficas antigas e contemporâneas. Filosofia e Educação. Antropologia e Filosofia. Filosofia e História. Filosofia e Tecnologia. Filosofia e Ciência. Atualidade do questionamento ético. A ética clássica e ética cristã. O formalismo ético kantiano. A ética materialista. Problemas de ética contemporânea. Bioética.

**FILOSOFIA DO DIREITO:** o fenômeno Jurídico e sua Ontologia. Possibilidade, natureza e condições de conhecimento jurídico. Lógica jurídica, formal e dialética. Experiência do Direito na História das Idéias e das Instituições. Projeção da Sociologia do Conhecimento Jurídico. Teoria dos Valores Jurídicos.

**LÍNGUA PORTUGUESA:** Produção e compreensão de texto como prática interdisciplinar. Análise do texto do aluno (a questão da textualidade). A tipologia do texto: prática e análise dos diferentes tipos de textos produzidos pelos alunos.

**INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS.** As ciências sociais e seu objeto de estudo. As condições históricas da formação das ciências sociais. As diferentes abordagens nas ciências sociais.

**SOCIOLOGIA APLICADA AO DIREITO:** Introdução à análise sociológica da sociedade. Sociologia do Direito. O Direito como fato social. O Direito e a Sociedade Capitalista.

**FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:** um marco referencial: a contextualização da Administração Pública; os níveis analíticos e sua articulação com a Administração Pública; a racionalidade que orienta a Administração Pública; o sistema estatal e o poder de Estado; Estado, Administração Pública e Burocracia. A Burocracia nas perspectivas marxista e weberiana; Burocracia e Oligarquia; Burocracia e política no Brasil. Antecedentes históricos da Administração Pública Brasileira: do Estado Patrimonial ao Estado Oligárquico; o Estado Populista; o Estado Burocrático-Autoritário; o Autoritarismo e a transição para a democracia; a lógica e o funcionamento do DL 200; as questões da modernização do Estado no Brasil; as perspectivas atuais.

**MEDICINA LEGAL:** Medicina Legal - Conceitos, fundamentos, História da Medicina Legal. Antropologia - Identificação Biológica e Judiciária. Psiquiatria Forense. Hematologia Forense. Sexologia Forense. Obstetrícia Forense. Traumatologia Forense. Asfixiologia Forense. Tanatologia Forense. Odontologia Forense. Deontologia.

**MEDICINA DO TRABALHO:** Saúde ocupacional: conceitos e objetivos. Medicina do Trabalho: objetivos e programas básicos. Doenças Profissionais: controle médico. Acidentes do Trabalho: conceitos, causas, prevenção e legislação.

**CONTABILIDADE INSTRUMENTAL:** Noções preliminares de Contabilidade. Patrimônio. Variações do Patrimônio Líquido. Procedimentos contábeis básicos. Atos e fatos administrativos. Escrituração. Demonstrações Financeiras. Análise das Demonstrações Financeiras (introdução).

## **PRIMEIRO PERÍODO**

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: **INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS**

CÓDIGO: CSO 02101

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): NENHUM

EMENTA:

As Ciências Sociais e seu objeto de Estudo. As condições históricas da formação das Ciências Sociais. As divergentes abordagens nas Ciências Sociais.

1- OBJETIVOS:

1.1-Adquirir noções gerais sobre a formação e desenvolvimento da sociedade que possibilitou a emergência das Ciências Sociais.

1.2- Conhecer a especificidade do conhecimento em Ciências Sociais e a diversidade destas como fruto das contradições sociais.

1.3-Despertar para a importância do estudo das Ciências Sociais como instrumento de entendimento da realidade em que vive.

2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADES

2.1- O CONHECIMENTO CIENTÍFICO

2.1.1- Condições do conhecimento

2.1.2- Conhecimento do senso-comum e a ciência

2.1.3- A especificidade do conhecimento em Ciências Humanas

2.1.4- Aparência e Essência: a questão da Ideologia

2.2- CONDIÇÕES HISTÓRICAS DO NASCIMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

2.2.1- Gênese do capital produtivo e do trabalho assalariado

2.2.2- As revoluções burguesas

2.2.3- Gênese do Pensamento Moderno

2.2.4- O nascimento das Ciências Sociais

2.3- AS PRINCIPAIS ABORDAGENS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

2.3.1- O funcionalismo de DURKHEIM

2.3.2- O historicismo de WEBER

2.3.3- A dialética de MARX

2.3.4- Ciências Sociais contemporâneas

3- METODOLOGIA :

O Curso será desenvolvido através de aulas expositivas dialogadas, seminários, leituras Dirigidas e debates.

4- RECURSOS:

Quadro e giz, transparências e fitas de vídeo.

5 - AVALIAÇÃO:

DIAGNÓSTICA: levantamento de pré-requisitos, necessidades, interesses.

FORMATIVA: exercícios periódicos p/ fixação da matéria.

SOMATIVA: três provas semestrais, analíticas e dissertativas referentes a cada parte do programa; questionários de leitura; seminários com avaliação individual; questionários sobre filmes e leituras dirigidas.

6 - BIBLIOGRAFIA:

a) Obrigatória:

- LÖWY, Michel . Ideologia e ciências sociais. São Paulo, Cortez, 1990;
- TOMAZI, Nelson Dacio .Iniciação à sociologia. São Paulo, Atual, 1993;

b) Complementar:

b.1) Sobre os clássicos da Sociologia:

- DURKHEIM: - In: RODRIGUES, José Albertino (org.) - São Paulo, Editora Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 1, 1978;
- MARX: - In: IANNI, Octávio (org.) - São Paulo, Editora Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 10, 1979;
- WEBER: In: COHN, Gabriel (org.) - São Paulo, Editora Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 13, 1979.

b.2) De consulta geral:

- ANDERY, Maria Amélia et, al. Para compreender a ciência. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: ECU, 1988;
- CHAUI, Marilena. O que é ideologia. São Paulo, Brasiliense, 1980: Abril Cultural, 1984.
- LÖWY, Michael. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchausen. (Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento), São Paulo, Editora Busca Vida, 1987.
- SINGER, Paul. Capitalismo. (Sua evolução, sua lógica e sua dinâmica), São Paulo, Ed. Moderna, 1987.

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: **INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO I**

CÓDIGO: DIR 00298

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): NENHUM

EMENTA:

Definições e acepções da palavra Direito. Fundamentos do Direito O Estudo do Direito. A metodologia do Direito. A questão da cientificidade do Direito. Ordenamento, sistema e norma jurídica. As disciplinas jurídicas. Sociedade e Direito. Instrumentos de controle social.. Direito Natural. O Jusnaturalismo. O Historicismo. O Sociologismo. O Positivismo Jurídico. O Normativismo Jurídico. A Tridimensionalidade do Direito. Norma jurídica. A divisão do Direito Positivo. Justiça e Equidade. Segurança Jurídica. Direito e Estado. Fontes do Direito. Direito Costumeiro. Jurisprudência. Analogia Legal. Princípios Gerais do Direito. Ramos do Direito Público. Ramos do Direito Privado.

### 1- OBJETIVOS

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa, suficientes para dotá-lo de condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-o a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS: UNIDADES

UNIDADE I – A Introdução ao Estudo do Direito

1. Histórico da disciplina
2. As concepções do Direito
3. conceito de Direito
4. direito no mundo
5. Como se conhece o Direito
6. Quem põe o Direito no mundo
7. Fontes do Direito
8. A Lei: função, características, elementos
9. Classificação das normas
10. Hierarquia das leis
11. A Hipótese e o Conseqüente
12. Princípios Gerais do Direito
13. Direito Consuetudinário
14. A Doutrina
15. A Jurisprudência
16. A Analogia
17. Direito Objetivo
18. Direito Subjetivo
19. Direito Natural
20. Direito Positivo
21. A teoria Pura do Direito
22. A Teoria Marxista e o Direito
23. Existencialismo e Direito
24. A Teoria Tridimensional do Direito.



## UNIDADE II - A Ciência do Direito

1. A Cientificidade do Direito
2. Defensores da Cientificidade do Direito
3. Opositores da Cientificidade do Direito
4. As Escolas do Direito e seus pensadores

## UNIDADE III - A Filosofia do Direito

1. A Filosofia do Direito e os seus principais pensadores
2. Aristóteles
3. Augusto Conte
4. Carlos Cósio
5. Karl Marx, Friedrich Engels
6. Lourival Vilanova, João Batista Herkenhoff, Miguel Reale

## UNIDADE IV - A Norma Jurídica

1. A Norma Jurídica e as outras normas
2. Definição de norma jurídica; elementos e características da norma jurídica
3. Norma e Ordenamento jurídico
4. Norma jurídica e lei
5. As normas constitucionais
6. As normas ordinárias e regulamentares
7. As lacunas no direito
8. Conflito de normas

## UNIDADE V - O Sistema Jurídico e a Tópica Jurídica

1. O Direito como sistema e sua relação com os outros sistemas
2. O sistema jurídico brasileiro
3. Os sub-sistemas
4. A Tópica Jurídica
5. Direito Público e Direito Privado

## UNIDADE VI - Noções de hermenêutica

1. Métodos de interpretação do Direito
2. O papel e a força das decisões dos Tribunais como elemento de criação do Direito

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.  
SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

## 6- BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Alaôr Caffé. Lógica: pensamento formal e argumentação. São Paulo: Edipro 2000
- CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 10. ed., São Paulo, Saraiva, 1998.
- \_\_\_\_\_. Direito tributário: fundamentos jurídicos da incidência tributária. São Paulo, Saraiva, 1998.
- COELHO, Fábio Ulhôa. Para entender Kelsen. São Paulo: Max Limonad, 1999.
- \_\_\_\_\_. Roteiro de lógica jurídica. São Paulo: Max Limonad, 1998.
- DINIZ, Maria Helena. Lei de introdução do código civil brasileiro interpretada. São Paulo: Saraiva, 1996.
- DWORKIN, Ronald. Uma questão de princípio. Martins Fontes: São Paulo, 1998.
- \_\_\_\_\_. O império do direito. Martins Fontes: São Paulo, 1998.
- ENGLISH, Karl. Introdução ao pensamento jurídico. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 1988
- FERRAZ JR., Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito. 2. ed., São Paulo, Atlas, 1994.
- \_\_\_\_\_. Teoria da Norma Jurídica. 3. cd., Rio de Janeiro, Forense, 1997.
- GUIBOURG, Ricardo *et alii*. Introducción ai Conocimiento Científico. Buenos Aires, Eudeba, 1993.
- \_\_\_\_\_. Lógica, proposición e norma. Editorial Astrea. Buenos Aires, 1995.
- KELSEN, Hans. Teoria geral do direito e do Estado. São Paulo, Fontes, 1992.
- \_\_\_\_\_. Teoria pura do direito. São Paulo, Martins Fontes, 1997.
- \_\_\_\_\_. Teoria geral das normas. Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris, 1986.
- MOUSSALLEM, Tárek Moysés. As fontes do direito. São Paulo, Max Limonad, 2000.
- NINO, Carlos Santiago. Introducción ai analisis del derecho. Buenos Aires, Astrea, 1995.
- SANTI, Eurico Marcos Diniz de. Lançamento tributário. São Paulo, Max Limonad, 1996.
- VILANOVA, Lourival. Causalidade e relação no direito. São Paulo, RI, 2000.
- \_\_\_\_\_. Estruturas lógicas e o sistema do direito positivo. São Paulo, Max Limonad, 1.997.

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: ECONOMIA B

CÓDIGO: ECO 00350

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): NENHUM

EMENTA:

Noções de História do Pensamento Econômico. Liberalismo econômico x intervenção estatal. Política Econômica : fiscal, monetária e cambial. Inflação. Economia internacional. Dívida externa.

### 1- OBJETIVOS:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa, suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADES

- 2.1 - Conceitos Básicos
  - 2.1.1- Economia e Direito
  - 2.1.2- Conceituação de Economia
  - 2.1.3- Utilidades, Bens e Serviços
  - 2.1.4- Compartimentos da Economia
  - 2.1.5- Fatores de Produção - Sistema Econômico
- 2.2- Agregados Econômicos
  - 2.2.1- PIB e PILpm, PIL e PIBcf, R. Interna, Renda Nacional e conceitos de disponibilidade interna e nacional.
- 2.3- Políticas
  - 2.3.1- Fiscal: Orçamento Público; Déficit Público
  - 2.3.2- Monetária e Sistema Financeiro Brasileiro: Inflação
- 2.4- Política Cambial
  - 2.4.1- Economia Internacional
  - 2.4.2- Balanço de Pagamentos
  - 2.4.3- Dívida Externa
- 2.5 - Noções de História do Pensamento Econômico

### 3- METODOLOGIA:

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa. (Estudo de casos práticos)

### 4- RECURSOS:

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO:

DIAGNÓSTICA: sondagem de conhecimentos anteriores sobre os assuntos, interesses.

FORMATIVA: exercícios orais e escritos

SOMATIVA: Prova mensal (após o segundo e após o último item)

Prova final (conforme calendário acadêmico)

## 6-BIBLIOGRAFIA

- CARDOSO, Eliane A. Economia Brasileira ao Alcance de Todos. São Paulo, Brasiliense
- CASTRO, A. B. de e LESSA, C. Francisco . Introdução à Economia. Rio de Janeiro, Forense Univesitária
- LOPES, João C. e ROSSETI, J.P. Economia Monetária. São Paulo, Atlas
- MEDEIROS FILHO, Benedito Cabral de . Fundamentos de Economia para a Prática de Negócios. São Paulo, Ed. STS , edição mais recente.
- MORCILIO, Francisco Mochón e TROSTER, Roberto Luís. Introdução à Economia. São Paulo, Makron Books, 1994.
- ROSSETI, J.P. Introdução à Economia. São Paulo, Atlas , 16ª ed.

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: LÍNGUA PORTUGUESA

CÓDIGO: LET 02630

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): NENHUM

EMENTA:

Produção e compreensão de texto como prática interdisciplinar. Análise do texto do aluno (questão da textualidade). A tipologia do texto: prática e análise dos diferentes tipos de textos produzidos pelos alunos.

1- OBJETIVOS:

- 1.1-Recriar aspectos de sua realidade objetiva pela leitura e produção de textos;
- 1.2-Aprofundar seus conhecimentos da variedade culta formal da língua.
- 1.3-Reconhecer o valor da língua portuguesa como instrumento de entendimento e registro de sua própria história.

2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADES

- 2.1- Leitura, produção de textos e análise discursiva dos textos do aluno, na perspectiva da Lingüística Textual e da Análise do Discurso;
- 2.2- Prática de expressão escrita;
- 2.3- Análise discursiva do texto do aluno.

3- METODOLOGIA:

O processo de leitura e produção de texto será desenvolvido com base na análise constante e continuada de temas do interesse do aluno, refletidos no trabalho, na família, nos grupos de amigos, nos meios de comunicação de massa e de cultura, em qualquer processo, com informações específicas sobre tipologia do texto, condições de produção e recepção de textos, estrutura textual e estratégias discursivas, mecanismos de coesão e coerência textual, níveis de linguagem, norma e erro lingüístico, etc. As aulas serão o espaço para ação-reflexão sobre a realidade objetiva. O tratamento teórico, indispensável a exercício da linguagem, respeitará basicamente dois grupos: primeiro, o momento e o contexto em que problemas de ordem lingüística surgem; depois, o caráter de interdependência de todas as fases do processo educativo. Serão desenvolvidas aulas expositivas dialogadas e dinâmicas de grupo.

4- RECURSOS:

Quadro e giz, textos diversos , transparências.

5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: sondagem de conhecimentos anteriores, necessidades, interesses.

FORMATIVA: exercícios orais e escritos.

SOMATIVA: a avaliação será centrada na expressão do pensamento: forma e conteúdo.

## 6- BIBLIOGRAFIA:

- ABREU, Antônio Suárez, Curso de redação. São Paulo, Ática, 1989.
- BARROS, Jaime. Encontros de redação. São Paulo, Moderna, 1984;
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. São Paulo, Nacional, 1987;
- CÂMARA Jr. Joaquim Mattoso. Expressão oral e escrita, Rio de Janeiro, J. Ozon, 1985;
- BERNARDO, Gustavo. Redação inquieta. Rio de Janeiro, Globo, 1985.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Luís F. Lindlyey. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985;
- FAUSTICH, Enilde L. de J. Como ler, entender e redigir um texto. Petrópolis, Vozes, 1988;
- FÁVERO, Leonor Lopes e Koch, Ingedore G. Villaça. Linguística textual: introdução. São Paulo. Cortez, 1983;
- FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. São Paulo, Contexto, USP.
- FIORIN, José Luiz & SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo, Ática, 1990.
- GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna. Rio de Janeiro. Getúlio Varga, 1984.
- LUFT, Celso Pedro. Língua e liberdade: por uma nova concepção da língua materna e seu ensino. Porto Alegre, LPM, 1985.
- MIGUEL, Jorge. Curso de redação. São Paulo, Habra 1987.
- PACHECO, Angelo de Carvalho. A dissertação. São Paulo, Atual 1988.
- SOARES, Magda, B. Linguagem e escola: uma perspectiva social. São Paulo, Ática, 1986.

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA : **FILOSOFIA E ÉTICA**

CÓDIGO: FIL 03779

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): NENHUM

EMENTA:

Aproximação à Filosofia. Tendências Filosóficas Contemporâneas. Fundamentos da Ética. Ética e Direito.

### 1- OBJETIVOS:

- 1.1-Compreender os momentos mais significativos da história do pensamento ocidental.
- 1.2-Desenvolver consciência crítica para o exercício da capacidade humana de se interrogar e para uma participação mais ativa na comunidade em que vive.
- 1.3-Adquirir conhecimentos teóricos para o enriquecimento da reflexão ética.
- 1.4-Perceber a estreita relação existente entre a Ética e o Direito.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADES

#### 2.1- APROXIMAÇÃO A FILOSOFIA

- 2.1.1- O que é Filosofia?
- 2.2.1- Reflexão filosófica: criticidade, radicalidade, totalidade.

#### 2.2- TENDÊNCIAS FILOSÓFICAS CONTEMPORÂNEAS:

- 2.2.1- Idealismo
- 2.2.2- Materialismo
- 2.2.3- Positivismo. Positivismo no Brasil
- 2.2.4- Neo-Positivismo
- 2.2.5- Existencialismo
- 2.2.6- Fenomenologia
- 2.2.7- Estruturalismo
- 2.2.8- A Filosofia no Brasil

#### 2.3- FILOSOFIA E ÉTICA:

- 2.3.1- Definição de Ética. Ética e Moral
- 2.3.2- A fundamentação da ética: A pessoa humana, atributos principais, amor e razão (desejo e vontade)
- 2.3.3- As questões fundamentais da ética: A felicidade, a responsabilidade, liberdade e determinismo.
- 2.3.4- A importância ética no dimensionamento humano.
- 2.3.5- Os valores morais. Estudos dos principais valores éticos.

#### 2.4- ÉTICA, JUSTIÇA E DIREITO

- 2.4.1- A Ética das Virtudes
  - 2.4.1.1- Ética e Justiça em Aristóteles
  - 2.4.1.2- Ética e Justiça em São Tomás de Aquino
- 2.4.2- A Ética das Normas
  - 2.4.2.1- Ética e Justiça em Kant
  - 2.4.2.2- O princípio da Justiça em J. Rawls
- 2.4.3- Justiça: Princípio e Virtude

### 3- METODOLOGIA:

Aulas expositivas dialogadas;  
Leitura e fichamento de textos  
Debates

### 4- RECURSOS:

Quadro e giz, textos, transparências.

### 5- AVALIAÇÃO:

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: Leituras (resenhas)

SOMATIVA: Trabalhos escritos, obedecendo-se os seguintes critérios de correção:

Capacidade de leitura e compreensão; delineamento das questões propostas e abordagem crítica. Provas

### 6- BIBLIOGRAFIA:

#### FILOSOFIA:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofando: Introdução à filosofia. São Paulo, Ed. Moderna, 1986.

BORNHEIN, Gerd A. Introdução ao filosofar. 8ª ed. Rio de Janeiro, Record, 1980.

BUZZI, Arcangelo R. Introdução ao pensar. 11ª ed. Petrópolis, Vozes, 1983.

CHAUÍ, Marilena et. Al. Primeira filosofia. 4ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1984.

CORBISIER, R. C. de A. Introdução à filosofia. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1983.

COTRIM, Gilberto. Fundamentos da filosofia para uma geração consciente: elementos da história do pensamento ocidental. 3ª ed. São Paulo, Saraiva, 1988.

CYRINO, Hélio. Filosofia hoje, 5ª ed. Campinas. Papyrus, 1986.

MORENTE, Manoel G. Fundamentos de filosofia - lições preliminares. 2ª ed. São Paulo. Mestre Jou, 1966.

NIELSEN NETO, Henrique. Filosofia básica. 2ª ed. São Paulo, Atual Editora, 1985.

NUNES, Cesar A. Aprendendo filosofia. Campinas, Papyrus, 1986.

OLIVEIRA, Admardo S. et. al. Introdução ao pensamento filosófico. 4ª ed. São Paulo, Edições Loyola, 1990.

OLSCAMP, Paul J. Introdução à Filosofia. Rio de Janeiro. Livros Técnicos e Científicos Editora, 1980.

TELLE, Antônio Xavier. Introdução ao estudo de filosofia. 26ª ed. São Paulo, Ed. Ática, 1989.

TOBIAS, José Antônio. Iniciação à filosofia. 7ª ed. Presidente Prudente, Ed. Da UNOESTE, 1986.

#### ÉTICA:

ALBERONI, Francesco & VECA, Salvatore. O altruísmo e a Moral. Rio de Janeiro. Rocco. 1990.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. Brasília, Editora UNB, 1985.

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo. Ed. Ática. 1994.

KANT, Immanuel. Fundamentação da Metafísica dos Costumes. Lisboa, Edições 70, 1988.

LAUAND, Luiz Jean (Org.) Ética: questões fundamentais. São Paulo, EDIX-Edições, 1994.

OLIVEIRA, Manfredo A. de. Ética e Práxis Histórica. São Paulo. Ática. 1995.



PAIM, Antônio e outros. Moral (Curso de Humanidades 3). Londrina, UEL:Instituto de Humanidades, 1997.

PEGORARO, Olinto. Ética e Justiça. Petrópolis, Vozes, 1995.

PIEPER, Annemarie. Ética y Moral. Barcelona. Editorial Critica. 1991.

PERELMAN, Chaim. Ética e Direito. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

RAWLS, J. Uma teoria da justiça. Brasília, UNB, 1981.

SALGADO, Joaquim Carlos. A idéia da justiça em Kant- seu fundamento na liberdade e na igualdade. Belo Horizonte, UFMG, 1986.

VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética. Rio de Janeiro. Civilização Brasileiro, 1982.

ZAJDSZNAJDER, Luciano. Ser Ético. Rio de Janeiro, Gryphus, 1994.

## **SEGUNDO PERÍODO**

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: **SOCIOLOGIA APLICADA AO DIREITO**

CÓDIGO: CSO 0183

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 00298 (Introdução ao Estudo do Direito I) e CSO 02101 (Introdução às Ciências Sociais)

EMENTA

Introdução à análise sociológica da sociedade. Sociologia do Direito. o direito como fato social. O direito e a sociedade capitalista.

### 1 - OBJETIVOS

Entender o Direito como uma das estruturas de controle social, mediante o exame de seus instrumentos e de suas diferentes formas de ação. Analisar as relações entre o direito e a sociedade, procurando investigar em que medida os fatores econômicos, sociais e políticos atuam sobre o Direito enquanto estrutura de controle. Ao mesmo tempo, adquirir visão crítica sobre o papel do direito no processo de reprodução ou transformação da sociedade.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADES

2.1-Introdução: Sociologia e Sociologia Aplicada ao Direito.

2.2-O Direito como fato social.

2.2.1- O Direito: instrumento de organização social:a ordem interna das organizações sociais: normas sociais;

2.2.2- concepção dogmática da norma jurídica.

2.2.3- O Direito como fenômeno observável:

2.2.4- O Direito como rito

2.2.5- O Direito como elaboração legislativa (quem é o legislador?);

2.2.6- O destinatário da norma jurídica.

2.3-O Direito como fenômeno valorativo:

2.3.1- A ideologia e a dimensão ideológica do direito;

2.3.2- O controle social e o Direito

2.3.3- O Direito e os Direitos: o princípio do Direito único; a alternativa pluralista;

2.3.4- Direito e Justiça.

2.4- Direito, Poder e Legitimidade:

2.4.1- Direito e Poder;

2.4.2- O princípio da legitimidade;

2.4.3- Legitimidade e alienação;

2.4.4- Legitimidade e consciência;

2.4.5- Direito e legitimidade.

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

#### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

#### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

#### 6-BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AGUIAR, A. R. Roberto . Direito, Poder e Opressão. Editora Alfa-Omega,  
ARNAUD, André Jean . Ser Jurista e Contestador? In Crítica do Direito nº 1, 1980 (pág. 15 a 26).

COMPARATO, Fábio Konder . Educação, Estado e Poder. Editora Brasiliense

ERLICH, Eugen . Fundamentos da Sociologia do Direito. Editora Universidade de Brasília

HERCKENHOFF, João Baptista . Crime Tratamento sem Prisão. Petrópolis, Vozes, 1987 (p. 11 -43).

MARTINS, Carlos B. O que é Sociologia? Coleção Primeiros Passos. Editora Brasiliense

POULANTZAS, Nicos . A lei. In Crítica do Direito nº 1, 1980 (p. 63 - 82).

ROS, F. A. de Miranda. Poder, Direito e Sociedade. Zahar Editores

SOUTO, Cláudio e Solange . Sociologia do Direito. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1987 (p. 12 a 19);

**Observação:** A bibliografia será ampliada durante o curso. Ficará à disposição dos alunos na Biblioteca Central da UFES, pasta contendo cópia da Bibliografia Básica supra citada.

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA:INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO II

CÓDIGO: DIR 00299

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 00298 (Introdução ao Estudo do Direito I)

EMENTA:

I - Norma Jurídica. A eficácia da Lei no Tempo e no Espaço. Hermenêutica e Interpretação do Direito. A jurisprudência e operação de julgamento: fins sociais e bem comum, vontade da lei, vontade do legislador ou vontade do juiz ? II - Sujeitos de Direito. Pessoa Natural e Pessoa Jurídica. Relação jurídica: conceito, formação, elementos. Direito Subjetivo. Dever jurídico. III - Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro. Coisa julgada. Ato jurídico perfeito. Direito adquirido. IV - Técnica Legislativa. Lei Complementar 95/98.

### 1- OBJETIVOS

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa, suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS: UNIDADES

1. - Sistema do Direito Positivo e Sistema da Ciência do Direito – Definição de sistema. Precisão de conceitos. Características. Intransitabilidade dos Sistemas. O Direito Positivo como objeto de estudos da Ciência do Direito. Valores atribuíveis aos sistemas. Consistência e não-contradição. Tópica. Os princípios do Direito Positivo brasileiro.

2- A Norma Jurídica – Enunciado e proposição (juízo). Lei e norma. Estrutura lógica. Estrutura interna- antecedente e conseqüente. Estrutura externa – norma primária e norma secundária. O dever-ser para Lourival Vilanova. Norma geral e abstrata e norma individual e concreta. Regra da conduta e regra de estrutura.

3 - Fato jurídico e relação jurídica – Fato social. Fato jurídico. Fato lícito. Fato ilícito. Fato jurídico em sentido amplo e em sentido estrito. Relação jurídica. Relação jurídica em sentido amplo e em sentido estrito. Os modais deonticos –proibido, permitido, obrigatório.

4 - Os sujeitos de direito. Estrutura da relação jurídica. Relação jurídica de direito material e de direito processual. Personalidade e capacidade. Coisa julgada, ato jurídico perfeito, direito adquirido.

5 - Fontes do direito – Acepções da expressão. Imprecisão do conceito. Conceito de fontes do direito no sentido dogmático. Fontes materiais. Fontes formais e veículos introdutórios de enunciados prescritivos. O costume jurídico como fonte do direito. A jurisprudência. O problema da doutrina como fonte do direito.

6 - Conceitos fundamentais – Validade. Fundamento de validade. Vigência. Eficácia – técnica, jurídica e social. Aplicação do direito. Incidência.

7 – Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro como norma geral de Direito. Conflitos de Leis no Tempo. Vigência temporária da lei. Revogação da Lei. Leis Repristinatórias. Antinomias: os conflitos de leis no tempo e suas soluções. Princípio da Irretroatividade,

Retroatividade e Ultra-atividade da Lei. Análise dos artigos da Lei de Introdução relacionados à matéria.

8 - Conflitos de Leis no Espaço. Limites da Lei no Espaço. O conflito de Leis no espaço e suas soluções. Princípios básicos. O sistema adotado no Brasil. Análise dos artigos da Lei de Introdução relacionados à matéria.

9 - Hermenêutica – Retomada da relação direito e linguagem. Hermenêutica e Ciência. Interpretação como sistema. O percurso gerativo de sentido. Os subsistemas da geração de sentido. As técnicas interpretativas nos planos sintático, semântico e pragmático da linguagem prescrtiva (interpretação gramatical, lógica, sistemática, histórico-evolutiva, sociológica, axiológica e teleológica). Os tipos interpretativos: interpretação extensiva, restritiva e especificadora. *Voluntas legis* ou *voluntas kgislatoris*. Interpretação e tópicos: o paradigma da lei, o paradigma do juiz e o paradigma do caso concreto.

10 - Integração – Interpretação e integração. Os conflitos normativos. Lacunas. Constatação e preenchimento (colmatação). Antinomia real e antinomia aparente. Modos de integração do direito. Critérios quase-lógicos: analogia, indução amplificadora, interpretação extensiva. Instrumentos institucionais: costumes, princípios gerais de direito, equidade.

11 - Técnica legislativa de elaboração de leis. Lei Complementar nº 95/98 e seu Decreto regulamentador.

### 3- METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários . Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

### 4- RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 6- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades

FORMATIVA: acompanhamento constante a partir da participação do aluno nas aulas

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

### 6- BIBLIOGRAFIA

ALVES, Alaôr Caffé. Lógica: pensamento formal e argumentação. São Paulo: Edipro, 2000  
CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 10. ed., São Paulo, Saraiva, 1998.

\_\_\_\_\_. Direito tributário: fundamentos jurídicos da incidência tributária. São Paulo, Saraiva, 1998.

COELHO, Fábio Ulhôa. Para entender Kelsen. São Paulo: Max Limonad, 1999.

\_\_\_\_\_. Roteiro de lógica jurídica. São Paulo: Max Limonad, 1998.

DINIZ, Maria Helena. Lei de introdução do código civil brasileiro interpretada. São Paulo: Saraiva, 1996.

DWORKIN, Ronald. Uma questão de princípio. Martins Fontes: São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. O império do direito. Martins Fontes: São Paulo, 1998.

- ENGLISH, Karl. Introdução ao pensamento jurídico. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 1988
- FERRAZ JR., Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito. 2. ed., São Paulo, Atlas, 1994.
- \_\_\_\_\_. Teoria da Norma Jurídica. 3. cd., Rio de Janeiro, Forense, 1997.
- GUIBOURG, Ricardo *et alii*. Introducción ai Conocimiento Científico. Buenos Aires, Eudeba, 1993.
- \_\_\_\_\_. Lógica, proposición e norma. Editorial Astrea. Buenos Aires, 1995.
- KELSEN, Hans. Teoria geral do direito e do Estado. São Paulo, Fontes, 1992.
- \_\_\_\_\_. Teoria pura do direito. São Paulo, Martins Fontes, 1997.
- \_\_\_\_\_. Teoria geral das normas. Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris, 1986.
- MOUSSALLEM, Tárek Moysés. As fontes do direito. São Paulo, Max Limonad, 2000.
- NINO, Carlos Santiago. Introducción ai analisis del derecho. Buenos Aires, Astrea, 1995.
- SANTI, Eurico Marcos Diniz de. Lançamento tributário. São Paulo, Max Limonad, 1996.
- VILANOVA, Lourival. Causalidade e relação no direito. São Paulo, RI, 2000.
- \_\_\_\_\_. Estruturas lógicas e o sistema do direito positivo. São Paulo, Max Limonad, 1997.

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: TEORIA DO DIREITO CIVIL

CÓDIGO: DIR 03781

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S) DIR 00298 (Introdução ao Estudo do Direito I)

EMENTA:

O Direito Civil: conceito, formação histórica e ideológica. O movimento de codificação. Pessoa e Direitos da Personalidade. Fato e Ato Jurídicos. Bens. Prescrição e decadência.

### 1- OBJETIVOS:

Despertar para a importância da análise histórico-crítica dos institutos jurídicos do direito civil;

Adquirir conhecimentos sobre as estruturas fundamentais do Direito Civil e sua importância para a sociedade em que vivemos;

Refletir sobre temas polêmicos e atuais do Direito Civil, demonstrando as posições jurídicas divergentes com o objetivo de habituar-se ao debate de teses, avançando para além dos manuais tradicionais e dos textos legais.

Analisar a importância histórica e social da autonomia privada e da responsabilidade civil como respeito ao patrimônio da pessoa humana;

Analisar os vícios que podem se apresentar nas relações jurídicas, no objeto contratado, ressaltando-se a responsabilidade civil dos sujeitos de direito envolvidos;

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADES

#### 1 – Introdução aos conceitos fundamentais do Direito Privado

Direito e sua história

Direito suas funções e seu fundamento; os valores do Direito

- Direito Privado e sua constitucionalização
- História e evolução do Direito Civil e do Código Civil
- Os institutos fundamentais do Direito Civil: a personalidade, a família, a propriedade, o contrato, a responsabilidade civil, a sucessão hereditária
- A sistematização do Direito civil (as Partes do Código Civil)
- A assietematização e os microssistemas jurídicos no Direito Civil
- As tendências do Direito Civil

#### 2 – Noções sobre Norma Jurídica

- Conceito, característica, elementos, classificação e destinatários da norma jurídica
  - A estrutura interna da norma jurídica
  - A estrutura externa da norma jurídica
  - As partes das normas jurídicas
- A sanção civil; espécies de sanção; a sanção premial
- A lei, o costume, os princípios gerais do direito
  - A jurisprudência e a doutrina.
  - Interpretação das Normas Jurídicas
  - As lacunas da lei e sua colmatação



### 3 – Noções sobre vigência da Lei no Espaço e no Tempo

- Revogação e retroatividade da lei;
- Princípios da Lei de Introdução ao Código Civil aplicáveis ao Direito Civil
- A segurança jurídica: ato jurídico perfeito, coisa julgada, direito adquirido

### 4 - Os Sujeitos do Direito

- A pessoa; a pessoa física: início e fim da personalidade
- A autonomia privada e a autonomia da vontade
- A dignidade da pessoa humana e a Constituição Federal
- Capacidade: conceito e espécie; a legitimação
- As incapacidades
- Estado civil
- A ausência: conceito espécies e efeitos

### 5 – Os direitos da personalidade

- conceito e razão de ser;
- natureza jurídica e características;
- objeto e titularidade
- classificação

### 6 - A Pessoa Jurídica

- Teorias, conceito, classificação
- A função social da empresa na ordem constitucional
- As formas jurídicas de pessoas jurídicas; associações e fundações

### 7 - Representação

- Conceito
- Características
- Importância
- Determinação e espécies

### 8. Domicílio

- Conceito
- Características
- Importância
- Determinação e espécies

### 9. Coisas e bens

- Conceito
- Características
- Importância
- Determinação e espécies
- A função social da propriedade na Constituição Federal
- Abuso de posições jurídicas

### 10. A relação jurídica de Direito Privado

- Fundamentos ideológicos; a autonomia privada como fonte de criação de Direitos
- Histórico e Elementos
- Conteúdo
- Espécies

- Efeitos
- Aquisição, exercício, proteção e fim dos direitos
- O abuso de Direito

#### 11. Fatos Jurídicos e Atos Jurídicos

- Teorias acerca do Fato e Ato Jurídicos
- Manifestação da vontade
- Defeitos dos Atos Jurídico: erro, dolo, coação, simulação, fraude contra credores
- Forma e Prova
- Inexistência, invalidade e Ineficácia do Ato Jurídico

#### 12. Negócio Jurídico

- A autonomia privada e a autonomia da vontade
- Modalidades de Atos Jurídicos: condição, termo e encargo.
- Noções sobre Lesão, Estado de Perigo e excesso de onerosidade

#### 13. O ato ilícito

- Conceito, importância, elementos
- A ação ou omissão do agente
- A culpa e o dolo
- Noções sobre responsabilidade civil: subjetiva e objetiva; contratual e extracontratual

#### 14 - Prescrição e Decadência

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

### 6. BIBLIOGRAFIA

#### Básica

AMARAL, Francisco. Direito Civil Brasileiro: introdução. Rio de Janeiro: Renovar, 2.000

ANDRADE, Chistiano José de . O Problema dos Métodos da Interpretação Jurídica. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.

AZEVEDO. Plauto Faraco. Aplicação de Direito e Contexto Social. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1996.

DINIZ, Maria Helena. Lei de Introdução ao CCB interpretada. São Paulo: Saraiva, 1997.

FACHIN, Luiz Edson. Teoria crítica do direito civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2.000.

GOMES, Orlando. Introdução ao Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense, 1974.  
PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Vol. I. Rio de Janeiro: Forense, 1997.  
PERLINGERI, Pietro. Perfis do Direito civil - Introdução ao Direito Civil Constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 1999  
TEPEDINO, Gustavo. Temas de direito civil. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

#### Complementar

CAHALI, Yussef Said. Aspectos Processuais da Prescrição e Decadência. São Paulo: Revista dos Tribunais.  
CÂMARA LEAL, Antônio Luiz da. Prescrição e Decadência. Rio de Janeiro: Forense, 1982.  
CARNELUTTI, Francisco. Teoria Geral do Direito Civil. Trad. Port. Coimbra: Armênio Amado, 1942.  
DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. 1º Vol. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 1996.  
LUIZ, Valter Correa. Introdução ao Estudo do Direito. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.  
MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil. Vol. I, São Paulo: Saraiva, 1993.  
OSCAR, Tenório. Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro. Rio de Janeiro: Borsoi, 1955.  
RODRIGUES, Silvio. Direito Civil - Parte Geral. 1º Vol. São Paulo: Saraiva, 1997.  
SERPA LOPES, M.M. Curso de Direito Civil. Vol. I. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1989.  
VIANA, Marco Aurélio S. Curso de Direito Civil. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.  
WALD, Arnold. Curso de Direito Civil Brasileiro - Introdução e Parte Geral. 8. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

#### Periódicos

Revista Trimestral de Direito Civil. Editora PADMA/Renovar, Rio de Janeiro  
Revista de Direito Privado. Editora RT, São Paulo

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: TEORIA DO DIREITO PENAL I

CÓDIGO: 03782

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 00298 (Introdução ao Estudo do Direito I)

EMENTA:

Conceito, Formação Histórica. Princípios Constitucionais. Aplicação da Lei Penal. Crime. Imputabilidade Penal. Concurso de Pessoas.

### 1- OBJETIVOS:

1.1-Tomar conhecimento do Direito Penal e disciplinas afins, assim como do cotidiano forense e das delegacias de polícia; conhecer os princípios e regras gerais do Direito Penal, mediante estudo crítico e aprofundado dos dispositivos legais, de sua aplicação prática e de suas conseqüências na Sociedade; introduzir-se no debate das reformas penais e de política criminal.

1.2-Conhecer as diversas teorias a respeito do conceito de crime, identificando e compreendendo cada um dos elementos adotados por essas correntes; identificar e analisar as causas dos resultados juridicamente apenados e os seus responsáveis, e conhecer as causas de exclusão de crime e os seus requisitos legais; conhecer os elementos essenciais e acidentais de cada conduta, e apontar os tipos penais adequados aos casos concretos ou hipotéticos que lhe forem apresentados, observando quando se tratar de crime consumado, tentado, exaurido, continuado, permanente, etc.

1.2-Despertar o gosto pelo estudo do Direito Penal, procurando espontaneamente informações complementares sobre o assunto.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADES

2.1- Direito Penal: conceito, história, fonte. Relações com outros ramos do Direito e disciplinas afins.

2.2- Princípios Constitucionais do Direito Penal;

2.3- Norma Penal. Princípio da Legalidade e da Reserva Legal. Conflito de normas e conflito aparente. Eficácia espacial e temporal da lei, eficácia quanto à pessoa, sentença estrangeira. Analogia e interpretação analógica. Costumes. Tipo Legal.

2.4- Conceito de Crime. Sujeitos do Crime. Causalismo e Finalismo. Ação. Causas e relação de causalidade.

2.5- Tipo e Tipicidade, elementos objetivos, subjetivos, normativos e descritivos e condições especiais de punibilidade ou de procedibilidade.

2.6- Ilicitude.

2.7- Culpabilidade. Imputabilidade, inimputabilidade, semi-imputabilidade. Emoção e paixão. Embriaguês.

2.8- Crime Consumado, tentado, exaurido e impossível. Crime Putativo. Desistência e arrependimento.

2.9- Erro

2.10- Causas de exclusão de crime. Legítima defesa, estado de necessidade, estrito cumprimento do dever legal, exercício regular de um direito. Coação. Obediência hierárquica. Causas supralegais ou atípicas de exclusão da ilicitude. Excludentes putativas.

2.11- Concurso de crimes

- 2.12- Concurso de pessoas. Circunstâncias comunicáveis. Punibilidade.  
2.13- Classificação dos crimes.  
2.14- Criminologia e Política Criminal. Correntes. Descriminalização. Entorpecentes.  
Beccaria, Raúl Cervíni, Maquiavel, Nietzsche, Foucault, Schopenhauer, Louk Hulsmann

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

### 6- BIBLIOGRAFIA:

#### **MANUAIS:**

BITTENCOURT, Cezar Roberto. Teoria Geral do delito. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1997.

BRUNO, Aníbal. Direito penal: parte geral. Rio de Janeiro, Nacional de Direito, 1956.2t.

COSTA JUNIOR, Paulo José da. Curso de direito penal. 2.ed. atual e aum. São Paulo, Saraiva, 1992. 3 v

JESUS, Damásio E. de. Direito Penal. 15 ed. Ver. E atual. São Paulo, Saraiva, 1991-1994. 4 v.

FAGROSO, Heleno Cláudio. Lições de Direito Penal. 15.ED. VER. E ATUAL. POR Fernando Fragoso. Rio de Janeiro, Forense, 1994.

MESTIERI, João. Teoria elementar do direito criminal: parte geral. Rio de Janeiro, João Mestieri, 1990.

SANTOS, Juarez Cirino dos. Direito penal: a nova parte geral. Rio de Janeiro, Forense, 1985.

#### **BIBLIOGRAFIA NACIONAL:**

ANDREUCCI, Ricardo Antunes. Direito penal e criação judicial. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1989.

ARAÚJO JÚNIOR, JOÃO Marcellode (Org). Ciência e política criminal em honra de Heleno Fragoso, Rio de Janeiro, Forense, 1992.

ARBEX JÚNIOR, José; TOGNOLLI, Claudio Julio. O século do crime. São Paulo, Bontempo, 1996.

BADARÓ, Ramagem. Introdução do estudo das três escolas penais. Salvador, Curriculum, 1965.

BARRETO, Carlos Xavier Paes. Indelinqentes. Rio de Janeiro, Livraria Jacintho

BATISTA, Weber Martins. Direito penal e direito processual penal. 2. ed.ver e atual. Rio de Janeiro, Forense, 1997.

CAMARGO, <sup>a</sup> L. Chaves. Culpabilidade e reprovação penal. São Paulo, Sugestões Literárias, 1994.

COSTA, Carlos Adalmyr Condeixa da. Da natureza formal dos crimes culposos: contribuição da teoria egológica do direito para a teoria finalista da ação. Rio de Janeiro, Líber Júrís, 1989.

CUNHA, L. Fernando Whitaker da. Direito penal: fraude fiscal e outros estudos. Rio de Janeiro, Forense, 1980.

GOMES, Luiz Flávio, CERVINI, Raúl. Crime organizado: enfoques criminológico, jurídico (Lei 9.034/95) e político-criminal. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1995.

KEHDY, Carlos. Elementos de criminalística. 3 ed. ver. E aum. São Paulo, Sugestões Literárias, 1968.

LOPES, Maurício Antônio Ribeiro. Princípio da legalidade penal: projeções contemporâneas. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1994. (Princípios Fundamentais do Direito Penal Moderno, 1).

LUNA, Everardo da Cunha. Estrutura jurídica do crime. 4.ed. acresc. São Paulo, Saraiva, 1993.

LYRA, Roberto. Expressão mais simples do direito penal: introdução e parte geral. Rio de Janeiro, Faculdades Integradas Estácio de Sá, 1976.

MAGALHÃES, Délio. Causas da exclusão de crime. 2 ed. atual. São Paulo, Saraiva, 1975.

MARQUES, João Benedito de Azevedo (Org.) Reflexões sobre a pena de morte. São Paulo, Cortez, 1993.

MELLO, Lydio Machado Bandeira. Crime e exclusão de criminalidade. 3 ed. ver. E ampl. Belo Horizonte, Bernardo Álvares, 1962.

\_\_\_\_\_. Da responsabilidade penal e da isenção de pena. 2 ed. ver e ampl. Belo Horizonte, Bernardo Álvares, 1962.

PIERANGELLI, José Henrique. O consentimento do ofendido na teoria do delito. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1989.

PRADO, Luiz Regis. Bem jurídico-penal e Constituição. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1996.

RAMOS, João Gualberto Garcez. A inconstitucionalidade do "direito penal do terror". Curitiba, Juruá, 1991.

RODRIGUES, Maria Stella Souto Lopes. ABC do direito penal. 10 ed. atual. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1988.

SALLES JÚNIOR, Romeu de Almeida. Código penal interpretado. São Paulo, Saraiva, 1996.

SANTOS, Juarez Cirino dos. Teoria do crime. São Paulo, Acadêmica, 1993.

SANTOS, William Douglas Resinente dos, PRADO, Geraldo Luiz Mascarenhas. Comentários à lei Do crime organizado (lei n. 9.034/95). Belo Horizonte, Del Rey, 1995.

SOBRINHO, Antônio Lemos. Da legítima defesa. 2 ed. São Paulo, Saraiva & Cia, 1931.

SODRÉ, Moniz. As três escolas penais: clássica, antropológica e crítica (estudo comparativo). 8 ed atual. São Paulo, Freitas Bastos, 1977.

SOUZA, Alberto R. R. Rodrigues de. Estado e necessidade: um conceito novo e aplicações mais amplas. Rio de Janeiro, Forense, 1979.

SOUZA, Artur de Brito Gueiros. As novas tendências do direito extradicional. Rio de Janeiro, Renovar, 1998.

TEIXEIRA, Antônio Leopoldo. Da legítima defesa: doutrina, prática, jurisprudência. Belo Horizonte, Del Rey, 1996.

THOMPSON, Augusto. Quem são os criminosos. Rio de Janeiro, Achiamé, 1983

TORON, Alberto Zacharias. Crimes hediondos: o mito da repressão penal: um estudo sobre o recente percurso da legislação brasileira e as teorias da pena. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1996.

TUBENHLAK, James. Teoria do crime: o estudo através de suas divisões. Rio de Janeiro, Forense

ZAFFARONI, Eugênio Raúl, PIERANGELLI, José Henrique. Da tentativa: doutrina e jurisprudência. 3 ed. ver. E atual. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1992.

## BIBLIOGRAFIA ESTRANGEIRA:

- ALBERDI, Francisco Orts. Lãs causas de justificacion em el derecho penal. Buenos Aires, Ghersi, 1988.
- ARROJO, Manuel Lopez-Rey y. La criminalidad: um estúdio analítico. Madrid, Tecnos, 1976.
- ASÚA, Luis Jiménez de. Princípios de derecho penal: la ley y el delito. 3 ed. Buenos Aires, Abeledo-Perrot, 1958.
- BETANCOURT, Eduardo López. Introducción al derecho penal. 3 ed. México, Porrúa, 1995.
- BETTIOL, Giuseppe. Direito penal: parte geral. Trad. De Fernando de Miranda. Coimbra, Coimbra, 1970. 2 t.
- CARNELUTTI, Francesco. Teoria general Del delito. Trad. De Victor Conde. Madrid, Revista de Derecho Privado, 1952.
- CARRARA, Francesco. Cuestiones sobre la tentativa. Trad. De José J. Ortega Torres, Jorge Guerrero. Santa Fé de Bogotá, Temis, 1992.
- CERVINI, Raúl. Os processos de descriminalização. Trad. De Eliana Granja et al. Notas e referências bibliográficas nacionais por Luiz Flávio Gomes. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1995.
- CORREIA, Eduardo. Direito criminal. Colaboração de Figueiredo Dias. Coimbra, Almedina, 1971. 2t.
- DELMAS-MARTY, Meireille. Modelos e movimientos de política criminal. Trad. E notas de Edmundo de Oliveira. Rio de Janeiro, Revan, 1992.
- DIAS, Augusto Silva. A relevância jurídico-penal das decisões de consciência. Coimbra, Almedina
- FRISCH, Wolfgang. Tipo penal e imputación objetiva. Trad. De Manuel Cancio Meliá et al. Madrid, Colex, 1995.
- GOESSEL, Karl-Heinz. Dos estudios sobre la teoria del delito. Bogotá, Temis, 1984.
- GUIMERA, Juan Felipe Higuera. Las excusas absolutórias. Madrid, Marcial Pons, 1993.
- HOOD, Roger, SPARKS, Richard. Problemas clave en criminología. Trad. Para o espanhol de Angeles Escudero. Madrid, Guadarrama, 1970.
- HULSMAN, Louk, CELIS, Jacqueline Bernat de. Penas perdidas :o sistema penal em questão. Trad. De Maria Lúcia Karam. Rio de Janeiro, LUAM, 1993.
- LOMAS, Roberto A M. Teran. La teoria Del autor: en el sistematica del derecho penal y otros ensayos. Buenos Aires, Manes, 1964.
- MARTINEZ, Milton Cairoli. Curso de de derecho penal uruguayo. 2 ed. atual. Montevideo, FCU, 1990. 2 t
- MEDICA, Vincenzo La. O direito de defesa. Trad. De Fernando de Miranda. São Paulo, Livraria Acadêmica, 1942.
- MEJIA, Enrique Ramos. Estúdios de derecho penal. Buenos Aires, Ideas, 1947.
- MESGER, Edmund. Derecho penal: parte general. 6 ed. Trad. De Conrado A. Finzi. Buenos Aires, DIN, 1989.
- MOLINA, Antonio Garcia-Pablos de. Criminologia: uma introdução a seus fundamentos teóricos. Trad. De Luiz Flávio Gomes. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1992.
- RAMELLA, Pablo A. Crimes contra a humanidade. Trad. De Fernando Pinto. Rio de Janeiro, Forense, 1987.
- RAMIREZ, Juan Bustos. Introducción al derecho penal. 2 ed. Santa Fé de Bogotá, Colômbia, 1994.
- ROXIN, Claus. Problemas fundamentais do direito penal. 2 ed. Lisboa, Veja, 1993.
- RUIZ, Sérgio Túlio. La concepción Del delito em el código penal: conducta típica, antijuridicidad, culpabilidad. Bogotá, Temis, 1983.
- \_\_\_\_\_. La estructura del delito. Bogotá, Temis, 1978.
- THORWALD, Jürgen. As marcas de Caim. Trad. De Leônidas Gontijo de Carvalho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. ( O século do detevive, 1).

TIEDEMANN, Klaus. Poder económico y delito: introducción al derecho penal económico y de la empresa. Barcelona, Ariel, 1985

ZERBOGLIO, Adolfo, FIORETTI, Julio. Sobre la legítima defensa: estudio jurídico. Trad. Para o espanhol de Juan Chabás. Madrid, Réus, 1926.



## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: TEORIA DO ESTADO

CÓDIGO: DIR 03780

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 00298 (Introdução ao Estudo do Direito I)

EMENTA:

As Teorias sobre a origem e formação do Estado: os clássicos. Regime e Sistemas de Governo. A democracia.

### 1- OBJETIVOS:

- 1.1-Adquirir uma visão crítica do Direito, a partir de uma adequada compreensão do Estado com fenômeno multifacético, porém de dimensão jurídica inevitável.
- 1.2-Desenvolver o interesse pelo estudo de profundidade e indisciplinar;
- 1.3-Conhecer os diversos tipos históricos do Estado, nos dias correntes e na vida internacional;
- 1.4-Perceber os elementos formativos do estado conectando-os à experiência política constitucional do Brasil;
- 1.5-Desenvolver o interesse pelo enfoque filosófico dos termos da disciplina;
- 1.6-Exercitar uma compreensão multidimensional do Estado e do Direito.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADES

- 2.1- O Homem em Sociedade: a visão aristotélica. Sociedade: conceito e Tipologia: características.
- 2.2- A Sociedade Política. Poder social e Poder político. O Estado e a convivência mundial: do Estado antigo à era contemporânea.
- 2.2- Teoria do Estado e do Direito: conceitos e relações entre as duas áreas de conhecimento. Posição enciclopédia da Teoria Geral do Estado: relações com outras áreas disciplinares no Direito e com outras áreas de conhecimento.
- 2.3- Estado, Direito e Cultura. A Concepção culturalista (tridimensional) do Estado. A visão de *Hans Kelsen, Locke, Hobbes, Rousseau*
- 2.4- O Estado como Fenômeno de Integração: a concepção de *Rudolph Siunend, Spencer* e Pontes de Miranda.
- 2.5- O Poder como fatos de integração do Estado. O Positivismo. A Doutrina de *Duguit* sobre o poder: a posição de *Durkeim*. Integração e Juridicidade de Poder.
- 2.6- Análise sobre o poder: as teorias de soberania. As bases conceituais sobre o poder constituinte. A limitação jurídica do poder: da Revolução Francesa à contemporaneidade. Disfunções do poder estatal: a separação de funções do poder estatal e a situação atual desta proposição.
- 2.7- A Formação Jurídica do Estado: ordem jurídica como sistema. A Ordem Constitucional e o Ordenamento Infraconstitucional: os fundamentos da constituição como elemento normativo do Estado.
- 2.8- A Formação Sociológica do Estado: O Estado e seu conteúdo social. Estado e Nação. O Conceito da Sociedade civil. O Problema da continuidade do Estado. O constitucionalismo de Hanrion e o Pluralismo de Santi Romano.
- 2.9- A Formação Física do Estado: conceito de território. A Tipologia: território real e território ficto. Os bens do Estado. O território Estado e o Direito Internacional Público. A integração dos Estados na atualidade e sua repercussão na concepção de Estado nacional.

- 2.10-Organização Fundamental do Estado: fins e função do Estado. Do Estado Liberal ao Estado Democrático de Direito. O Estado Intervencionista em Questão. Relação entre os Poderes do Estado: posição do problema na atualidade e os conflitos entre os poderes: o Poder Legislativo e o Poder Executivo no Estado contemporâneo.
- 2.11-Ideologia e Estado: noção geral de ideologia. Tipos de ideologia. A ideologia corrente ou adotada. Ideologia e Opinião Pública.
- 2.12-Síntese Crítica da Teoria do Estado: o caráter sistemático da Teoria do Estado em perspectiva histórica. Filosofia Política e Filosofia Jurídica. O Sentido Transformacional do Estado: estatística e dinâmica na Teoria do Estado.

### 3- METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

### 4- RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

### 6- BIBLIOGRAFIA:

BOBBIO, NORBERTO. DICIONÁRIO DE POLÍTICA. BRASÍLIA: EDITORA UNB

TEORIA DA POLÍTICA. SAO PAULO, CAMPOS, 2.000

BONAVIDES, PAULO. CIENCIA POLITICA. RIO DE JANEIRO, FORENSE, 1998.

DANTAS, Ivo. Teoria do Estado. Del Rey, 1989

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria geral do estado. Saraiva, 1999.

AZAMBUJA, Darcy. Teoria geral do estado. Globo, 1998

FONTES, Martins. Teoria geral do direito e do estado.

Constituição federal de 1988. Atualizada (22 emendas). Ed. Oliveira Mendes

Revista do departamento de Direito. UFES, 1998

ATALIBA, Geraldo. República e constituição. Malheiros, 1998.

MAQUIAVEL. O príncipe

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: **HISTÓRIA DO DIREITO**

CÓDIGO: HIS 03813

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 00298 (Introdução ao Estudo do Direito I)

EMENTA:

A formação do Direito como conquista dos povos. O Direito Romano: características primitivas e transformações do seu espírito no Sistema Atual. Formação e características da "Civil Law" e da "Common Law". A formação do Direito Moderno. O processo de codificação.

### 1- OBJETIVOS

Avaliar o Direito como construção histórica da sociedade moderna. Será dada ênfase à formação conceitual, centrando os estudos nas noções de individualismo, capitalismo, Estado, classe, universalismo, racionalismo, ética, capital, mercado, mudança histórica (transição e transformação) e poder.

### 2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

2.1- O Direito na Alta Idade Média;

2.2-A afirmação da burguesia através da criação do Direito Moderno;

2.3-As revoluções burguesas e o Direito;

2.4-A afirmação do positivismo jurídico e o movimento de codificação;

2.5-Transformação do papel do Direito e do Estado na moderna "Sociedade do Bem-Estar";

2.6-A reestruturação global e o Direito.

### 3-METODOLOGIA

Aulas expositivo-dialogadas;

Debates a partir de textos e filmes

### 4-RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5-AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: participação, observação nos debates

SOMATIVA: Duas avaliações escritas

### 6-BIBLIOGRAFIA

BOBBIO, Norberto. O Positivismo jurídico: lições de filosofia do Direito. São Paulo: Ícone, 1995, p. 25-137.

- CAENEGEM, R.C. van. Uma introdução histórica ao direito privado. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- CAPPELETTI, Mauro. Juízes Legisladores. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1993, p. 31-69.
- FARIA, José Eduardo. Direito e globalização econômica: implicações e perspectiva. São Paulo: Malheiros, 1996, p. 29-80.
- GILISSEN, J. Introdução histórica ao direito. Coimbra: Calouste Gulbenkian, 1996.
- GOMES, Orlando. Raízes históricas e sociológicas do código civil brasileiro.
- TIGAR, Michael & LEVY, Madeleine R. O Direito e a ascensão do capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 67-26

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: CONTABILIDADE INSTRUMENTAL

CÓDIGO: CON 03814

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): NENHUM

### EMENTA

Noções preliminares de Contabilidade. Patrimônio. Variações do Patrimônio Líquido. Procedimentos Contábeis básicos. Atos e fatos administrativos. Escrituração. Demonstrações Financeiras. Análise das Demonstrações Financeiras ( introdução ).

### 1- OBJETIVOS

Levar o conhecimento do funcionamento e aplicação do sistema contábil, como ferramenta na tomada de decisão empresarial e o emprego e utilização da contabilidade como instrumento de trabalho na área jurídica.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### 2.1- Contabilidade: objeto e metodologia:

- 2.1.1- Objeto da contabilidade;
- 2.1.2- objetivo da contabilidade
- 2.1.3- Campo de atuação e usuário da contabilidade;
- 2.1.4- Equação fundamental do Patrimônio: ativo, passivo, patrimônio líquido e configurações do estado patrimonial;
- 2.1.5- Procedimentos contábeis básicos: contas, mecanismo de débito e crédito, razão e livro diário;
- 2.1.6- Variações do Patrimônio Líquido: receita, despesa e resultado, demonstração do resultado do exercício.

#### 2.2- Princípios Fundamentais de Contabilidade.

- 2.2.1- da Entidade;
- 2.2.2- da Continuidade;
- 2.2.3- da Oportunidade;
- 2.2.4- do Registro pelo Valor Original;
- 2.2.5- da Atualização Monetária;
- 2.2.6- da Competência;
- 2.2.7- da Prudência

#### 2.3- Demonstrações Contábeis (Financeiras).

- 2.3.1- Balanço Patrimonial;
- 2.3.2- Demonstração do Resultado do Exercício;
- 2.3.3- Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos;
- 2.3.4- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Complementação às Demonstrações Contábeis: Relatório da Diretoria, Notas Explicativas e Parecer dos Auditores;
- 2.3.5- Demonstrações Financeiras Consolidadas.

#### 2.4- Contabilidade como instrumento gerencial

- 2.4.1- Análise de Balanços: Análise Horizontal, Análise Vertical e Análise por índices econômico-financeiros;
- 2.4.2- Análise da empresa na iminência de falência e concordata: concordata preventiva, concordata suspensiva e falência.

## 2.5- Contabilidade Tributária.

- 2.5.1- Introdução
- 2.5.2- Princípios e Normas Básicas de Legislação Tributária;
- 2.5.3- Contabilidade Tributária Aplicada

## 2.6-Arbitragem, Avaliação e Perícias Contábeis.

- 2.6.1- Arbitragem: Pressupostos e Legislação Brasileira;
- 2.6.2- Perícia Contábil, quesitos, laudo pericial e processualística da perícia contábil.

## 3-METODOLOGIA:

Aulas expositivas, estimulando o debate e a participação dos alunos; Desenvolvimento de exercícios e atividades de fixação, individuais e em grupo.

## 4- RECURSOS

- . Quadro de giz e retroprojeter;
- . Textos e legislação específicos, publicações em jornais e em revistas especializadas.

## 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: sondagem de pré-requisitos

FORMATIVA: participação e observação nos debates

SOMATIVA:- Avaliação de 2 provas (P1 e P2) e trabalhos (T), valendo de 0 a 10 cada atividade.

- Será considerado aprovado (antes da prova final) o aluno que obtiver média maior ou igual a 7 (sete), a ser apurada da seguinte forma:  $MF = P1 + (P2 \times 2) + T/4$ .

- Ausência superior a 25% da carga horária implicará REPROVAÇÃO.

## 6- BIBLIOGRAFIA

BRASIL, Lei 6.404/76: Lei das Sociedades por Ações

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE: Res. 774-94; Apêndice sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Res. 686/90: Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis.

Res. 750/93: Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Res. 785/95: Características de Informação Contábil.

FEA/USP. São Paulo: Atlas S/A, 1997.

IUDICIBUS, Sérgio de & MARION, José Carlos. Manual de Contabilidade para não Contadores. 2ª

ed. São Paulo: Atlas S/A, 1995.

\_\_\_\_\_. (Coord.) et al. Contabilidade Introdutória. 9ª ed. Equipe Professores

MARION, José Carlos. Contabilidade Empresarial. 5ª ed. São Paulo: Atlas S/A, 1995.

MAGALHÃES, Antônio de Deus Farias (Coord) et al. Perícia Contábil. 1. Ed. São Paulo: Atlas S/A, 1995.

ORNELAS, Martinho M. Gomes de. Perícia Contábil. 1. Ed. São Paulo: Atlas S/A, 1995

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Biblioteca Central. Guia para Normalização de Referências Bibliográficas: NBR 6023, Vitória, 1995.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Biblioteca Central. Normalização e Apresentação de Trabalhos Científicos e Acadêmicos. 2. Ed. Vitória, 1995.

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: CIÊNCIAS DAS FINANÇAS E DIREITO FINANCEIRO I

CODIGO: DIR. 00303

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 00298 (Introdução ao Estudo do Direito I)

### 1 - EMENTA

O Fenômeno financeiro. A atividade financeira do Estado. Despesas, receitas, orçamento, crédito público. Impostos. Taxas. Contribuições de Melhoria. Contribuições Sociais. Empréstimo Público.

### 1- OBJETIVOS:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADES

2.1- O Estado e a Economia. Economia Política. Finanças Públicas: conceito.

2.2- Conceito da disciplina: sua natureza interdisciplinar. Atividade Econômica e Atividade Financeira. Relação da disciplina com outras que estudam o fenômeno financeiro e sua atuação pelo estado.

2.3- A Atividade Financeira do Estado. Do Estado Liberal ou Clássico ao "Welfare Estate". A Intervenção do Estado ao Domínio Econômico nos Dias Atuais. Noção de Constituição Econômica.

2.4- Estado e Desenvolvimento Econômico Planejado. O planejamento Econômico. O caos no Estado Ocidental Capitalista e no Estado Socialista.

2.5- Noção de Serviços Públicos. Os fins do Estado. Visão histórica e na atualidade. Conceito de Políticas Públicas e Necessidades Públicas. Política e governo.

2.6- Introdução aos Estudos Financeiros: a antiguidades; os Fisiocratas e a Escola Clássica. O Estudo das Ciências Financeiras no Brasil.

2.7- Aspectos Jurídicos dos Fenômenos Financeiros. O Direito Econômico e o do Planejamento. O Direito Financeiro e o Tributário.

2.8- Estrutura e Conjuntura. Conceito atual. O Mundo em interesse: a globalização. Parafiscalidade e extrafiscalidade. A política fiscal como fator de modificação das estruturas.

2.9- Despesas Públicas: conceito. o Sentido Multidisciplinar do termo: aspectos políticos, econômico contábil e jurídico. A medida das despesas públicas. Técnica das despesas públicas: os dispêndios com pessoal; contas públicas; o sistema de aposentadoria e de seguridade social.

2.10- Receita Pública: a teoria dos ingressos públicos. Classificação das receitas públicas. Teoria dos preços financeiros.

2.11- Receita Pública. As receitas originárias. Patrimônio pública, sua classificação. As receitas derivadas: síntese conceitual e tipos. Impostos. Taxas. Contribuições de Melhoria. Contribuições Sociais. Empréstimo Público

2.12- Lei de Responsabilidade Fiscal

2.13- O Orçamento Público: conceito. sentido econômico: orçamento e planejamento. O sentido contábil e o jurídico. O caráter político do Orçamento Público.

2.14- O crédito Público e sua visão econômico-financeira. Conceito de Dívida Pública: a dívida interna e a externa. Aspectos econômicos do crédito público. Déficit público: conceito e problemas.



### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

### 6-BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ATALIBA, Geraldo. Apontamentos de Ciência das Fianças, Direito Financeiro e Tributário. São Paulo, RT, 1969.

BALEIRO, Aliomar. Introdução à Ciência das Finanças. Rio de Janeiro, Editora Forense, 1984, 1 Ed.

\_\_\_\_\_. Direito Tributário Brasileiro. Rio de Janeiro, Ed. Forense, 1986.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Financeiro e Direito Tributário, São Paulo, Saraiva, 1991.

DEODATO, Alberto. Manual de Ciências das Finanças. São Paulo, Saraiva, 1983.

JARDIM, Eduardo Maciel Ferreira. Manual de Direito Financeiro e Tributário. São Paulo, Saraiva, 1994.

NASCIMENTO, José Olavo do. A despesa pública - Alguns Enfoques Preambulares. Rio Grande do Sul, Edição do conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 1992.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. Manual de Direito Financeiro. São Paulo, RT, 1983, 1. Ed.

RESENDE, Fernando. Finanças Públicas. São Paulo, Atlas, 1983.

ROSA JUNIOR, Luiz Emygdio F. da. Manual do Direito Financeiro e Direito Tributário, Rio de Janeiro, Renovar, 1992.

SILVA, José Afonso da. Orçamento-Programa no Brasil. São Paulo, RT, 1973, 1. Ed.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado, " et alli". Desenvolvimento Econômico e Intervenção do Estado na Ordem Constitucional. Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris Editor, 1995.

VIDIGAL, Geraldo Camargo. Teoria Geral do Direito Econômico. São Paulo, RT, 1977.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. A Intervenção do Estado no Domínio Econômico. Rio de Janeiro, FGV, 1968.

## **TERCEIRO PERÍODO**

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: TEORIA DA CONSTITUIÇÃO  
CÓDIGO: DIR 03783  
CARGA HORÁRIA: 60 HS  
PRÉ-REQUISITOS: DIR 03780 (Teoria do Estado)

### EMENTA

História do Constitucionalismo brasileiro. Poder Constituinte. Normas Constitucionais. Princípios Constitucionais e Supraconstitucionais.
---

### 1- OBJETIVOS:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADES

- 2.1- Teoria da Constituição: o problema conceitual. Distinção e relações com outras áreas do conhecimento. Autonomia da disciplina. Evolução histórica.
- 2.2- Objeto da Teoria da Constituição. A especificidade de enfoque e a inexistência dos temas da disciplina. Proposições básicas de conteúdo disciplinar.
- 2.3- idéias políticas e idéias constitucionais; idéias de Constituição: de Aristóteles à concepção medieval; a visão oitocentista (conceito polêmico de Constituição); a idéia contemporânea.
- 2.4- A formação do pensamento constitucional. Antecipações históricas.
- 2.5- O constitucionalismo: a experiência britânica; o constitucionalismo revolucionário do século XVIII; a influência da Revolução Francesa e da Revolução Americana. Constitucionalismo social. O conteúdo constitucional no tempo.
- 2.6- O fundamento das Constituições: teoria geral do poder; o poder político. A concepção Weberiana; Laski; Bertrand Russel e outros.
- 2.7- O fundamento das Constituições. A visão jusnaturalista e a positivista. Soberania: evolução e titularidade.
- 2.8- O fundamento das constituições: o poder constituinte e sua natureza política. Natureza jurídica, titularidade e alcance do poder constituinte; suas características e atributos. Legitimidade e legitimação do poder constituinte. A doutrina de Rousseau. A elaboração doutrinária de Sieyès.
- 2.9- O fundamento das Constituições: formas de expressão do poder constituinte. Tipologia do poder constituinte.
- 2.10- Mudanças constitucionais: permanência, mudança na constituição. Mudanças formais: a reforma constitucional; a emenda e a revisão; o poder de reforma, sua natureza e limites. Mudanças informais: o papel da interpretação constitucional; mutação e evolução constitucional. A Constituição: a visão histórica da Constituição britânica. Os conceitos de Constituição sociológica, jurídica e política. A constituição-valor. A constituição-crença. O conceito pragmático (norte-americano) de constituição: "The liberal constitution" e a criação jurisprudencial. A síntese culturalista (Miguel Reali e Meirelles Teixeira): a constituição total.
- 2.11- Natureza e expansividade das normas constitucionais. Constituição Material e Constituição Formal. Constituição sistemática e analítica. O Totalitarismo normativo de Miguel Reali.
- 2.12- Eficácia da Constituição: efeitos da norma constitucional; o novo regime, a recepção, a desconstitucionalização, a constitucionalização. Aplicabilidade das

normas constitucionais: normas exeqüíveis e não-exeqüíveis; as normas constitucionais inconstitucionais. O Direito Constitucional transitório. Defesas da Constituição: o controle da constitucionalidade e as salva guardas constitucionais.

- 2.13- Elaboração Constitucional. Metodologia constitucional: experiências históricas. linguagem constitucional.
- 2.14- Hermenêutica e interpretação Constitucional. Especificidade da exegese constitucional. Princípios hermenêuticos aplicados à interpretação da Constituição. A interpretação conforme à Constituição. Tipos de interpretação constitucional. A jurisprudência constitucional.

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

### 3- RECOMENDAÇÃO BIBLIOGRÁFICA:

- ACCIOLI, Wilson. Instituições de Direito Constitucional. Rio De Janeiro, Forense, 1978;
- BACHOFF, Otto. Normas Constitucionais Institucionais ? Coimbra, Almedina, 1994;
- BANDEIRA DE MELLO, Oswaldo Aranha. A Teoria das Constituições Rígidas. São Paulo, José Bushatsky Ed., 1980, 2ª;
- BARRACHO, José Alfredo de Oliveira. Teoria da Constituição. São Paulo, Resenha Tributária, 1979;
- BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política. Brasília, UnB, 1986, 1ª ed
- BONAVIDES, Paulo. A constituição Aberta. Belo Horizonte, Edit Del Rey, 1993.
- CAETANO, Marcelo. Direito Constitucional. Rio de Janeiro, Forense, 2 vols;
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes, Direito Constitucional, Almedina, Coimbra, 2ª ed;
- CAPELETTI, Mauro. O controle Judicial de Constitucionalidade das Leis no Direito Comparado. Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris Editor, 1992, 2ª ed.
- CHÂTELET, François "et alii" História das Idéias Políticas Rio de Janeiro, Jorge Zachar , 1990, 2ª ed;
- COOLEY, Thomas. Princípios Gerais de Direito Constitucional. São Paulo, RT, 1982, 2ª ed;
- CRESPINGNY, Anthony de e CRONIN, Jeremy. Ideologias Políticas. Brasília, UnB, 1981;
- CROUZATIER, Jean Marie. Histórias das Constituições Francesas. Paris, Ministère de Affaires Étrangères, série Dossiers, s/d;
- DINIZ, Maria Helena. Norma Constitucional e seus efeitos. São Paulo, Saraiva, 1982, 2ª ed;
- FERRAZ, Anna Cândida da Cunha. Processo Informais de Mudança de Constituição. São Paulo, Max Limonad Editor, 1986, 1ª ed;
- FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Constituinte - Processo, Assembléia, Poder. São Paulo, RT,

FERREIRA, Luiz Pinto. Princípios Gerais do Direito Constitucional Moderno. Rio de Janeiro, José Konfino Editor, 1951.

\_\_\_\_\_. Teoria Geral do Estado. São Paulo, Saraiva, 2 vols;

GURNITCH, George. Sociologia del Derecho. Rosário(Argentina)Editorial Rosário, 1945;

HELLER, Herman, Teoria General do Estado, Fundo de Cultura, México,

HORTA, Raul Machado. Estudos de Direito Constitucional. Belo Horizonte, Del Rey, 1995, 1ª ed;

KLSEM, Hans. Teoria General del Estado.

KONRAD, Hesse. A força Normativa da Constituição. Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris editor, 1991;

LASSALE, Ferdinand. O que é a Constituição Política. Globo Editora, 1987;

MEIRELLES TEIXEIRA, José Horácio. Curso de Direito Constitucional. Rio de Janeiro, Forense, 1995;

MELLO FRANCO, Afonso Arinos. Algumas Instituições Políticas no Brasil e nos Estados Unidos. Rio de Janeiro, Forense, 1975;

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Teoria do Poder, Parte 1. São Paulo, RT, 1992;

PAUPÉRIO, Machado. O Direito Político de Resistência. Rio de Janeiro, Forense, 1976, 2ª ed;

PIOVESAN, Flávia C. Proteção Judicial contra Omissões Legislativas. São Paulo, RT, 1995;

POULANTZAS, Nicos. Poder Político e Classes Sociais. São Paulo, Martins Fontes, 1986, 2ª ed;

REALE, Miguel. Teoria do Direito e do Estado. São Paulo, Saraiva, 1984, 4ª ed;

ROMANO, Santi. Princípios de Direito Constitucional Geral. São Paulo, RT, 1977, 1ª ed;

RUSSEL, Bertrand. O Poder - Uma nova Análise Social. Lisboa, Fragmentos, 1990. 1ª ed;

SALDANHA, Nelson. Poder Constituinte. São Paulo, Saraiva, 1986;

SAMPAIO, Nelson de Souza. O Poder de Reforma Constitucional. Salvador, Nova Alvorada, 1995, 3ª ed;

SCHMITT, Carl. Teoria de la Constituicion.

SEGADO, Francisco Fernandez. Aproximación a la Ciencia del Derecho Constitucional. Ediciones Juridicas, 1995, 1ª.

SILVA, José Afonso da. Aplicabilidade das Normas Constitucionais. São Paulo, RT, 1982, 2ª ed;

THALMANN, Rita. A República de Weimar. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1986

TOCQUEVILLE, Alexis de. O Antigo Regime e a Revolução. Brasília, UNB, 1979;

WTKINS, Frederick M. e KNAMMICK, Isaac. A Idade da Ideologia. Brasília, UnB, 1981;

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: TEORIA DO DIREITO PROCESSUAL

CÓDIGO: DIR 03784

CARGA HORÁRIA: 60HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 00299 (Introdução ao Estudo do Direito II) e DIR 03781 (Teoria do Direito Civil)

### EMENTA

Estado, Jurisdição, Princípios Gerais. Princípios Constitucionais, Ação, Defesa, Tutela dos interesses individuais e transindividuais; a ideologia e o Direito Processual. Composição de conflitos. Relação processual. Processo. Procedimento.

### 1- OBJETIVOS

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa, suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:UNIDADES

Noções preliminares: interesse; conflito de interesses; direito objetivo; relação jurídica; sanções; direito subjetivo; sujeitos e objeto da relação jurídica; lide; pretensão; processo.

- 1- Direito Processual: conceito; denominação; posição enciclopédica; evolução histórica;
- 2- Fontes do direito processual civil, penal e trabalhista e interpretação da lei processual;
- 3- Princípios:
  - 2 3.1- princípios gerais do direito processual;
  - 3 3.2- Princípio do devido processo legal;
  - 4 3.3- Princípio da isonomia;
  - 5 3.4- Princípio do juízo natural;
  - 6 3.5- Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional;
  - 7 3.6- Princípio do contraditório;
  - 8 3.7- Princípio da motivação das decisões judiciais;

#### 4-Jurisdição:

- 4.1- - As funções do Estado e a função jurisdicional;
- 9 4.2 Conceito.
- 10 4.3-- Características essenciais.
- 11 4.4- Espécies de jurisdição - jurisdição civil, penal e trabalhista
- 12 4.5- Jurisdição contenciosa;
- 13 4.6- Jurisdição voluntária;
- 14 4.7- Escopos da jurisdição;
- 15 4.8- Tutela jurisdicional: conceito e classificações;]
- 16 4.9- Tutela jurisdicional antecipada;
- 17 4.10- Tutela jurisdicional específica das obrigações de fazer e não fazer.
- 18 4.11- Órgãos da jurisdição.
- 19 4.12- Organização judiciária.
- 20 4.13- competência: conceito; critérios de fixação; incompetência absoluta e relativa; causas de modificação; declaração de incompetência; conflito de competência.

#### 5-Ação:

- 5.1- Teorias sobre a ação;

- 5.2- Conceito de ação;
- 5.3- Elementos de ação;
- 5.4- Condições da ação;
- 5.5- Classificação das ações;
- 5.6- concurso e cumulação de ações.

#### 6-Processo:

- 6.1- Conceito; objeto; tipos; natureza jurídica; relação jurídica processual.
- 6.2- Teorias sobre o processo.
- 6.3- Conceito e natureza jurídica.
- 6.4- Processo e procedimento.
- 6.5- Sujeitos do processo: Estado-Juiz; auxiliares da justiça; partes, advogado; litisconsórcio; intervenção de terceiros; Ministério Público.
- 6.6- Escopos do processo: instrumentalidade e efetividade do processo.
- 6.7- Classificação do processo.
- 6.8- Objeto do processo.
- 6.9- Pressupostos processuais.

#### 7- Atos processuais:

- 7.1- Fato, ato e negócio jurídico.
- 7.2- Fato processual.
- 7.3- Atos do processo e atos processuais.
- 7.4- Negócios processuais.
- 7.5- Classificação dos atos processuais.
- 7.6- Forma dos atos processuais.
- 7.7- Existência, validade e eficácia dos atos processuais.
- 7.8- Comunicação dos atos processuais.

#### 8- Processo de Conhecimento:

- 8.1- Cognição: conceito, objeto e espécies.
- 8.2- Formação, suspensão e extinção do processo de conhecimento.
- 8.3- Processo e procedimento.

#### 9- Procedimento ordinário:

- 9.1- Conceito e cabimento.

#### 10- Procedimento sumário:

- 10.1- Conceito e cabimento.

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

## 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

## 5- BIBLIOGRAFIA:

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Novo Processo Civil Brasileiro . Forense

JÚNIOR, Humberto Theodoro. Curso de Direito Processual Civil. volume I. E. Forense, 10ª ed.

PELEGRINI, Ada. *et alli* Teoria Geral do Processo. São Malheiros, 2000

MARTINS, Sérgio Pinto. Processo do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2000

MIRABETTE, Julio Fabrini. Processo Penal. São Paulo: Atlas, 2000

SANTOS, Ernane Fidélis dos. Manual de Direito Processual Civil, volume. Saraiva, 1997

SANTOS, Moacyr Amaral. Primeira Linhas de Direito Processual Civil. Volume. Saraiva, 1997.

SILVA, Ovídio A. Baptista da. Curso de Processo Civil. volume I. Sérgio Antônio Fabris Editor.



## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: TEORIA DO DIREITO PENAL II

CÓDIGO: DIR 03786

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 00299 (Introdução ao Estudo do Direito II) e DIR 03782 (Teoria do Direito Penal I)

EMENTA:

Penas: espécies, cominação, aplicação, suspensão e livramento condicional, efeitos da condenação, reabilitação. Medidas de Segurança. Ação Penal. Extinção da Punibilidade.

### 1-OBJETIVOS:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADES

- 2.1- Penas: Espécies e Regimes. Escolas Penais. Sistemas penitenciários;
- 2.2- Penas de morte e prisão perpétua
- 2.3- Aplicação da pena: fixação e cálculo;
- 2.5- Circunstâncias agravantes e agravantes no concurso de pessoas, reincidência;
- 2.5- Circunstâncias atenuantes;
- 2.6- Concurso de Crimes: material e formal;
- 2.7- Crime Continuado;
- 2.8- Erros na execução. Erro quanto ao bem jurídico;
- 2.9- Resultado diverso do pretendido;
- 2.10- Suspensão condicional da pena;
- 2.11- Livramento condicional;
- 2.12- Efeitos da Condenação;
- 2.13- Reabilitação;
- 2.14- Medidas de Segurança;
- 2.15- Ação Penal: pública e privada. Personalíssima;
- 2.16- Extinção da punibilidade: punibilidade. Condições objetivas. Conceito;
- 2.17- Pela morte do agente, do cônjuge ofendidos nos crimes de adultério;
- 2.18- Pela anistia, graça e indulto;
- 2.19- Pelo decurso de tempo - abolição do crime - decadência. Perempção;
- 2.20- Pelo decurso de tempo: Prescrição. Conceito. Início. Interrupção. Suspensão. Comunicabilidade. Prazos. Intercorrência;
- 2.21- Pela renúncia do direito de queixa, perdão, retratação;
- 2.22- Pelo casamento do agente com a ofendida ou com quem não seja seu ofensor;
- 2.23- Perdão Judicial;
- 2.24- Outros casos de extinção da punibilidade.

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

#### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

#### 5- AVALIACÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

#### 6- BIBLIOGRAFIA:

DAMÁSIO, E. de Jesus. Código Penal Anotado. Saraiva

\_\_\_\_\_. de Jesus. Direito Penal, Saraiva

DELMANTO, Celso. Código Penal Anotado. Renovar

FAGROSO, Heleno Cláudio. Lições de Direito Penal. Forense

FRANCO, Alberto Silva . Crimes hediondos. RT

FRANCO Alberto Silva *et alii.* Leis penais e sua interpretação jurisprudencial. São Paulo: RT

FRANCO Alberto Silva *et alii.* Código Penal e sua interpretação jurisprudencial. São Paulo: RT

GRACINDO FILHO, Alfredo de O. Jurisprudência criminal do STS e do STJ. Juruá, JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA CRIMINAL. Juruá

LEAL, Adão José . Aspectos Político-jurídicos da Lei n. 8072/90. Crimes hediondos. RT

MIRABETE, J. Fabrini. Manual de Direito Penal. Atlas, edição mais recente.

MOSSIN, Heráclito Antônio . Mandado de segurança em matéria penal. RT

NORONHA, E. Magalhães. Direito Penal. Forense

OLIVEIRA, Juarez. Códigos penais. Legislação com nota remissiva.: Saraiva

PRADO, Luiz Regis . Multa penal- doutrina e jurisprudência. Juruá

REALE JUNIOR, Miguel . Direito Aplicado. RT

SILVA, Jorge Vicente. Códigos penais. Legislação com nota remissiva. Juruá

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: DIREITO COMERCIAL I

CÓDIGO: DIR 00280

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 00299 (Introdução ao Estudo do Direito II) e DIR 03781 (Teoria do Direito Civil)

EMENTA:

Teoria Geral, Sociedades Comerciais, Microempresa.

### 1- OBJETIVOS:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa, suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADES:

- 2.1- Direito Comercial - Histórico - Objeto do Direito Comercial - Teoria dos Atos de comércio - Teoria da Empresa - Situação Atual do Direito Comercial Brasileiro.
- 2.2- O Empresário Comercial ou Comerciante - Capacidade de Direito Comercial - Proibidos de Comerciar.
- 2.3- Agentes Auxiliares do Comércio - Classificação - Colaboradores - Dependentes e Independentes - Corretores e Leiloeiros.
- 2.4- Obrigações Gerais dos Comerciantes - Registro de Empresa - Departamento Nacional do Registro do Comércio - Junta Comercial - Atos do Registro - Procedimentos e Regimes - Comerciante ou Sociedade Irregular - Inatividade da Empresa - Livros comerciais - Espécies de livros comerciais - Regularidade na Escrituração dos Livros Comerciais - consequências da Irregularidade na Escrituração Comercial - Exibição Judicial e Eficácia Probatória dos Livros Comerciais - Demonstrações Contábeis.
- 2.5- Estabelecimento empresarial - conceito e Natureza - Elementos Corpóreos e Incorpóreos - Sobrevalor - Alienação do Estabelecimento Empresarial - Proteção ao Ponto Empresarial.
- 2.6- Teoria Geral do Direito Societário - conceito de Sociedade Comercial - Personalização da Seguridade Comercial - Classificação das Sociedades Comerciais - Sociedade Irregular - Desconsideração da Pessoa Jurídica.
- 2.7- Sociedades do Código Comercial - Sociedade em Nome Coletivo - Sociedade em Comandita Simples - Sociedade de Capital e Indústria - Sociedade em Cota de Participação.
- 2.8- Constituição das Sociedades Contratuais - Natureza do Ato Constitutivo da Sociedade Contratual - Requisitos de Validade do Contrato Social - Cláusulas Contratuais - Forma do Contrato Social - Alteração do Contrato Social.
- 2.9- Sócio da Sociedade Contratual - Regime Jurídico do Sócio da Sociedade Contratual - Exclusão de Sócio.
- 2.10- Sociedade por costas de responsabilidade limitada - Histórico - Natureza da Sociedade Limitada - Aquisição de cotas pela sociedade - Direito de Retirada - Gerência - Responsabilidade Ilimitada dos Sócios.
- 2.11- Microempresa e Empresa de Pequeno Porte - Conceito - Estatuto.
- 2.12- Sociedades Por Ações - Sociedades Anônimas - Características gerais da sociedade anônima - Classificação - Constituição - Ações: classificação - debêntures - bônus de subscrição - Partes Beneficiárias - Commercial Paper - Capital Social - Administração - Assembléia Geral - Conselho de Administração - Diretoria - Conselho Fiscal -

Responsabilidade dos Administradores - Direitos Essenciais do Acionista - Direito de Voto - Acordo de Acionistas - Poder de controle - Acionista Controlador, Venda do controle - Demonstrações Financeiras - Reservas, Lucros e Dividendos - Dissolução e Liquidação - Transformação, Fusão, Cisão e Incorporação - Subsidiária Integral - Grupos de Sociedades - Sociedades Controladas e Coligadas - Consórcio - Sociedades de Economia Mista.

- 2.13- Sociedade em Comandita por Ações - Regime Jurídico - Responsabilidade dos Diretores - Normas Específicas.
- 2.14- Dissolução da Sociedade Contratual - Espécies de Dissolução - Causas de Dissolução Total - Causas de Dissolução Parcial - Liquidação e Apuração da Haveres - Dissolução de Fato.
- 2.15- Noções sobre Mercado de Capitais

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

### 6- BIBLIOGRAFIA

ABRÃO, Nelson. Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada. São Paulo: Revista dos Tribunais.

ALMEIDA, Amador Paes de. Manual das Sociedades Comerciais. São Paulo, Saraiva

BARRETO FILHO, Oscar. Teoria do Estabelecimento Comercial. São Paulo, Saraiva

BULGARELLI, Waldírio. Sociedades Comerciais. São Paulo, Atlas

-----, Manual das Sociedades Anônimas. São Paulo, Atlas

-----, Direito Comercial. São Paulo, Atlas

CARVALHOSA, Modesto. Comentários à Lei de Sociedades Anônimas. São Paulo, Saraiva

COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de Direito Comercial. São Paulo, Saraiva

-----, Curso de Direito Comercial. São Paulo, Saraiva

DÓRIA, Dylson. Curso de Direito Comercial. 2 vols. São Paulo, Saraiva

MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial. Rio de Janeiro, Forense

PEIXOTO, Carlos Fulgêncio da Cunha. Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada. 2 vols. Rio de Janeiro, Forense

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. 2 vols. São Paulo, Saraiva

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: DIREITO DAS OBRIGAÇÕES I

CÓDIGO: DIR 03785

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 00299 (Introdução ao Estudo do Direito II) e DIR 03781 (Teoria do Direito Civil)

### EMENTA

Conceito, espécies e fontes das obrigações. O individualismo e a doutrina social. Modalidades e efeitos das obrigações. Nascimento e extinção das obrigações. Dano moral e patrimonial. Cessão de crédito.

### 1- OBJETIVOS

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para dotar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:UNIDADES

#### 2.1- Noção Geral de Obrigação:

Conceito de Obrigação. Evolução histórica. Elementos essenciais. Obrigação civil e natural. Fontes. Direitos da Personalidade e Direitos Patrimoniais. Direitos Reais e Direitos Pessoais. Autonomia Privada.

#### 2.2-Obrigação propriamente dita. Obrigação real. Obrigação *propter rem*.

#### 2.3-Classificação das Obrigações quanto ao objeto:

Classificação das obrigações, em geral. Obrigação de dar e restituir coisa certa. Obrigação de dar coisa incerta. Obrigação de não-fazer.

#### 2.4-Classificação das obrigações quanto ao sujeito:

Indivisibilidade e solidariedade. Conceito de indivisibilidade. Efeitos. Pluralidade de devedores e credores. Perda. Conceito de solidariedade. Solidariedade ativa. Solidariedade passiva. Extinção da solidariedade.

#### 2.5-Classificação das obrigações quanto aos elementos não fundamentais:

Obrigação alternativa. Escolha. Impossibilidade de prestação. Obrigação condicional e a termo. Obrigação principal e acessória. Prestação de juros. Prestação pecuniária. Correção monetária.

#### 2.6-Cláusula Penal:

Natureza e caracteres da cláusula penal. Pena convencional moratória e compensatória. Efeitos da cláusula penal.

#### 2.7-Pagamento:

Execução voluntária. Pagamento. condições subjetivas. Condições objetivas. Lugar do pagamento. tempo do pagamento. Prova.

#### Pagamentos especiais:

Pagamento em consignação. Pagamento por sub-rogação. Imputação do pagamento. dação em pagamento.

#### Extinção das obrigações sem pagamento:

Novação. Compensação. Transação. Confusão. Compromisso. Perdão.

Pagamento indevido:  
Enriquecimento sem causa. Repetição de pagamento. retenção do pagamento indevido.

2.8-Mora:  
Conceito de mora. do devedor e do credor. Purgação da mora. cessação. Constituição da mora.

2.9-Inexecução das obrigações:  
Descumprimento da obrigação. Dolo e culpa. Indenização: dano patrimonial e moral. Inimputabilidade: caso fortuito e força maior. Exoneração convencional: cláusula de não-indenizar.

Transferência das obrigações:  
Perdas e Danos

2.10-Cessão de crédito: conceito e natureza. Validade: entre as partes e em relação a terceiros. Responsabilidade do cedente. Efeitos: quanto aos devedores e aos cessionários. Assunção de débito.

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

### 6- BIBLIOGRAFIA:

DINIZ, Maria Helena. Direito Civil Brasileiro, Teoria Geral das Obrigações, volume II

GOMES, Orlando. Obrigações. Editora Forense.

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil (Direito das obrigações - 1ª parte), volume II

NOTATO, Orozimbo. Curso de Obrigações. Editora Forense

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituição de Direito Civil. Teoria Geral das Obrigações, volume II, Editora Forense

RODRIGUES, Silvio. Direito Civil, Parte Geral das Obrigações, volume II

VILLAÇA AZEVEDO, Álvaro. Teoria Geral das Obrigações. São Paulo: RT, 2001

#### Periódicos

Revista Trimestral de Direito Civil. Editora PADMA/Renovar, Rio de Janeiro

Revista de Direito Privado. Editora RT, São Paulo

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: DIREITO COMPARADO

CÓDIGO: DIR 03815

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 00299 (Introdução ao Estudo do Direito II)

EMENTA:

Conceito, história, evolução, objetivos. Análise dos sistemas Jurídicos estrangeiros contemporâneos e sua relação com o Direito Nacional. Comparação com o Código de Hamurabi, Constituições Gregas, Direito Romano, Direito Canônico e outros sistemas jurídicos.

### 1- OBJETIVOS:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

2.1- Introdução

2.2- O Direito Comparado e sua importância na formação da ciência Jurídica.

2.3- Os sistemas jurídicos contemporâneos à luz da história do Direito.

2.4- Temas fundamentais de Direito Constitucional:

2.4.1- o poder judiciário nas constituições européias;

2.4.2- o poder judiciário no Brasil;

2.4.3- Controle de constitucionalidade das leis no Direito Comparado;

2.4.4- Os direitos de defesa nas Constituições de Portugal, Espanha e Brasil.

2.5- Estudo comparado de institutos jurídicos fundamentais.

### 3- METODOLOGIA

Aulas expositivas dialogadas, dinâmicas de grupo, Seminários e Trabalhos científicos.

### 4- RECURSOS

Quadro e giz, textos, transparências.

### 5- AVALIAÇÃO:

DIAGNÓSTICA: sondagem de necessidades no início do curso

FORMATIVA: exercícios escritos, observação nos debates e participação .

SOMATIVA: Prova escrita, obedecendo-se os seguintes critérios de correção: validade de conteúdo, aplicação vernacular e análise crítica. Trabalhos científicos teóricos, obedecendo-se aos seguintes critérios de correção: abordagem dos principais aspectos enfatizados; aplicação vernacular e coerência nas argumentações. Seminários.

### 6- BIBLIOGRAFIA:

DAVID, René. Os grandes sistemas do direito contemporâneo. São Paulo, Martins Fontes, 1986.

FIUZA, Ricardo. A.M. Direito constitucional comparado. Belo Horizonte, Del Rey, 1997.

GILISEN, John. Introdução à história do direito. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.

LISBOA, Celso Anicet. O processo como manifestação primígena do direito e as grandes codificações na antiguidade pré-romana- os grandes sistemas jurídicos contemporâneos- common law e o civil law. In: Revista de Processos. São Paulo, Revista dos Tribunais, ano 22, abril-junho, 1997. P. 269-84.

PIZZORUSSO, Alessandro. Curso de direito comparado. Barcelona, Ariel, 1995.

MORAES, Alexandre. Tribunais Constitucionais. São Paulo: Atlas, 2000



## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CÓDIGO: ADM 03816

CARGA HORÁRIA: 60 hs

PRÉ-REQUISITO(S): ECO 00350 (Economia B)

EMENTA:

Um marco referencial: a contextualização da Administração Pública; os níveis analíticos e sua articulação com a Administração Pública; a racionalidade que orienta a Administração Pública; o sistema estatal e o poder de Estado; Estado, Administração Pública e Burocracia. A Burocracia nas perspectivas marxista e weberiana; Burocracia e Oligarquia; Burocracia e política no Brasil. Antecedentes históricos da Administração Pública brasileira: do Estado Patrimonial do Estado Oligárquico; o Estado Populista; o Estado Burocrático-Autoritário; o Autoritarismo e a transição para a democracia; a lógica e o funcionamento do DL 200; as questões da modernização do Estado no Brasil; as perspectivas atuais.

### 1- OBJETIVOS:

Analisar as condições do funcionamento e transformações da administração pública brasileira, a partir da relação entre conceitos relevantes às políticas públicas e os seus desdobramentos na sociedade contemporânea.

### 2- CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS: UNIDADES

**Sistema Estatal, Poder e Estado e Aparato de Estado:** conceito de política e poder; Estado e elementos de Estado; e Dominação segundo Weber.

**Antecedentes Históricos da Administração Pública Brasileira:** Estado patrimonial; Estado Oligárquico; Estado popular; Estado burocrático - autoritário.

**Administração Pública, Burocracia, Política e Planejamento no Brasil:** Administração pública e burocracia; Dominação do Estado brasileiro; e Planejamento e reforma do Estado brasileiro.

### 3- METODOLOGIA:

Aulas expositivas dialogadas, c/ esclarecimentos, além de estudos e debates entre os alunos com a participação do professor.

Desenvolvimento de exercícios de fixação, individual e em grupos.

Apresentação de trabalhos de pesquisa individual e/ou em grupos.

### 4- RECURSOS:

Quadro-negro, transparências, textos.

### 5- AValiação:

DIAGNOSTICA: sondagem de necessidades

FORMATIVA: observação nos debates, apresentações, exercícios.

SOMATIVA: Trabalhos: média simples das notas das resenhas, trabalhos, resumos e questionários ( notas de 0 a 10), aplicados até o fim do período, multiplicados pelo peso 7 (sete);

Participação e presença nas atividades em sala de aula, multiplicados pelo peso 3 (três).  
MÉDIA PARCIAL = [ ( SOMA DAS NOTAS DOS TRABALHOS/Nº DE TRABALHOS) x 0,7 + ( NOTA DE PARTICIPAÇÃO ) x 0,3 ]

Ao final do semestre, o aluno que obtiver Média parcial igual ou superior a 7,0 (sete), estará aprovado. Se inferior, o aluno fará prova final.

MÉDIA FINAL = [ MÉDIA PARCIAL + PROVA FINAL ] /2

O aluno deve observar as normas da Universidade, no que concerne à mínima exigida 75% (setenta e cinco por cento)

#### 6- BIBLIOGRAFIA:

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos do estado: sobre os aparelhos ideológicos do estado. Rio de Janeiro, Graal, 1987.

AZAMBUJA, Darcy. Teoria geral do estado. Porto Alegre, Globo, 1971.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capitac monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro, Guanabara, 1974.

CAMPOS, Edmundo (org) Sociologia da burocracia. 4 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do estado. São Paulo, Global, 1995

IANNI, Octávio. Estado e planejamento econômico no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

KAPLAN, Abraham, LASSWELL, Harold. Poder e sociedade. Brasília, UNB, 1979.

MOTTA, Fernando P. O que é burocracia. 13 ed. São Paulo, Brasiliense, 1991.

\_\_\_\_\_. Organização e poder: empresa, Estado e escola. São Paulo, Atlas, 1986.

\_\_\_\_\_; PEREIRA, Luiz Bresser. Introdução à organização burocrática. 6 ed. São Paulo, Brasiliense, 1988.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Administração e contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração. 2 ed. Rio de Janeiro, FGV, 1983.

\_\_\_\_\_. A nova ciência das organizações. Uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro, FGV, 1981.

RIBEIRO, João Ubaldo. Política. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

TRATEMBERG, Maurício. Burocracia e ideologia. São Paulo, Ática, 1974.

VASCONCELLOS, João Gualberto M. A invenção do coronel. Vitória, UFES, 1995.

WEBWE, Max. Ensaio de sociologia. 5 ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1982.

Além de artigos e publicações, atualizadas, de jornais e revistas.

## QUARTO PERÍODO

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

CÓDIGO: DIR 03787

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 03784 (Teoria do Direito Processual)

EMENTA:

Competência. Intervenção de terceiros e substituição processual. Petição inicial. Resposta. Sentença.

### 1- OBJETIVOS:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa, suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:UNIDADES

#### 2.1-PARTES E PROCURADORES:

Capacidade processual;

Deveres das partes e dos procuradores;

Despesas processuais e sucumbência;

Substituição das partes e dos procuradores;

Litisconsórcio:

Ativo e passivo;

Necessário e facultativo: facultativo recusável e irrecusável; litisconsórcio multitudinário

Intervenção jussu judicis;

Simplex/comum e unitário;

Intervenção de terceiros:assistência;oposição;

Nomeação à autoria;

Denúnciação à lide;

Chamamento ao processo.

#### 2.2-COMPETÊNCIA:

Conceito;

Competência absoluta e relativa na Constituição e leis ordinárias, e no CPC:

Competência internacional

Competência interna:funcional ou hierárquica; material; em razão das pessoas; em razão do valor; em razão do território;

Modificações de competência;

Perpetuatio jurisdictionis;

Conexão e continência;

Competência de foro e de juízo.

Declaração de incompetência.

#### 2.3- ATOS PROCESSUAIS:

Teoria geral dos atos processuais;

Forma dos atos processuais:instrumentalidade das formas; princípio da finalidade dos atos científicos; princípio da utilidade dos prazos; atos em geral, da parte, do juiz e dos auxiliares;

Tempo e lugar dos atos processuais;

Prazos Processuais;  
Comunicação dos atos processuais;  
Teoria das nulidades processuais.

#### 2.4- FORMAÇÃO, SUPENSÃO, EXTINÇÃO DO PROCESSO:

Suspensão;

Extinção: sentenças terminativas e definitivas; sem o julgamento do mérito; com o julgamento do mérito.

#### 2.5-PROCESSO E PROCEDIMENTO

Conceito e diferenças;

Procedimentos comum e especial:

-comum ordinário e sumário; especial de jurisdição contenciosa e voluntária;

Petição inicial:

-requisitos formais e de lógica intrínseca;

-admissibilidade inicial e diferida;

-despachos de indeferimento (extinção sumária e emenda) e de deferimento;

-elementos constitutivos:

a)causa de pedir remota e próxima;

b)pedidos imediato e mediato;

Resposta do réu:

-Contestação:

a)princípio da eventualidade;

b)revelia e contumácia;

c)confissão ficta e real;

d)elisão da revelia e da confissão;

Reconvenção;

Exceção processual estrita:

-de incompetência relativa do juízo;

-de suspeição do juiz;

-de impedimento do juiz;

Providências preliminares;

Julgamento conforme o estado do processo:

-extinção sumária diferida;

-julgamento antecipado da lide;

-despacho saneador.

Provas:

-teoria geral;

-provas em espécie:

a)confissão:a.1) ficta e real;

a.2) espontânea e provocada;

a.3) decorrente de interrogatório e de depoimento pessoal;

b)documental;

c)testemunhal;

d)pericial.

#### 2.6-SENTENÇA

2.6.1) SENTENÇA:

2.6.2) Sentença: terminativas; definitivas; determinativa ou instável;

a)relação jurídica continuativa ou de trato sucessivo;

b)pedidos implícitos;

c)ação revisional

2.6.3) efeitos:

a)principais;

b)secundários.

2.6.4)requisitos:

a)formais;

b)substanciais.

2.6.5)limites da ação e do provimento;

a)objeções processuais;

b)outras hipóteses de conhecimento ex officio acerca de matérias não argüidas;

c)sentenças citra, ultra e extra petita.

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

### 6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVIM, Arruda. Manual de Direito Processual Civil. Edição mais recente.

ARAGÃO, Egas Moniz de. Comentários ao Código de Processo Civil, Forense, vol. II

BARBI, Celso Agrícola. Comentários ao Código de Processo Civil, vol. I

COUTURE, Eduardo. Fundamentos del Derecho Procesal Civil, Depalma.

DINAMARCO, Cândido Rangel . A Reforma do Código de Processo Civil, Malheiros

\_\_\_\_\_. Fundamentos de Processo Civil Moderno, RT

GRECO FLHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro

MARQUES, José Frederico. Manual de Direito Processual Civil, Saraiva

MOREIRA, José Carlos Barbosa. O Novo Processo Civil Brasileiro, Forense

NERY JÚNIOR . Código de Processo Civil Comentado, RT

\_\_\_\_\_. Atualidades sobre o Processo Civil. RT

PASSO, J.J. Calmom . Comentários ao Código de Processo Civil, Forense, vol. III

\_\_\_\_\_. Inovações no Código de Processo Civil, Forense

SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil, Saraiva

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil, Forense

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: **DIREITO DE OBRIGAÇÕES II**

CÓDIGO DA DISCIPLINA: DIR 03788

CARGA HORÁRIA: 60 HORAS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 03785 (Direito das Obrigações I)

EMENTA :

Teoria Geral do Negócio Jurídico. Responsabilidade Civil. Declaração Unilateral de Vontade. Liquidação das obrigações decorrentes de atos ilícitos. Concurso de credores.

### 1- OBJETIVOS:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO : UNIDADES

2.1-A norma jurídica. A norma jurídica e a relação jurídica de Direito Privado Obrigacional. A Dogmática Jurídica: conceito, história e função social.

2.2- O Sujeito de Direitos e a autonomia privada : conceito, história e ideologia.

2.3- Autonomia privada e ato jurídico. Classificação dos Atos Jurídicos. O Ato ilícito.

2.4- Negócio Jurídico, em especial o Contrato. Conceito, história e ideologia. Elementos do Negócio Jurídico. Dirigismo Contratual e intervenção do Estado na economia. Princípios do Direito Contratual. A boa fé objetiva. A justiça contratual e a teorias sobre revisão dos contratos. Contratos obrigatórios.

2.5- Pontos de diferença entre contratos cíveis, administrativos, comerciais e de consumo. A Teoria Geral dos Contratos no Código Civil Brasileiro, no Código Comercial e no Código de Defesa do Consumidor : delimitação da aplicação destes diplomas legais. Arras. Inexistência, nulidade e anulabilidade dos negócios jurídicos. Forma e prova dos negócios jurídicos.

2.6- Formação do negócio Jurídico. Formação dos Contratos por computador. Defeitos dos negócios Jurídicos. Arras e Evicção.

2.7- Classificação dos Contratos. Interpretação do Contrato. A boa fé subjetiva e a boa fé objetiva. Efeitos do Contrato. Cumprimento forçado do Contrato. Extinção dos Negócios Jurídicos. Multas contratuais, cláusula penal, obrigação alternativa e arras : paralelo entre estes institutos.

2.8- Responsabilidade Civil : conceito, importância e evolução histórica. Requisitos da obrigação de indenizar : ação, nexos causal e dano. Responsabilidade Civil Subjetiva e Objetiva, Contratual e Extracontratual. Dano biológico.

2.9- Sistemas específicos de responsabilidade civil: dos advogados, dos produtores e prestadores de serviço nas relações civis e de consumo, dos transportadores, dos juízes e promotores e demais servidores públicos, dos médicos, das empresas e do órgão da Previdência Social em acidentes de trabalho, nas atividades nucleares e por danos ao meio ambiente.

2.10- Danos indenizáveis e forma de liquidação das obrigações. Concurso de credores.

2.11- Declaração Unilateral de vontade.

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de

textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

#### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

#### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

#### 6- BIBLIOGRAFIA :

AMARAL, Francisco. Direito civil brasileiro : uma introdução. Ed Forense

BITTAR, Carlos Alberto. Contornos atuais da teoria dos contratos. Ed. RT

COELHO, Fabio Ulhôa. Direito e poder. Ed Saraiva

DIAS, José de Aguiar. Da responsabilidade civil. Ed Forense

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro, vols 3 e 7. Ed Saraiva

\_\_\_\_\_. Compêndio de introdução à ciência do direito. Ed Saraiva

GOMES, Orlando. Ensaio de direito civil e de direito do trabalho. Ed Aidê,

\_\_\_\_\_. Introdução ao direito civil. Ed Forense

\_\_\_\_\_. Contratos. Ed Forense.

HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. Ed. Guanabara

LIMA NETO, Francisco Vieira. Responsabilidade Civil das Empresas de Engenharia Genética. São Paulo: LED, 1997

MARTINS-COSTA, Judith. A boa-fé no direito privado. São Paulo: RT, 1999

MIALLE, Michel. Introdução crítica ao direito. Ed Editorial Estampa (Portugal)

NINO, Carlos Santiago. Introducción al análisis del derecho. Ed Ariel (Espanha)

NORONHA, Fernando. O direito dos contratos e seus princípios fundamentais. Ed. Saraiva

PASHUKANIS, E. B. Teoria geral do direito e marxismo. Ed Acadêmica

PEREIRA, Caio Mario da. Instituições de direito civil, vol 3. Ed Forense

ROPPO, Enzo. O contrato. Ed Almedina (Portugal)

SANTOLIM, Cesar Viterbo Matos. Formação e eficácia probatória dos contratos por computador. Ed Saraiva

STOCCO, Rui. Responsabilidade civil e sua interpretação jurisprudencial. Ed RT

THEODORO Jr, Humberto. O contrato e seus princípios. Ed Aidê

TIGAR, Michel & LEVY, Madeleine. O direito e a ascensão do capitalismo. Ed Zahar,

WALD, Arnoldo. Obrigações e contratos. Ed RT

ZULETA PUCEIRO, Enrique. Paradigma dogmático y ciencia del derecho. ED Revista de derecho privado (Espanha)

#### Periódicos

Revista Trimestral de Direito Civil. Editora PADMA/Renovar, Rio de Janeiro

Revista de Direito Privado. Editora RT, São Paulo



## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL I

CÓDIGO: DIR 03789

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 03783 (Teoria da Constituição)

EMENTA:

Princípios Fundamentais. Direitos e Garantias Fundamentais. Organização do Estado. Administração Pública.

### 1- OBJETIVOS:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADES

2.1- Direito Constitucional: conceito. Posição da Disciplina no Universo do Conhecimento

Jurídico. Relações com disciplinas de outras áreas do conhecimento.

2.2-Princípios fundamentais da Constituição

2.3-Direitos e garantias fundamentais

2.3.1-Dos direitos e deveres individuais e coletivos

2.3.2-Dos direitos sociais

2.3.3-Nacionalidade

2.3.4-Direitos políticos

2.3.5-Partidos políticos

2.4. Organização do Estado

2.4.1-Organização político-administrativo

2.4.2-União

2.4.3-Estados federados

2.4.4-Municípios

2.4.5-Distrito Federal e Territórios

2.4.6-Intervenção

2.5.Administração Pública

2.5.1-Disposições gerais

2.5.2-Servidores Públicos

2.5.3-Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios

2.5.4-Regiões

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

## 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

## 6-BIBLIOGRAFIA:

ARAÚJO, Luiz Alberto; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 1999.

\_\_\_\_\_. Dicionário de Direito Constitucional: São Paulo: Saraiva, 1994.

\_\_\_\_\_. MARTINS, Ives Gandra da Silva. Comentários à Constituição do Brasil. São Paulo: Saraiva, 1988, 15v

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 1990.

\_\_\_\_\_. Comentários à Constituição Brasileira de 1988. São Paulo: Saraiva. 1999, 2v.

GABRIEL, Ivo, A constituição estadual. Max Limonad

HESSE, Konrad. A força normativa da constituição. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris

HORTA, Raul Machado. Direito Constitucional. Belo Horizonte: DelRey, 1999

MORAES, Alexandre de Moraes. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2000.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Conteúdo jurídico do princípio da igualdade. São Paulo: Malheiros, 1995

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2000.

\_\_\_\_\_. Aplicabilidade das normas constitucionais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982

BARBOSA SOBRINHO, Osório Silva, Constituição Federal vista pelo STF. São Paulo, Juarez de Oliveira, 1999

SUNDFELD, Carlos Ari. Fundamentos de direito público. Ed. Malheiros

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: DIREITO PENAL I

CÓDIGO: DIR 03790

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 03782 (Teoria do Direito Penal I)

EMENTA:

Crimes contra a pessoa: delitos contra a vida, liberdade, corpo, honra, correspondência. Costumes.
--

### 1- OBJETIVOS:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADES

2.1- Crimes contra a vida: Homicídio. Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio. Infanticídio.

2.2- Aborto: pela própria gestante. Com ou sem consentimento.

2.3- Lesões corporais.

2.4- Da periclitación da vida e da saúde.

2.5- Crime de rixa.

2.6- Crimes contra a honra: Calúnia. Difamação e Injúria.

2.7- Crimes contra a liberdade individual: Pessoal. Domicílio. Correspondência. Segredos.

2.8- Crimes contra o sentimento religioso.

2.8- Crimes contra o respeito aos mortos.

2.9- Dos crimes contra os costumes.

2.10- Dos crimes contra a liberdade sexual.

2.11- Da sedução e da corrupção de menores.

2.12- Do rapto.

2.13- Disposições gerais aos crimes contra a liberdade sexual de sedução.

2.14- Do lenocínio e do tráfico de mulheres.

2.15- Do ultraje público ao pudor.

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

## 6- BIBLIOGRAFIA

### BÁSICA:

- DAMÁSIO, E. de Jesus. Direito Penal. Saraiva  
DELNANTO, Celso. Código Penal Anotado. Renovar  
FAGROSO, Heleno Cláudio. Lições de Direito Penal. Forense  
Dissolução da Sociedade Contratual - Espécies de Dissolução - Causas de Dissolução Total - Causas de Dissolução Parcial - Liquidação e Apuração da Haveres - Dissolução de Fato.  
FRANCO Alberto Silva *et alii*. Leis penais e sua interpretação jurisprudencial. São Paulo: RT  
FRANCO Alberto Silva *et alii*. Código Penal e sua interpretação jurisprudencial. São Paulo: RT  
MIRABETE, Fabrini. Manual de Direito Penal. Atlas  
NORONHA, E. Magalhães. Direito Penal. Forense  
OLIVEIRA, Juarez. Códigos penais. Legislação com nota remissiva.: Saraiva]  
SILVA, Jorge Vicente. Códigos penais. Legislação com nota remissiva. Juruá

### ESPECÍFICA:

- FRANCO, Alberto Silva . Crimes hediondos. RT  
GRACINDO FILHO, Alfredo de O . Jurisprudência criminal do STS e do STJ. Juruá  
JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA CRIMINAL. Juruá  
LEAL, Adão José . Aspectos Políticos -Júridicos da Lei 8.072/90. Crimes hediondos. RT  
REALE JÚNIOR, Miguel . Direito penal aplicado. RT

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

CÓDIGO: DIR 00309

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 03783 (Teoria da Constituição)

EMENTA:

Conceitos, fontes. Pessoas Internacionais. Organizações Internacionais. Relações entre Estados. Organizações Internacionais. A Proteção Universal dos Direitos Humanos e da Democracia. A Repressão Internacional aos Crimes.

### 1- OBJETIVOS

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADES

- 2.1- Direito e Direito Internacional Público;
- 2.2-Fontes do DIP;
- 2.3-Subjetividade internacional;
- 2.4-Tratados Internacionais mais relevantes
- 2.5- O Estado, como principal ator nas relações internacionais;
- 2.6- ONU e demais entes dotados de subjetividade internacional
- 2.7-Direito Humanos: conteúdo e proteção universal
- 2.8- Soluções pacíficas das controvérsias internacionais
- 2.9- O DIP e a Guerra.
- 2.10-Globalização e Soberania

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

## 6- BIBLIOGRAFIA

ACCIOLY, Hildebrando e NASCIMENTO E SILVA, Geraldo Eulálio. Manual de Direito internacional público. Saraiva

AZEVEDO SOARES, Albino de. Lições de direito internacional público. Coimbra

CANÇADO TRINDADE. Tratado dos Direitos Humanos. Sergio Antonio Fabris, 1998

FARIA, José Eduardo. Direito na Economia Globalizada. São Paulo: Malheiros, 2000

LITRENTO, Oliveiros. Manual de direito internacional público. Forense.

MELLO, Celso de Albuquerque. Curso de direito internacional público. 2v. Rio de Janeiro: Renovar

REZEK, J.F. Direito internacional público. Saraiva

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: DIREITO ELEITORAL

CÓDIGO: DIR 03817

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 03783 (Teoria da Constituição)

EMENTA:

Normas Constitucionais. Sistemas Eleitorais. Eleição Majoritária e Proporcional. Legislação Eleitoral. Elegibilidade e Inelegibilidade. Perda de Direitos Políticos. Partidos Políticos.

### 1- OBJETIVOS:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADES

2.1 - Direito Eleitoral. Conceito. Objeto. Fontes Relações com as diferentes disciplinas jurídicas e importância de seu estudo.

2.2 - Poder Representativo. Manifestações eleitorais na Grécia e em Roma. Práticas eletivas na Idade Média. Instituições representativas em Portugal. O alvorecer das instituições representativas entre os germanos e saxões. Transplantação de instituições representativas lusitanas para o Brasil-colônia. Organização eleitoral brasileira após a Independência. Natureza da representação política. Transformações no regime representativo. Natureza do sufrágio.

2.3 - Organização eleitoral. Aspectos da organização eleitoral. Da extensão do sufrágio. Valor do sufrágio. Modo de sufrágio. Forma de sufrágio. Da distribuição territorial. Sistemas eleitorais. Implicações da organização eleitoral sobre os sistemas políticos. Refração do sistema eleitoral no ambiente rural. Distorções do sistema eleitoral no ambiente urbano.

2.4 - Justiça Eleitoral. O controle do processo eleitoral. Características institucionais. Órgãos e composição. Diversificação funcional das atividades da Justiça Eleitoral. Competências.

2.5 - Ministério Público na Jurisdição Eleitoral. Conceito. Funções Posição institucional. Órgãos. Competências na jurisdição eleitoral. Causas *inibitoriais* de exercício de competências.

2.6 - Capacidade Política. A capacidade política: aquisição e exercício da cidadania. Requisitos à capacidade política. Limitações decorrentes de descumprimento do dever eleitoral.

2.7 - Alistamento Eleitoral. Do ato de alistamento. Efeitos do alistamento. Requisitos à inscrição eleitoral. Processo. Transferência. Fases do alistamento. Cancelamento e exclusão. Fiscalização partidária.

2.8 – Elegibilidade. Elegibilidade: escolha e registro de candidatos. Partes legítimas para arguição. Impugnações. Inelegibilidade. Procedimentos objetivando a declaração de inelegibilidade.

2.9 – Garantias Eleitorais. Aspectos gerais.

2.10 – Propaganda Eleitoral. Conceituação da propaganda. Técnicas de propaganda. A liberdade de propaganda. Dimensionamento jurídico da propaganda eleitoral no Brasil. Pressupostos igualitários na propaganda política. Processos de controle aplicáveis à propaganda.

2.11 – Atos preparatórios à votação. Divisão eleitoral. Seções eleitorais. Composição das mesas receptoras. Competência das mesas receptoras. Localização das mesas receptoras. Fiscalização perante as mesas receptoras. Medidas preparatórias.

2.12 – Votação. Instalação do trabalho da mesa receptora. A manifestação do voto. Votos em separado. Regras especiais de votação. Impugnações e recursos. Encerramento da votação.

2.13 – Apuração eleitoral. Funcionamento da Junta Apuradora. Abertura da urna. Impugnações e recursos durante a apuração. Contagem de votos. Da escrituração pertinentes à apuração. Apuração nos Tribunais Regionais. Proclamação e diplomação dos eleitos.

2.14 – Invalidade de atos eleitorais. Invalidade no Direito Eleitoral. Nulidades no Código Eleitoral. Anulabilidades no Código Eleitoral. Invalidade de atos partidários.

2.15 – Recursos eleitorais. Conceituação do recurso. Modalidades dos recursos eleitorais. Interposição dos recursos eleitorais. Tramitação dos recursos nos Tribunais. Prazos dos recursos. Efeitos dos recursos.

2.16 – Crimes eleitorais. Progressivo isolamento dos crimes eleitorais da legislação penal comum. Natureza dos crimes eleitorais. Classificação dos crimes eleitorais. Especificação dos crimes eleitorais. A conexão dos crimes eleitorais. As penas nos crimes eleitorais.

2.17 – Processo Penal e Processo Disciplinar no Direito Eleitoral. Apreciações introdutórias. Processo Penal Eleitoral. Princípios processuais. Recursos e execuções criminais. Processo disciplinar eleitoral. Processo disciplinar partidário

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais



6- BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- CÂNDIDO, Joel José. Direito Eleitoral Brasileiro. São Paulo, JALÓVI
- COSTA, Antônio Tito. Recursos em matéria eleitoral. São Paulo, RT
- COSTA, Edigard. A Legislação Eleitoral Brasileira. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional
- COSTA, Elcias Ferreira da. Compêndio de Direito Eleitoral. São Paulo, Sugestões Literárias.
- FERREIRA, Luís Pinto. Comentários à Constituição Brasileira. São Paulo, Saraiva
- \_\_\_\_\_. Comentários ao Código Eleitoral. São Paulo, Saraiva
- JARDIM, Torquato. Introdução ao Direito Eleitoral Positivo. Brasília, Brasília Jurídica
- LEMBO, Cláudio. Participação Política e Assistência Simples no Direito Eleitoral. Rio de Janeiro, Forense Universitária
- MATTA, Aroldo. Abuso de Poder Econômico no Direito Eleitoral. Fortaleza, Stylos
- MOTTA FILHO, Cândido. Conteúdo Político das Constituições. Rio de Janeiro, Freitas Bastos
- NESS, Pedro Henrique Távora. Direitos Políticos - Condições de Elegibilidade e Inelegibilidade. São Paulo, Saraiva
- RIBEIRO, Fávila. Direito Eleitoral. Rio de Janeiro, Forense
- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo, Malheiros Editora

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

CÓDIGO: DIR 00283

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITOS: DIR 03783 (Teoria da Constituição)

EMENTA:

Conceito, fontes, Codificação Internacional. Condição Jurídica do Estrangeiro. Aplicação e prova do Direito Estrangeiro. Conflitos de Lei no Espaço. Cooperação Internacional. Homologação de Sentença Estrangeira. Extradicação.

### 1- OBJETIVOS:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa, suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADES

- 2.1- Histórico - Definição - Objeto - Método do Direito Internacional Privado - Fontes do Direito Internacional Privado - Teorias modernas e contemporâneas - Principais fontes legislativas do Direito Internacional Privado Brasileiro - Direito Uniforme - Unificação do Direito Internacional Privado.
- 2.2- As normas do Direito Internacional Privado - Regras Indiretas e Regras Diretas e Regras qualificadoras. Objeto de Conexão e Elemento de Conexão. Aplicação das normas de Direito Internacional Privado. Teoria das Qualificações.
- 2.3- Conflitos no espaço de normas de Direito Internacional Privado - Lei de Introdução ao Código Civil
- 2.4- Reenvio. Estatuto Pessoal.
- 2.5- Estatuto Real.
- 2.6- Obrigações. Autonomia da Vontade.
- 2.7- Sucessão.
- 2.8- Pessoa Jurídica.
- 2.9- Direito Processual Internacional. Competência Internacional. Litispêndência Internacional. Coisa Julgada Internacional. Carta Rogatória - Homologação de Sentença Estrangeira - Regime das Provas no Direito Processual Internacional - Prova do Direito Estrangeiro - Juízo Arbitral.
- 2.10- Nacionalidade - Formas de Aquisição de Nacionalidade: originária e secundária - Perda da Nacionalidade.
- 2.11- Condições Jurídicas do Estrangeiro. Entrada do Estrangeiro - Estada do Estrangeiro Os Direitos do Estrangeiro no Território Nacional - Saída do Estrangeiro - Saída compulsória do Estrangeiro: extradicação, deportação, expulsão, repatriamento e banimento.
- 2.12- Contratos e obrigações internacionais.

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

#### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

#### 5- AVALIACÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

#### 6- BIBLIOGRAFIA:

BATALHA, Wilson Souza Campos. Tratado Elementar de Direito Internacional Privado. São Paulo. Revista dos Tribunais

BEVILÁQUA, Clóvis. Princípios Elementares de Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro. Freitas Bastos

CASTRO, Amílcar de. Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro. Forense

DINIZ, Maria Helena. Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada. São Paulo, Saraiva

DOLINGER, Jacob. Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro, Renovar

\_\_\_\_\_. A Evolução da Ordem Pública no Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro, Luna

RECHSTEINER, Beat Walter. Direito Internacional Privado - Teoria e Prática. São Paulo, Saraiva

SILVA, Agostinho Fernandes Dias da. Introdução ao Direito Internacional Privado. São Paulo, Freitas Bastos

STRENGER, Direito Internacional Privado. São Paulo, LTr,

TIBÚRCIO, Carmen e DOLINGER, Jacob. Vade Mécum de Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro, Renovar

VALLADÃO, Haroldo. Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro, Freitas Bastos

## QUINTO PERÍODO

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL II

CÓDIGO: DIR 03791

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 03787 (Direito Processual Civil I)

EMENTA:

Coisa Julgada. Recursos Constitucionais e legais. Ação Rescisória.

### 1- OBJETIVOS:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa, suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

#### 1- COISA JULGADA

- 1.1- conceito;
- 1.2- qualidade da sentença e autoridade da coisa julgada;
- 1.3- coisa julgada *secundum eventum litis*;
- 1.4- limites: objetivos e subjetivos.

#### 2- RECURSOS:

- 2.1- Teoria Geral dos Recursos;
- 2.1.1- explicações jurídica e sociológica;
- 2.1.2- princípios recursais:
  - a) devido processo legal;
  - b) duplo grau de jurisdição;
  - c) duplo grau necessário;
  - d) unirrecorribilidade;
  - e) variabilidade;
  - f) fungibilidade;
  - g) não reformatio in pejus;
  - h) substituição da sentença;
  - i) abstração teórica (S. STF 456);
  - j) taxatividade/exemplificatividade;
  - l) dialeticidade;
  - m) voluntariedade;
  - n) irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias.
  - o) complementariedade;
  - p) consumação.
- 2.1.3- pressupostos:
  - a) subjetivos:
    - a.1) sucumbência/interesse;
    - a.2) legitimidade;
    - a.3) competência.
  - b) objetivos:
    - b.1) recorribilidade;
    - b.2) tempestividade;

- b.3) singularidade;
- b.4) adequação;
- b.5) preparo;
- b.6) motivação;
- b.7) forma.
- 2.1- Recurso adesivo:
  - 2.2.1- natureza;
  - 2.2.2- cabimento;
  - 2.2.3- requisitos;
- 2.2- Desistência, renúncia e aquiescência;
- 2.3- Recurso e litisconsórcio;
- 2.4- Efeitos:
  - 2.5.1- do recurso:
    - a)devolutivo ou reiterativo;
    - b)suspensivo ou iterativo.
  - 2.5.2- do julgamento do recurso:
    - a)expansivo;
    - b)translativo;
    - c)substitutivo.
- 2.6- Recursos em espécie:
  - 2.6.1- apelação;
  - 2.6.2. agravo;
    - a)de decisões interlocutórias:
      - a.1)de instrumento (lato);
      - a.2)retido;
      - a.3)oral;
      - a.4)escrito.
      - a.5)inominados e regimentais;
    - 2.6.3- embargos de declaração;
    - 2.6.4- embargos infringentes;
    - 2.6.5- embargos de divergência;
    - 2.6.6- ordinários constitucionais;
    - 2.6.7- especial;
    - 2.6.8- extraordinário;
    - 2.6.9- Correição parcial e total;
- 2.7- Ordem dos processos no tribunal e o processo nos tribunais.

### 3- AÇÃO RESCISÓRIA:

- 3.1- Natureza;
- 3.2- cabimento;
- 3.3- Legitimação;
- 3.4- Objeto/mérito;
- 3.5- Hipóteses taxativas;
- 3.6- Diferenças da ação anulatória;
- 3.7- *Judicium rescindens* e judicium rescisorium;
- 3.8- Execução definitiva e provisória;
- 3.9- medidas cautelares;
- 3.10- antecipação de tutela.
- 3.11- Procedimento.

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de

textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

#### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

#### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

#### 6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALVIM, Arruda . Manual de Direito Processual Civil, São Paulo: RT
- ARAGÃO, Egas Moniz de. Comentários ao Código de Processo Civil, Forense, vol. II
- BARBI, Celso Agrícola. Comentários ao Código de Processo Civil, vol. I Rio de Janeiro: Forense.
- COUTURE, Eduardo. Fundamentos del Derecho Procesal Civil, Depalma
- DINAMARCO, Cândido Rangel.. Fundamentos de Processo Civil Moderno. São Paulo: RT
- \_\_\_\_\_. A Reforma do Código de Processo Civil, Malheiros
- GRECO FLHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva
- MARQUES, José Frederico. Manual de Direito Processual Civil
- MOREIRA, José Carlos Barbosa. Comentários ao Código de Processo Civil. Rio de Janeiro: Forense, vol. V
- \_\_\_\_\_. O Novo Processo Civil Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense
- NERY JÚNIOR, Nelson. Atualidades sobre o Processo Civil. RT
- \_\_\_\_\_. Código de Processo Civil Comentado, RT
- \_\_\_\_\_. Princípios Fundamentais - Teoria Geral dos Recursos, RT
- PASSOS, J.J. Calmom. Comentários ao Código de Processo Civil, Forense, vol. III
- \_\_\_\_\_. Inovações no Código de Processo Civil, Forense
- SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras Linhas de Direito Processual Civil, Saraiva
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil, Forense

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: **DIREITO CONSTITUCIONAL II**

CÓDIGO: DIR 00301

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 03789 (Direito Constitucional I)

EMENTA:

Organização dos Poderes. Funções Essenciais à Justiça. Processo Legislativo. Controle de Constitucionalidade. Defesa dos Estados e das Instituições Democráticas. Disposições Constitucionais Transitórias.

### 1- OBJETIVOS:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa, suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADES

#### 2.1-Organização dos Poderes

2.1.1-Poder Legislativo

2.1.2-Poder Executivo

2.1.3-Poder Judiciário

2.1.4-Funções essenciais à Justiça

#### 2.2-Processo de elaboração legislativa

#### 2.3-Controle de Constitucionalidade

#### 2.4-Defesa dos Estados e das Instituições Democráticas

#### 2.5-Disposições Constitucionais transitórias

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais



6- BIBLIOGRAFIA:

- ARAÚJO, Luiz Alberto; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva
- BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 1999.
- \_\_\_\_\_. Dicionário de Direito Constitucional: São Paulo: Saraiva, 1994.
- \_\_\_\_\_. MARTINS, Ives Gandra da Silva. Comentários à Constituição do Brasil. São Paulo: Saraiva, 1988, 15v
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 1990.
- \_\_\_\_\_. Comentários à Constituição Brasileira de 1988. São Paulo: Saraiva. 1999, 2v.
- GABRIEL, Ivo, A constituição estadual. Max Limonad
- HESSE, Konrad. A força normativa da constituição. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris
- HORTA, Raul Machado. Direito Constitucional. Belo Horizonte: DelRey, 1999
- MORAES, Alexandre de Moraes. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2000.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Conteúdo jurídico do princípio da igualdade. São Paulo: Malheiros, 1995
- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2000
- \_\_\_\_\_. Aplicabilidade das normas constitucionais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982
- BARBOSA SOBRINHO, Osório Silva, Constituição Federal vista pelo STF. São Paulo, Juarez de Oliveira, 1999
- SUNDFELD, Carlos Ari. Fundamentos de direito público. Ed. Malheiros

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL I

CÓDIGO: DIR 00314

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 03784 (Teoria do Direito Processual) e DIR 03790 (Direito Penal I)

EMENTA:

Princípios do Processo Penal. Aplicação da lei processual penal. Inquérito Policial. Ação Penal. Competência. Questões e Processos incidentes.

### 1- OBJETIVO:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:UNIDADES

- 2.1) Princípios e noções do Direito Processual Penal. Aplicação da lei processual penal.
- 2.2) Inquérito Policial. Conceito, natureza, finalidade e procedimento. Sua função no processo penal. Seu valor probante no atual sistema da legislação processual brasileira. Atos principais. Atos principais do inquérito policial. Dispensabilidade do inquérito.
- 2.3) Da ação penal: Considerações gerais e teorias do direito de ação. Condições da ação. Pressupostos do processo. Divisão ou classificação. Conceito e definição. Condições da Ação Geral. Ação Penal Publica Incondicionada, Ação Penal Publica Condicionada e Ação Penal Privada. Denúncia e Queixa. Da Ação Cível. Reparação *ex delicto*. Execução. Legitimidade.
- 2.4) Da competência
- 2.5) Das questões e Processos Incidentes

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

### 6- BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva

CERNICCHIARO, Luiz Vicente e COSTA JR., Paulo José. Direito Penal na Constituição. Rio de Janeiro: RT

FRANCO, Alberto Silva *et alii*. Código de Processo Penal e sua Interpretação Jurisprudencial. 2v. São Paulo: RT

GRECO F., Vicente. Manual de Processo Penal. São Paulo: Saraiva

JESUS, Damásio Evangelista. Código de Processo Penal Anotado. São Paulo: Saraiva

MARQUES, José Frederico. Elementos de Direito Processual Penal. 4v. Campinas: Bookseller

MIRABETE, Júlio Fabrinni. Código de Processo Penal Interpretado. São Paulo: Atlas

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Curso completo de Processo Penal. São Paulo: Saraiva

\_\_\_\_\_. Processo Penal. São Paulo: Atlas

TOURINHO F. Fernando da Costa. Processo Penal. 4v. São Paulo: Saraiva

\_\_\_\_\_. Código de Processo Penal Comentado. 2v. São Paulo: Saraiva

\_\_\_\_\_. Prática de Processo Penal. São Paulo: Saraiva

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: DIREITO PENAL II

CÓDIGO: DIR 03792

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITOS: DIR 03790 (Direito Penal I)

EMENTA:

Crimes contra o patrimônio: furto, roubo, estelionato, propriedade imaterial.  
Crimes contra a ordem social. Crimes contra a família.

### 1- OBJETIVOS:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADES

2.1- Dos crimes contra o patrimônio;

2.2- Crime de furto.

2.3- Crime de roubo.

2.4- Crime de extorsão.

2.5- Da usurpação.

2.6- Crimes de dano.

2.7- Da apropriação indébita.

2.8- Do estelionato e outras fraudes.

2.9- Da receptação.

2.10- Disposições gerais quanto aos crimes contra o patrimônio.

2.11- Dos crimes contra a propriedade imaterial: intelectual, em geral e sobre programas de computador. Privilégio de invenção. Marcas e patentes. Concorrência desleal.

2.12- Crimes contra a ordem social e a segurança do Estado. Direito à Reunião.

2.13- Dos crimes contra a organização do trabalho.

2.14- Dos crime contra a família.

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

6- BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

DAMÁSIO, E. de Jesus. Direito Penal. Saraiva  
DELNANTO, Celso. Código Penal Anotado. Renovar  
FAGROSO, Heleno Cláudio. Lições de Direito Penal. Forense  
FRANCO, Alberto Silva et alii. Leis penais e sua interpretação jurisprudencial. RT  
FRANCO, Alberto Silva et alii. Código penal e sua interpretação jurisprudencial. RT  
MIRABETE, Fabrini. Manual de Direito Penal. Atlas  
NORONHA, E. Magalhães. Direito Penal. Forense  
OLIVEIRA, Juarez. Códigos penais. Legislação com nota remissiva.: Saraiva  
SILVA, Jorge Vicente. Códigos penais. Legislação com nota remissiva. Juruá

ESPECÍFICA:

GRACINDO FILHO, Alfredo de O. Jurisprudência criminal do STF e do STJ. Juruá  
JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA CRIMINAL., Juruá  
FRANÇA, Rubens Limongi . Jurisprudência da aplicação da lei penal. RT

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: **DIREITO DE FAMÍLIA**

CÓDIGO: DIR 03793

CARGA HORÁRIA: 60 hs

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 03787 (Direito Processual Civil I)

EMENTA:

Normas Constitucionais. Casamento. Efeitos. Regime de Bens. Dissolução da Sociedade Conjugal: anulação, separação, divórcio. Relações de parentesco, adoção. Tutela, Curatela, ausência. Estatuto do Menor e do Adolescente.

### 1- OBJETIVOS:

1.1- Familiarizar-se com os institutos de Direito de Família, ressaltando as características especiais do Direito matrimonial e assistencial e os aspectos patrimoniais e extrapatrimoniais das relações familiares e conjugais.

1.2- Sensibilizar-se com a problemática da família, preparando-se para uma atuação responsável e consciente (como advogado de família), que leve sempre em consideração o bem estar dos filhos e as condições psicológicas do casal.

1.3- Comparar a sociedade conjugal com a sociedade de fato, analisando as conseqüências jurídicas.

1.4- Elaborar o novo Estatuto da Família compatível com avanços constitucionais.

### 2-CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADES

#### 2.1- DIREITO DE FAMÍLIA:

- a) Definição;
- b) Dos caracteres do Direito de Família;
- c) Das relações jurídicas.

#### 2.2- DO CASAMENTO:

- a) Da definição, história e evolução.
- b) Dos caracteres.
- c) Da natureza jurídica.
- d) Dos fins.

#### 2.3- DO CONCUBINATO, DA SOCIEDADE DE FATO E DA ENTIDADE FAMILIAR:

- a) Do conceito, história e evolução.
- b) Situação da concubina perante a lei, a jurisprudência e a CF/88.
- c) A entidade familiar na nova Constituição.

#### 2.4- DAS FORMALIDADES QUE ANTECEDEM A CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO E A PREPARAÇÃO.

- a) Dos requisitos da habilitação matrimonial.
- b) Do suprimento judicial do consentimento paterno.
- c) Do casamento de divorciados.
- d) Do processo de habilitação.
- e) Do exame pré-nupcial (para casamento de colaterais de 3º grau).

#### 2.5- DOS IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS E SUA OPOSIÇÃO.

- a) Resultante do parentesco.

- b) Resultante de afinidade.
- c) Resultante de adoção.
- d) Resultante de casamento anterior de um dos nubentes.
- e) Resultante de prática de delito.
- f) Falta e vício de consentimento.
- g) Falta de consentimento dos pais ou representantes legais.
- h) Idade nupcial.
- i) Impedimentos impedientes e proibitivos.
- j) Oposição dos impedimentos.

#### 2.6-DA CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO.

- a) Das formalidades;
- b) Do casamento perante autoridades diplomáticas;
- c) Do casamento nuncupativo e putativo;
- d) Do casamento religioso com efeitos civis.

#### 2.7- DAS NULIDADES.

- a) Da ação de nulidade ou da anulação.
- b) Da separação prévia de corpos.
- c) Da legitimação e dos direitos do filhos.
- d) Do casamento nulo.
- e) Do casamento anulável.

#### 2.8-DO CASAMENTO ANULÁVEL.

- a) Erro sobre a pessoa..
- b) Erro concernente à identidade do outro cônjuge.
- c) Erro sobre a honra e a boa fama.
- d) Ignorância de crime inafiançável.
- e) defeito físico irremediável.
- f) Moléstia grave e transmissível por contágio ou por herança.
- g) Defloramento da mulher ignorada pelo marido.
- h) Dolo como causa de anulação.
- i) Legitimidade para propor a ação de anulação em caso de erro.
- j) Prazos prescritivos, disposições processuais e provas admitidas.

#### 2.9-DO CASAMENTO PUTATIVO.

- a) Do conceito e notícia histórica.
- b) Do casamento putativo no Direito pátrio.

#### 2.10-DOS EFEITOS JURÍDICOS DO CASAMENTO.

- a) Dos deveres de ambos os cônjuges.
- b) Fidelidade recíproca.
- c) Dever de coabitação.
- d) Mútua assistência.
- e) Sustento, guarda e educação dos filhos.

#### 2.11-DOS DIREITOS E DEVERES DOS CÔNJUGES NO DIREITO CIVIL.

- a) Atos que os cônjuges não podem praticar sem outorga do outro.
- b) Suprimento judicial da outorga uxória.
- c) Sanções decorrentes da falta de outorga e prazos prescritivos.

#### 2.12-DAS INOVAÇÕES DO ESTATUTO DA MULHER CASADA NA NOVA CONSTITUIÇÃO.

- a) Da capacidade civil da mulher casada.
- b) Da administração da sociedade conjugal pela mulher.
- c) Dos bens reservados - teorias sobre a sua vigência ou não após a CF/88.

#### 2.13-DO REGIME DE BENS ENTRE OS CÔNJUGES.

- a) Do pacto antenupcial - estipulações permitidas e proibidas.
- b) Da inscrição no registro competente.
- c) Das doações antenupciais.

#### 2.14-DO REGIME DA COMUNHÃO UNIVERSAL

- a) Conceito e natureza jurídica.
- b) Dos bens comunicáveis.
- c) Da administração e dissolução da comunhão.
- d) Da comunicabilidade dos frutos.

#### 2.15-DO REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL.

- a) Da noção e especificação dos bens particulares.
- b) Dos bens que entram para a comunhão.
- c) DA incomunicabilidade de bens cuja aquisição se prenda a causa anterior ao casamento.

#### 2.16-DO REGIME DE SEPARAÇÃO DE BENS.

- a) Conceito e formas de separação.
- b) Incomunicabilidade das dívidas.
- c) Administração dos bens conjugais.

#### 2.17-DA SEPARAÇÃO JUDICIAL A PEDIDO DE UM DOS CÔNJUGES

- a) Conduta desonrosa.
- b) Grave violação de deveres do casamento.
- c) Ruptura de vida em comum.
- d) Grave doença mental contraída após o casamento.

#### 2.18-DA SEPARAÇÃO CONSENSUAL.

- a) Requisitos.
- b) Do procedimento.
- c) Do restabelecimento da sociedade conjugal.

#### 2.19-DO DIVÓRCIO.

- a) Histórico e evolução.
- b) Introdução do divórcio no Brasil.
- c) Processo e conseqüências.

#### 2.20-DA PROTEÇÃO DA PESSOA DOS FILHOS.

- a) Do direito de visitação.
- b) Dos alimentos.

#### 2.21-DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO.

- a) Do parentesco em linha reta e colateral.
- b) Do parentesco por afinidade.

#### 2.22-DA INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE (Lei 8.560/92) e MATERNIDADE

- a) Do reconhecimento voluntário.
- b) Do reconhecimento judicial.
- c) Da ação investigatória de paternidade e maternidade.



- d) Das provas admitidas.
- e) Da concepção in vitrio e a paternidade.
- f) Da isonomia entre os filhos na CF/88.

#### 2.23-DA ADOÇÃO - ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE ANTES E APÓS A CF/88 E AS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO CIVIL.

- a) histórico.
- b) Definição e requisitos.
- c) Disposições especiais.
- d) Nulidade da adoção.
- e) Feitos sucessórios.
- f) Legitimação, prescrição e averbação.

#### 2.24-DO PÁTRIO PODER.

- a) Origem do instituto.
- b) Definição e caracteres.
- c) Relações decorrentes do pátrio poder.
- d) Da suspensão e extinção do pátrio poder.

#### 2.25-DOS ALIMENTOS.

- a) Legitimação ativa e passiva.
- b) Pressupostos da obrigação alimentar.
- c) Mutabilidade do quantum da pensão alimentícia.
- d) Características da obrigação de alimentar.
- e) Modalidades das prestações.
- f) Alimentos provisionais.
- g) Disposições coercitivas destinadas a assegurar o cumprimento da obrigação.
- h) Prescrição.
- i) Ação especial de alimentos - Lei nº 5.478/68.

#### 2.26-TUTELA.

- a) Suas espécies.
- b) Dos incapazes de exercerem a tutela.
- c) Da escusa dos tutores.
- d) Da garantia e do exercício da tutela.
- e) Dos bens dos órfãos.
- f) Da prestação de contas.
- g) Da cessação da tutela.

#### 2.27-DA CURATELA.

- a) Pessoas sujeitas à curatela.
- b) Loucos de todo o gênero.
- c) Surdos-mudos.
- d) Toxicômanos.
- e) Pródigos.
- f) Da legitimidade para requerer a tutela.
- g) Do processo de interdição e do administrador provisório.
- h) Levantamento da interdição.
- i) Disposições da tutela aplicáveis à curatela.
- j) Extensão da autoridade do curador.
- k) Curatela do nascituro.

## 2.28-DA AUSÊNCIA

- a) Conceito.
- b) Curadoria do ausente.
- c) Sucessão provisória e definitiva.
- d) Foro competente e registro.
- e) Efeitos da ausência quanto aos direitos de família.

## 2.29-DA UNIÃO ESTÁVEL

- a) Das Leis 8.971/94 e 9.278-96.
- b) Dos requisitos.
- c) Dos alimentos.
- d) Dos direitos sucessórios.

## 3- METODOLOGIA:

Aulas teóricas e práticas, estudos de casos em área de Direito de Família (Civil VII), especificamente sobre as transformações ocorridas após a vigência da CF/88 - Seminários, discussão e análises de casos processuais reais e pesquisas. Técnica do Júri Simulado.

## 4- RECURSOS:

Quadro negro, cartazes, transparências, material jornalístico sobre a matéria, análise de processos de cunho civil, consulta a livros, revistas e publicações versando sobre o programa.

Códigos: Civil, Processo Civil, Estatuto da Criança e do Adolescente e algumas leis esparsas.

## 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

OBS. As provas serão em partes discursivas e objetivas com solução de problemas concretos, e, aplicação do texto legal pertinente, amparo doutrinário e jurisprudencial. As provas são aplicadas pelo professor, admitindo-se a consulta livre ao material didático, devendo, contudo, trazer o pensamento e entendimento pessoal do aluno. As fontes consultadas e citadas deverão ser identificadas.

## 6- BIBLIOGRAFIA:

CAHALI, Yussef Said. Divórcio e Separação. 5 ed. São Paulo, RT, 1997.

DAIBERT, Jefferson. Direito de Família. 2 ed. Rio de Janeiro, Forense, 1980.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito de família. SÕ Paulo, Saraiva, 1998.

FRANÇA, RubensLimonge. Lei do Divórcio comentada. 1976. 1. Divórcio-Leis e Legislação Brasil. I - título.

GOMES, Orlando. Direito de Família. Rio de Janeiro, Forense, 1997.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. Dicionário de Direito de Família - Forense,

LEONI, José Maria. Dicionário de direito de família.

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil: direito de Família. 25 ed. São Paulo, Saraiva, 1998.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Rio de Janeiro, Forense, 1998, v.1  
RODRIGUES, Silvio. Direito civil: direito de família. V.6, 19 ed. São Paulo, Saraiva, 1994  
WALD, Arnold. Direito de Família . São Paulo, Revista dos Tribunais, 1999.

Periódicos

Revista Trimestral de Direito Civil. Editora PADMA/Renovar, Rio de Janeiro  
Revista de Direito Privado. Editora RT, São Paulo

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: TIPOS CONTRATUAIS

CÓDIGO: DIR 03818

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 00280 (Direito Comercial I) e DIR 03788 (Direito das Obrigações II)

EMENTA:

Contratos Cíveis. Contratos Comerciais. Locação de Imóveis. Alienação Fiduciária. Leasing. Franquias comerciais. Outros contratos relevantes.

### 1- OBJETIVOS:

- 1.1- Desenvolver comprometimento ético e posicionamento crítico em relação aos aspectos político- sociais e jurídicos dos Contrato Cíveis e Comerciais típicos;
- 1.2- Desenvolver raciocínio jurídico ágil, preciso e autônomo, diante de situações concretas ou hipotéticas;
- 1.3- Desenvolver capacidade de pesquisa e produção de conhecimento
- 1.4- Adquirir conhecimentos teórico-prático sobre o direito das coisas com ampla base doutrinária e jurisprudencial, atualizados de acordo com a legislação vigente; visão das modernas tendências acionais e estrangeiras, legislativas, doutrinárias ou jurisprudenciais.
- 1.5- Familiarizar-se com os princípios pertinentes.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADES

- 2.1- Contratos de Alienação. Compra e venda. Troca. Doação.
- 2.2- Modalidades Especiais de Compra e Venda. Retrovenda. Venda a contento. Preferência. Pacto de melhor comprador. Pacto comissório.
- 2.3- Alienação Fiduciária. Reserva de domínio.
- 2.4- Compromisso de Compra e Venda de Imóveis.
- 2.5- Incorporação imobiliária. Mediação. Corretagem de imóveis.
- 2.6- Locação.
- 2.7- Locação Imobiliária Urbana.
- 2.8- Comodato.
- 2.9- Mútuo
- 2.10- Depósito Civil e comercial.
- 2.11- Mandato. Gestão de Negócios.
- 2.12- Fiança Civil e Comercial.
- 2.13- Representação comercial.
- 2.14- Leasing.
- 2.15- Franchising.
- 2.16- Corretagem comercial.

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

#### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

#### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

#### 6- BIBLIOGRAFIA:

GOMES, Orlando. Contratos. Rio de Janeiro, Forense

DINIZ, Maria Helena. Tratado Teórico e Prático dos Contratos. 5v. São Paulo: Saraiva, 1997

MARTINS, Fran. Contratos e obrigações comerciais. São Paulo, Forense,

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil. São Paulo, Saraiva

NEGRÃO, Theotônio. Código Civil e legislação civil em vigor. São Paulo, Saraiva

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Rio de Janeiro, Forense

REQUIÃO, Rubens. Contratos comerciais. Saraiva.

RODRIGUES, Silvio. Direito Civil. São Paulo, Saraiva

WALD, Arnoldo. Curso de Direito Civil Brasileiro. São Paulo, Revista dos Tribunais

#### Periódicos

Revista Trimestral de Direito Civil. Editora PADMA/Renovar, Rio de Janeiro

Revista de Direito Privado. Editora RT, São Paulo

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: DIREITO AMBIENTAL

CÓDIGO: DIR 03819

CARGA HORÁRIA: 60HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 03789 (Direito Constitucional I)

EMENTA:

A vida e sua proteção. Conceitos de Ecologia aplicados ao Direito. Conceito de Direito Ambiental. Desenvolvimento da Matéria. A Constituição e a proteção ao Meio. Princípios, limites à propriedade privada, fiscalização administrativa. Responsabilidade civil por danos e crimes contra o Meio Ambiente. Instrumentos processuais para defesa do meio ambiente: O papel do Cidadão, das Associações, do Estado e do Ministério Público. Direito Ambiental Internacional.

### 1- OBJETIVOS:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa, suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADES

- 2.1- O Direito ao meio ambiente;
- 2.2- O meio ambiente e o consumo;
- 2.3- Uma visão antropocêntrica do direito constitucional ao meio ambiente;
- 2.4- Classificação do meio ambiente;
- 2.5- Natureza jurídica do direito ambiental;
- 2.6- Natureza jurídica dos bens ambientais;
- 2.7- Tutela constitucional comparada do meio ambiente;
- 2.8- Princípios do Direito ambiental na CF/88;
- 2.9- a política de proteção ambiental;
- 2.10- Instrumentos de tutela ambiental;
- 2.11- Estrutura político administrativa de proteção ao meio ambiente;
- 2.12- A proteção e a defesa do meio ambiente;
- 2.13- Competências constitucionais em matéria ambiental;
- 2.14- Zonamento ambiental e espaços especialmente protegidos;
- 2.15- Licenciamento ambiental e EIA/RJMA;
- 2.16- Tombamento;
- 2.17- Sanções administrativas;
- 2.18- Proteção da qualidade da água;
- 2.19- Proteção da qualidade do ar;
- 2.20- Proteção do patrimônio faunístico;
- 2.21- Poluição por resíduos sólidos;
- 2.22- Poluição sonora;
- 2.23- Direito de antena;
- 2.24- Patrimônio genético e direito ambiental; Poluição por atividades nucleares;
- 2.25- Tutela jurisdicional dos direitos metaindividuais;
- 2.26- Ação popular ambiental;
- 2.27- Mandado de injunção ambiental;
- 2.28- Mandado de segurança ambiental;
- 2.29- Ação civil pública ambiental.

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

### 6- BIBLIOGRAFIA:

ARMELIN, Donaldo. Tutela Jurisdicional do Meio Ambiente. IN: Revista do Advogado nº 37, Setembro de 1992.

ARAÚJO, Luiz Alberto David. Direito Constitucional e Meio Ambiente. Revista do Advogado nº 37, Setembro de 1992.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Os sindicatos e a defesa dos interesses difusos no direito processual civil brasileiro. São Paulo, RT, 1995.

\_\_\_\_\_. Associação Civil e interesses difusos no direito processual civil brasileiro. Dissertação de mestrado na PUC-SP, 1990.

\_\_\_\_\_. Ação Popular e a Defesa do Meio Ambiente. IN: Revista do Advogado nº 37, Setembro de 1992.

\_\_\_\_\_. Fundamentos constitucionais da Política Nacional do Meio Ambiente. IN: Revista da Pós Graduação da PUC-SP. São Paulo, Max Limonad, 1995.

FLORILLO, Celso Antônio Pacheco & RODRIGUES, Marcelo Abelha. Direito Ambiental e Patrimônio Genético. Minas Gerais, Del Rey, 1996.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo, Malheiros, 1991.

NERY JÚNIOR, Nelson. Responsabilidade Civil e Meio Ambiente. IN: Revista do Advogado nº 37, Setembro de 1992.

NERY, Rosa Maria B de Andrade. Responsabilidade civil por dano ambiental. Dissertação de mestrado da PUC-SP, 1993.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. Mandado de Segurança coletivo e política urbana. Tese de mestrado da PUC-SP. 1995.

SILVA, José Afonso da. Direito Ambiental Constitucional. São Paulo, Malheiros, 1994.

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: DIREITO COMERCIAL II

CÓDIGO: DIR 03820

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 00280 (Direito Comercial I) e DIR 03788 (Direito das Obrigações II)

EMENTA

Títulos de crédito. Propriedade industrial

### 1- OBJETIVOS:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:UNIDADES

- 2.1- A importância do crédito na sociedade contemporânea
- 2.2- Razão de ser e histórico dos títulos de créditos
- 2.3- Títulos de crédito reconhecidos pelo direito brasileiro e sua disciplina legal
- 2.4- Emissão, vencimento, garantias e cobrança dos títulos de crédito
- 2.5- Histórico da propriedade industrial
- 2.6- Propriedade industrial e sua disciplina legal (Lei 9.279/96)
- 2.7- Processo de patenteamento de invenção
- 2.8- Propriedade industrial e biotecnologia
- 2.9- Propriedade industrial e melhoramento de plantas e animais (Lei 9.456/97)
- 2.10- Direito Autoral e sua disciplina legal (Lei 9.610/98, de Direitos Autorais)
- 2.11- Proteção de invenções e obras e ressarcimento por uso indevido

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

### 6-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DEL NERO, Patrícia Aurélio. Propriedade intelectual: a tutela jurídica da biotecnologia. RT  
FARIA, José Eduardo. Direito e globalização econômica. São Paulo: RT, 2000  
REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial. 2v. São Paulo: Saraiva, 1996



## **SEXTO PERÍODO**

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL III

CÓDIGO: DIR 03794

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 03791 (Direito Processual Civil II)

EMENTA:

Execução dos títulos judiciais e extrajudiciais.

### 1- OBJETIVOS:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa, suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:UNIDADES

- 2.1- A execução: conceito e sinopse histórica;
- 2.2- Natureza jurídica da execução. A execução forçada;
- 2.3- Da relação jurídico-processual executiva: partes, legitimidade, causas de pedir remota e próxima, pedidos mediato e imediato;
- 2.4- O juiz no processo executivo: atuação e restrições;
- 2.5- As obrigações alternativas e o direito de escolha. As obrigações condicionais. A cumulação de execuções. A indenização por danos oriundos da declaração de inexistência de obrigação;
- 2.6- A competência no processo de execução: foro, matéria, lugar, pessoa e valor da causa. A competência nas execuções fiscais;
- 2.7- Dos requisitos necessários a qualquer execução: inadimplência e o título. Os títulos executivos: judiciais e extrajudiciais, no CPC e na legislação extravagante. Execução definitiva. Execução provisória. Cautelas.
- 2.8- Da responsabilidade patrimonial. Bens do devedor. A fraude à execução. Bens em poder de terceiros. Sucessores. Sócios. Cônjuges. Fiador. Avalista. Benefício de ordem;
- 2.9- A aplicação das regras do processo de conhecimento. Os atos atentatórios à dignidade da Justiça no processo de execução: hipóteses e sanções. A execução de prestação alimentícia: constituição de capital e cláusulas judiciais que sobre ele pesam;
- 2.10- A liquidação de sentença: por cálculos aritméticos, por arbitramento e por artigos;
- 2.11- Das Execuções in espécie. Disposições gerais. Direito de preferência. Petição inicial. Medidas acautelatórias cumuláveis na exordial. A nulidade da execução. A norma do meio executivo menos gravoso: incidência e limites;
- 2.12- Das Execuções para a entrega de coisa. A coisa certa e a coisa incerta. Depósito. Mandados de imissão na posse e de busca e apreensão. O terceiro adquirente. A conversão em perdas e danos. As benfeitorias e o dever de indenizar;
- 2.13- Da execução das obrigações de fazer e não fazer. As obrigações fungíveis e infungíveis: a execução por terceiro e a conversão em perdas e danos;
- 2.14- Da execução por quantia certa contra devedor solvente. A penhora: conceito e generalidades. Os bens penhoráveis e impenhoráveis. A ordem legal. A ineficácia da nomeação. A remição da execução. A penhora de crédito e de outros direitos patrimoniais. A penhora sobre estabelecimento comercial, industrial e agrícola. A penhora de semoventes, plantações e edifícios em construção.
- 2.15- A avaliação. A arrematação. Conceitos e generalidades. Procedimentos.
- 2.16- O pagamento do credor: disposições gerais, entrega de dinheiro, a adjudicação e o usufruto de imóvel ou empresa.

- 2.17-A execução contra a Fazenda Pública. Precatório. Precatório complementar. Art. 100 da Constituição Federal.
- 2.18-Da execução de prestação alimentícia. Prisão civil.
- 2.19-A defesa do devedor: os embargos e sua fisionomia jurídica atual. Rejeição liminar dos embargos. Matéria argüível em embargos. Embargos à execução fundada em sentença. Embargos à execução de título extrajudicial. Embargos à arrematação e à adjudicação.
- 2.20-Da execução por quantia certa contra devedor insolvente. A insolvência: conceito e caracterização. Legitimidade para requerer a insolvência. A declaração judicial da insolvência. O concurso de credores. A apuração e classificação dos créditos. A remição.
- 2.21-Da suspensão e da extinção do processo de execução.

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

### 6- BIBLIOGRAFIA:

ARRUDA ALVIM NETTO, José Manoel de. Manual de Direito Processual Civil. V. 3, 6. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

ASSIS, Araken de. Manual de Processo de Execução. 2. Ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1995.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Execução Civil. 4. Ed. São Paulo, Malheiros, 1994.

NERY JÚNIOR, Nelson. Código de Processo Civil Comentado e Legislação Processual Civil Extravagante em Vigor, 3. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil, v. 2, 12. Ed. Rio de Janeiro, Forense, 1994.

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: **DIREITO PROCESSUAL PENAL II**

CÓDIGO: DIR 0315

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 00314 (Direito Processual Penal I)

EMENTA:

Prova. Juiz. Ministério Público. Acusado e defensor. Assistentes. Funcionários da justiça. Peritos e intérpretes. Prisão e liberdade provisória. Citações e Intimações. Sentença.

### 1- OBJETIVOS:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- PROGRAMA DETALHADO:

2.1) Da prova. Disposições Gerais. Do exame do corpo de delito, e das perícias em geral. Do interrogatório do acusado. Da confissão. Das perguntas ao ofendido. Das testemunhas. Do reconhecimento de pessoas e coisas. Da acareação. Dos documentos. Dos indícios. Da busca e apreensão.

2.2) Do Juiz. Do Ministério Público. Do acusado e seu defensor. Dos assistentes. Dos funcionários da justiça. Dos peritos e intérpretes.

2.3) Da prisão e da liberdade provisória. Disposições Gerais. Da prisão em flagrante. Da prisão preventiva. Da apresentação espontânea do acusado. Da prisão administrativa. Da especial. Da liberdade provisória, com ou sem fiança.

2.4) Das citações e intimações

2.5) Da aplicação provisória de interdições de direitos e medidas de segurança

2.6) Sentença.

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

## 6- BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva
- CERNICCHIARO, Luiz Vicente e COSTA JR., Paulo José. Direito Penal na Constituição. Rio de Janeiro: RT
- DE ASSIS MOURA, Maria Thereza Rocha. A prova por indícios no Processo Penal
- FRANCO, Alberto Silva *et alii*. Código de Processo Penal e sua Interpretação Jurisprudencial. 2v. São Paulo: RT
- GRECO F.,Vicente. Manual de Processo Penal. São Paulo: Saraiva
- JESUS, Damásio Evangelista. Código de Processo Penal Anotado. São Paulo: Saraiva
- MARQUES, José Frederico. Elementos de Direito Processual Penal. 4v. Campinas: Bookseller
- MIRABETE, Júlio Fabrinni. Código de Processo Penal Interpretado. São Paulo: Atlas
- \_\_\_\_\_. Processo Penal. São Paulo: Atlas
- MITTERMAIER, C.J.A. Tratado da Prova em Matéria Criminal. Campinas: Bookseller
- NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Curso completo de Processo Penal. São Paulo: Saraiva
- TOURINHO F. Fernando da Costa. Processo Penal. 4v. São Paulo: Saraiva
- \_\_\_\_\_. Código de Processo Penal Comentado. 2v. São Paulo: Saraiva
- \_\_\_\_\_. Prática de Processo Penal. São Paulo: Saraiva
- VASCONCELOS, Ana Maria Campos Torres. A prova no processo penal. Belo Horizonte: Del Rey

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: DIREITO DAS COISAS

CÓDIGO: DIR 03795

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 03788 (Direito das Obrigações II)

EMENTA:

Propriedade. Posse. Direitos reais sobre coisa alheia.

### 1- OBJETIVOS:

1.1-Desenvolver comprometimento ético e posicionamento crítico em relação aos aspectos político-sociais e jurídicos do Direito das Coisas; raciocínio jurídico ágil, preciso e autônomo, diante de situações concretas ou hipotéticas; capacidade de pesquisa e produção de conhecimento próprio;

1.2-Familiarizar-se com os princípios pertinentes ao Direito das Coisas e adquirir conhecimentos teórico-práticos, com ampla base doutrinária e jurisprudencial, atualizados de acordo com a legislação vigente; visão das modernas tendências nacionais e estrangeiras, legislativas, doutrinárias ou jurisprudenciais.

1.3-Distinguir: direitos reais e obrigacionais, obrigação *propter rem*; direito de propriedade e direito à propriedade; posse, detenção, propriedade e direitos reais sobre coisa alheia, e estes uns dos outros; direitos reais de gozo, de garantia e de aquisição; modos e títulos de aquisição da posse e da propriedade de bens móveis e imóveis, enumerando os efeitos do registro; modos originários e derivados de aquisição da propriedade, enumerando suas consequências práticas; uso, abuso, uso anormal e desvio de uso da coisa; direitos, abusos de direito e obrigações dos condôminos; condomínio tradicional, forçado e de edifício.

1.4-Aplicar o direito a situações concretas ou hipotéticas, assumindo e fundamentando posicionamento ético, político-sociais e jurídicos tecnicamente corretos e precisos, ou razoáveis quando a hipótese admitir controvérsia;

1.5-Criar, fundamentar e defender teses próprias, consentâneas à legislação, doutrinária e jurisprudência, quando estas não oferecerem respostas evidentes às situações concretas ou hipotéticas apresentadas.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:UNIDADES

2.1- Noções gerais de Direito das Coisas. Distinção entre direito real e obrigacional. Propriedade plena, limitada e condicionada. Distinção entre propriedade, domínio, posse e detenção.

2.2- História e Sociologia do Direito das Coisas. Função social da propriedade. Direito comparado no tempo e no espaço. A questão política da posse e propriedade.

2.3- Conceito, conteúdo e características da propriedade;

2.4- Limitações à propriedade, ao direito de propriedade e ao exercício do direito de propriedade. Limitações Administrativas. Poder de Política.

2.5-Direito de Vizinhança.

2.6-Condomínio. Condomínio Forçado. Condomínio de Edifício.

2.7- Aquisição e perda da propriedade. Distinção entre título e modo de aquisição. Bens móveis e imóveis.

2.8- Posse. Exercício da fato. Natureza jurídica. Objeto. Elementos. Fundamento da proteção jurídica. Classificação.

2.9-Aquisição e perda da posse. Composse.

2.10-Efeitos da posse.

2.11- Direito reais sobre coisas alheias. Direitos reais de gozo, garantia e aquisição.

- 2.12-Usufruto. Uso. Habitação.  
2.13-Direito Reais de Garantia. Anticrese.  
2.14-Penhora.  
2.15-Hipoteca.  
2.16- Direitos reais de aquisição. Promessa de compra e venda. Direito de preferência. Pacto de retrovenda. Reserva de domínio. Alienação fiduciária.

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

### 6- BIBLIOGRAFIA:

BESSONE, Darcy. Direitos Reais. São Paulo, Saraiva

BOURGUIGNON, Álvaro M. R.. Embargos de Retenção por Benfeitorias. São Paulo, RT, 1999

GOMES, Orlando. Direitos Reais. Rio de Janeiro: Forense

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil - Direito das Coisas. São Paulo, Saraiva

NEGRÃO, Theotônio. Código Civil e Legislação civil em vigor. Rio de Janeiro, Saraiva

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil, vol. IV. Rio de Janeiro, Forense

RODRIGUES, Silvio. Direito Civil, vol. V . Direito das Coisas. São Paulo, Saraiva

WALD, Arnoldo. Curso de Direito Civil Brasileiro, vol. III . Direito das Coisas. São Paulo, Revista dos Tribunais

#### Periódicos

Revista Trimestral de Direito Civil. Editora PADMA/Renovar, Rio de Janeiro

Revista de Direito Privado. Editora RT, São Paulo

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: DIREITO DO TRABALHO I

CÓDIGO: DIR 00284

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): 03789 (Direito Constitucional I)

EMENTA:

Formação, conceito e fontes do Direito do Trabalho. Objeto, divisão e importância. Direito tutelar do trabalho. Contrato individual de trabalho. Relação de emprego. Identificação profissional. Direito do trabalho na constituição. Direitos dos trabalhadores e das empresas: nascimento, desenvolvimento e extinção. Ideologias políticas e o direito do trabalho. Higiene e segurança no trabalho.

### 1- OBJETIVOS:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:UNIDADES

2.1. Parte Geral: Formação Histórica. Conceito. Terminologia. Objetivo. Divisão. Importância do Direito do Trabalho. Autonomia. Fontes. Princípios Peculiares. Interpretação e Aplicação. Renúncia e Transação. A Constitucionalização do Direito Trabalhista;

#### 2.2.Parte Específica:

2.2.1- Relação de Emprego: Natureza Jurídica. Caracterização da Relação de Emprego: importância do assunto. Sujeitos da Relação de Emprego: a) o empregado: conceito. Empregado Rural. Trabalhadores excluídos da proteção legal. Identificação Profissional; b) o empregador: conceito. Empregador, empresa e estabelecimento. Poder Hierárquico. Solidariedade e sucessão trabalhista.

2.2.2- Contrato de Trabalho. Classificação. Natureza Jurídica. Denominação. Conceito. Morfologia.Limites à Autonomia Individual no contrato individual de trabalho. Nulidade do contrato individual de trabalho. Espécies do contrato individual de trabalho. Contratos afins. Obrigações do empregado e do empregador.

2.2.3- Execução do Contrato de Trabalho. Salário: breve histórico; natureza jurídica, conceito; remuneração e salário; classificação do salário; elementos integrantes do salário; proteção ao salário; salário mínimo; salário família; equiparação salarial. Tempo de serviço: o art. 4º da CLT. Suspensão e interrupção do contrato de emprego. Duração do trabalho: jornada de trabalho e repousos; turnos ininterruptos de revezamento. Alteração do contrato de trabalho. Terminação do contrato de trabalho. Estabilidade, garantia no emprego, indenização e FGTS. Aviso prévio. Trabalho da mulher e do menor.

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (Estudo de casos práticos).



#### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

#### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

#### 6-BIBLIOGRAFIA:

GOMES, Orlando & GOTTSCHALK, Elson. Curso de Direito do Trabalho. Rio de Janeiro, Ed. Forense,1998

LEITE, Carlos Henrique Bezerra.Direito do trabalho: primeiras linhas. Curitiba, Juruá, 1997.

MORAES FILHO, Evaristo. Introdução ao Direito do Trabalho. São Paulo, LTr., 1998.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação do Direito do Trabalho. São Paulo, LTr.,1999.

PINTO, José Augusto Rodrigues. Curso de Direito Individual do Trabalho. São Paulo, LTr,1994.

SÜSSEKIND, Arnaldo & MARANHÃO, Délio & VIANNA, Segadas. Instituições de Direito do Trabalho. 2 vols. São Paulo, LTr, 1999.

Sugerimos, ainda, a leitura de revistas especializadas, como Revista da Legislação do Trabalho, LTr, Revista Síntese Trabalhista, Revista Genesis, Revista dos Tribunais (matéria trabalhista) etc.

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: **DIREITO TRIBUTÁRIO I**

CODÍGO: DIR 03796

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 00301 (Direito Constitucional II)

### EMENTA

Sistema Constitucional Tributário. Princípios. Competências. Repartição das Competências. Limitações ao poder de tributar. Direito Tributário. Tributos.
--

### 1- OBJETIVO GERAL

Incentivar o debate e a visão crítica dos temas objeto de estudo, com a abordagem da interdependência com as outras disciplinas do Curso de Direito, principalmente entre o Direito Constitucional, Direito Administrativo e o Direito Financeiro.

#### 1.1- OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Propiciar o entendimento do sistema tributário, a partir dos princípios constitucionais tributários e da noção de competência tributária. Também serão investigadas as limitações ao exercício da “competência tributária”.

b) Estipular o conceito de Direito Tributário, distinguindo-o de Ciência do Direito Tributário. Analisar as espécies tributárias previstas no ordenamento jurídico vigente, a partir do conceito de tributo.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I - Sistema constitucional tributário.

Idéia de Sistema. Características gerais do nosso sistema. Sistema Constitucional Brasileiro. O subsistema constitucional tributário. Direito Financeiro e Direito Tributário. Sistema do Direito Positivo e sistema da Ciência do Direito.

UNIDADE II - Princípios constitucionais e princípios constitucionais tributários.

Noção de princípio. Princípios jurídicos e princípios jurídicos constitucionais. A Constituição Federal e os princípios constitucionais. Princípios constitucionais tributários: Princípio da capacidade contributiva (princípio republicano e direito de propriedade). Princípio da igualdade tributária. Princípio da isonomia das pessoas políticas constitucionais. Princípio federativo. Autonomia municipal. Princípio da uniformidade da tributação no território nacional. Princípio da anterioridade. Anualidade. Princípio da irretroatividade. Princípio da tipologia tributária. Princípio que veda a identificação da base de cálculo da taxa com a de impostos. Princípio da progressividade do tributo. Princípio do não confisco. Princípio da estrita legalidade. Medidas provisórias. Segurança jurídica e tributação. Direitos fundamentais.

UNIDADE III - Competência tributária.

Introdução. Características. Privacidade. Indelegabilidade. Incaducabilidade. Inalterabilidade. Irrenunciabilidade. Facultatividade.

UNIDADE IV - Repartição das competências tributárias.

Tributos federais, estaduais e municipais. Competência residual (União). Competência comum (taxas e contribuições de melhoria).

UNIDADE V – Limitações ao poder de tributar.

Princípios. Rígida discriminação das competências. Imunidade tributária. Paralelo entre imunidade e isenção. Imunidade recíproca. Imunidade dos templos de qualquer culto. Imunidade dos partidos políticos, dos sindicatos e das instituições educacionais e assistenciais. Imunidade dos livros, dos jornais, dos periódicos e do papel destinado à sua impressão.

UNIDADE VI – Direito tributário.

Delimitação preliminar da matéria. DIREITO TRIBUTÁRIO – Conceito. Características fundamentais da atividade tributária. Outras denominações da disciplina. O falso problema da autonomia. Normas Gerais de Direito Tributário.

UNIDADE VII – Tributo.

Conceito. Definição de tributo no Código Tributário Nacional. Espécies de tributos: Imposto, Taxa, Contribuição de Melhoria, Empréstimo Compulsório e Contribuição social. Classificações.

### 3 – METODOLOGIA

O curso será ministrado por meio de aplicação de seminários e de aulas expositivas. A entrega dos fichamentos estipulados e a realização dos seminários pelos alunos precederão à aula expositiva, que tem o objetivo de fixar a matéria objeto de estudo e sanar as dúvidas que remanescerem após a leitura, a análise e o fichamento dos textos indicados.

### 4 – AVALIAÇÃO

Serão utilizados os seguintes meios de avaliação: aplicação de prova escrita, fichamentos e participação em seminários.

### 5 – BIBLIOGRAFIA

- AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- ATALIBA, Geraldo. Hipótese de Incidência Tributária. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 1996.
- \_\_\_\_\_. Sistema Constitucional Tributário Brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1968.
- BARRETO, Aires. Base de Cálculo, Alíquota e princípios constitucionais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.
- BALEEIRO, Aliomar. Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1968.
- BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Financeiro e de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 1994.
- BECKER, Alfredo Augusto. Teoria Geral do Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 1968.
- BORGES, José Souto Maior. Lei Complementar Tributária. São Paulo: São Paulo: Revista dos Tribunais, 1975.
- CARRAZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiros, 9ª ed., 1996.
- CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 1993.
- \_\_\_\_\_. Sobre os Princípios Constitucionais Tributários. Revista de Direito Tributário. 55: 143-155.
- COELHO, Sacha Calmon Navarro. Comentários à Constituição de 1988 - Sistema Tributário. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

HAMATI, Cecília Maria Marcondes. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Malheiros, 1996.

KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

LACOMBE, Américo Lourenço Masset. Princípios Constitucionais Tributários. São Paulo: Malheiros, 1996.

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. Rio de Janeiro: Forense, 6ª ed., 1993.

MARQUES, Márcio Severo. Classificação Constitucional dos Tributos. São Paulo: Max Limonad, 2000.

\_\_\_\_\_. Os Princípios Jurídicos da Tributação na Constituição de 1988. São Paulo: RT, 1989.

MELO, José Soares de. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Dialética, 1987.

MELLO, Celso A. Bandeira de Mello. Curso de Direito Administrativo. 9ª ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

NOGUEIRA, Ruy Barbosa. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 1992.

SANTI, Eurico Marcos Diniz de. As Classificações no Sistema Tributário Brasileiro. In *Justiça Tributária*. 1º Congresso Internacional de Direito Tributário - IBET. São Paulo: Max Limonad, 1998.

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: **DIREITO FALIMENTAR**

CÓDIGO: DIR 03822

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 03788 (Direito das Obrigações II), DIR 03789 (Direito Constitucional I) e DIR 03791 (Direito Processual Civil II)

EMENTA:

Falência e Concordata
-----------------------

### 1-OBJETIVOS:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2-CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:UNIDADES

DO PROCESSO FALIMENTAR:

- 2.1- 0 Esboço histórico, direito romano e idade média. Brasil Colônia, Império e República;
- 2.2- Instituto da Falência. Conceito e natureza jurídica;
- 2.3- Estado de falência. Elementos essenciais. Devedor comerciante. Caracterização da insolvência. Necessidade de protesto. Protesto da sentença. Protesto emprestado. Títulos que ensejam o pedido falimentar. Caracterização do estado de insolvência do artigo 2º;
- 2.4 Legitimação passiva. Devedor não comerciante sujeito a falência. Legitimação ativa. Autofalência. Inexistência de falência ex-offício.
- 2.5 Competência de foro e em razão da matéria para processar os processos falimentares.
- 2.6 Medidas cautelares aplicáveis ao processo falimentar. Desnecessidade de algumas medidas cautelares.
- 2.7- Defesa e seus prazos no processo falimentar. Depósito elisivo. Correção monetária no depósito elisivo, honorários e juros. Instrução sumária e provas. Sentença que decreta a falência. Natureza Jurídica. Recursos. Termo legal. Publicidade da sentença.
- 2.8- Sentença que denega pedido de falência. Recursos. Natureza jurídica. Coisa julgada material e formal. Indenização e perdas e danos. Custas e honorários.
- 2.9- Recursos no processo falimentar. Prazos contagem. Prazo processual e prazos específicos.
- 2.10- Universalidade e indivisibilidade do juízo de falência. Ação sujeitas e não sujeitas ao juízo falimentar. *Vis atractiva*.
- 2.11- Vencimento antecipado das obrigações. Contratos não sujeitos ao juízo falimentar. Fluência dos juros. Correção monetária. Suspensão da prescrição. Efeitos da falência quanto a pessoa do falido e quanto a seus bens. Compensação de dívidas.
- 2.12- Atos praticados pelo falido durante o termo legal e até 2 anos antes da quebra. Atos revogáveis. Ação revocatória.
- 2.13- Atribuições do juiz, do síndico e do Ministério Público no processo falimentar. Escolha e responsabilidade do síndico. Arrecadação de administração dos bens. Destituição do síndico. Continuação do negócio do falido.
- 2.14- Pedido de restituição. Arrecadação de bens de terceiros. Embargos de terceiros. Contratos que ensejam pedido de restituição ou embargos de terceiros. Legitimação.
- 2.15- Concurso de credores. Habilitação de créditos e seu processo. Credores retardatários. Créditos não sujeitos a habilitação. Concurso de preferência entre os

créditos preferenciais. Classificação dos créditos. Créditos da falência e da massa. Ordem de pagamentos dos créditos. Quadro geral de credores.

- 2.16- Do pagamento dos credores. Formas de liquidação. Venda de bens. Créditos não sujeitos ao rateio. Encerramento do processo da falência. Deveres finais do síndico. Extinção das obrigações. Efeitos da sentença declaratória de falência e sua natureza jurídica.

#### DO PROCESSO DE CONCORDATA:

- 2.17- Histórico e noções gerais. Origem. Natureza jurídica. Finalidade e utilidade como forma de evitar a quebra. Pressuposto da concordata. Competência em razão do foro e da matéria. Legitimidade. Efeitos da sentença concessiva. Pedido de desistência e seu momento apropriado. Decretação da falência no processo de concordata. Espécies.
- 2.18- Concordata preventiva. Conceito e requisitos. Nomeação e funções do comissário. Verificação dos créditos que estão sujeitos aos seus efeitos. Ações sujeitas ao processo de concordata. Universalidade e individualidade quanto aos créditos a ela sujeitos. Pedido de habilitação. Credor retardatário. Impugnação de crédito. Cumprimento da concordata. Moeda da concordata. Compensação. Efeitos quanto aos contratos e créditos a ela sujeitos. Correção monetária e fluência dos juros. Prazos e recursos. Continuidade do negócio.
- 2.19- Concordata suspensiva, conceito, finalidade. Legitimação ativa. Competência e prazo para seu requerimento. Requisitos e seus efeitos. Forma de processamento.

#### DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 2.20- Falência de passivo de pequeno valor. Concessionário de serviço público e os requisitos para a decretação da falência. Empresa não sujeito a falência. Empresa pública. Bancos. Inquérito Judicial e dos crimes falimentares.

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

### 6-BIBLIOGRAFIA:

ABRAÃO, Nelson. Curso de Direito Falimentar., Saraiva, 1978.

ALMEIDA, Amador Paes. Curso de Falência e Concordata., Saraiva, 1995.

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Falimentar., Saraiva, 1984.

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: **DIREITO DO CONSUMIDOR**

CÓDIGO: DIR 03823

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 00280 (Direito Comercial I) e DIR 03788 (Direito das Obrigações II) e DIR 03791 (Direito Processual Civil II)

EMENTA:

História, conceito, formação. Princípios Constitucionais e legais. Direitos do Consumidor com exercício da Cidadania. Órgãos de proteção e fiscalização. A composição extrajudicial de litígios. Instrumentos processuais para defesa do consumidor.

### 1-OBJETIVOS:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa, suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2-CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADES:

- 2.1- Histórico - Trabalho de Elaboração do Código de Defesa do Consumidor Brasileiro;
- 2.2- Política Nacional das Relações de Consumo;
- 2.3- Relações de Consumo: conceito de consumidor, conceito de fornecedor;
- 2.4- Direitos básicos do consumidor. Princípios de Código de Defesa do Consumidor;
- 2.13- Da qualidade de produtos e serviços. Responsabilidade pelo fato do produto.
- 2.14- Responsabilidade pelo Fato do serviço. Responsabilidade pelo vício do produto.
- 2.15- Responsabilidade pelo vício do serviço
- 2.8- Desconsideração da personalidade jurídica.
- 2.9-Práticas comerciais: oferta, publicidade. Práticas comerciais abusivas: cobrança de dívidas; cadastro de consumidores.
- 2.10-Contratos de consumo. Cláusulas abusivas. Contratos de Adesão.
- 2.11-Sanções Administrativas. Infrações Penais.
- 2.12-Da defesa do consumidor em juízo. Ações coletivas. Coisa julgada.
- 2.13-Do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.
- 2.14-Da convenção coletiva de consumo.

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

6- BIBLIOGRAFIA:

- ALMEIDA, João Batista. A proteção Jurídica do Consumidor. São Paulo, Saraiva
- ALVIM, Arruda et al. Código do Consumidor Comentado e Legislação Correlata. São Paulo, Revista dos Tribunais
- BITTAR, Carlos Alberto. Direitos do Consumidor - Código de Defesa do Consumidor. Rio de Janeiro, Forense Universitária
- COELHO, Fábio Ulhôa. O Empresário e os Direitos do Consumidor. São Paulo, Saraiva
- CRETELLA, José Júnior e ARIEL DOTTI, René (coordenadores). Comentários ao Código do Consumidor. Rio de Janeiro, Forense
- GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor - Comentado pelos autores do anteprojeto. Rio de Janeiro, Forense Universitária
- LEÃES, Luiz Gastão P. de Barros. A responsabilidade do Fabricante pelo Fato do Produto. São Paulo, Saraiva
- MARQUES, Cláudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor. São Paulo, Revista dos Tribunais
- OLIVEIRA, Juarez de (coordenador). Comentários ao Código de Proteção do Consumidor. São Paulo, Saraiva

REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR. São Paulo, Revista dos Tribunais



## **SÉTIMO PERÍODO**

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV

CÓDIGO: DIR 03797

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 03794 (Direito Processual Civil III)

EMENTA:

Processo Cautelar: Poder Geral de Cautela e Restrições. Medidas Cautelares típicas e atípicas

### 1- OBJETIVOS:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa, suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:UNIDADES

- 2.1- Processo Cautelar: conceito e origem. Evolução histórica. Principais teorias.
- 2.2- Escopo do Processo Cautelar: tutela substancial x tutela instrumental.
- 2.3- As condições específicas da ação cautelar: o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*
- 2.4- A autonomia do processo cautelar.
- 2.5- A oitiva da parte contrária. A liminar. a medida cautelar em 2º grau de jurisdição. A competência.
- 2.6- A substitutividade e a fungibilidade das medidas cautelares.
- 2.7- A concessão e a revogação *ex officio*. O Poder geral de cautela. As medidas cautelares atípicas ou inominadas.
- 2.16- A cessação de eficácia das medidas cautelares. A indenização pelos danos causados pela execução da medida.
- 2.17- As medidas cautelares típicas ou nominadas. Medidas que não possuem natureza jurídica de cautela, conquanto arroladas como se cautelares fossem.
- 2.18- Do arresto, hipótese de cabimento. A casuística legal. Requisitos. A justificação prévia. Convolação em penhora. Suspensão e cessação. Aplicação subsidiária das regras da penhora.
- 2.19- Do seqüestro. Cabimento. Nomeação de depositário. Aplicação das regras atinente ao arresto.
- 2.20- Da caução. Espécies. Quem pode caucionar. Requisitos da petição inicial. Do julgamento antecipado da ação de caução. O reforço de caução.
- 2.21- Da busca e apreensão. Busca e apreensão de coisas e pessoas. Justificação prévia. Cumprimento.
- 2.22- Da exibição. Coisa móvel e documento. Aplicação das regras do processo de conhecimento.
- 2.23- Da produção antecipada de provas (*ad perpetum rei memoriam*). O interrogatório da parte. A inquirição de testemunhas. O exame pericial. Justificação sumária da necessidade da antecipação. Fatos sobre os quais pode incidir a antecipação.
- 2.24- Os alimentos provisionais. Hipótese de cabimento. A investigação de paternidade. A liminar. a competência da 1º instância, ainda que a causa esteja em 2º grau de jurisdição.
- 2.25- Do arrolamento de bens. Justificado temor de extravio. Legitimidade. Petição inicial. Justificação prévia. Diligência de cumprimento.
- 2.26- Da justificação. Finalidade. A citação dos interessados. A inquirição de testemunhas. A ausência de contraditório no processo de justificação.

- 2.27- Dos protestos, notificações e interpelações. Finalidade. Petição inicial e indeferimento de plano do pedido. Contraproposto. Encerramento do feito e destino dos autos. Homologação do penhor legal. Natureza da medida processual. Procedimento. Sentença. Execução.
- 2.28- Da posse em nome do nascituro. Conceito. natureza de ação. Legitimação. Procedimento. Sentença.
- 2.29- Atentado. Conceito. cabimento. Permissivos legais. Exame da casuística legal. Legitimidade. Competência. Procedimento. Sentença. Perdas e danos.
- 2.30- Outras medidas provisionais específicas.

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

### 6- BIBLIOGRAFIA:

BORGES, Marcos Afonso. Comentários ao Código de Processo Civil. 4ª ed. São Paulo, LEUD, 1977.

CALMON DE PASSOS, José Joaquim. Comentários ao Código de Processo Civil. V. 3, 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. Curso de Processo Civil. V. 3. Porto Alegre, Fabris, 1993.  
\_\_\_\_\_. A ação Cautelar Inominada no Direito Brasileiro, 4ª ed. Rio de Janeiro, Forense, 1992.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Processo Cautelar. 16ª ed. São Paulo, Leud, 1995.

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL III

CÓDIGO: DIR 03798

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 00315 (Direito Processual Penal II)

EMENTA:

Processo comum. Processos Especiais. Processo nos Tribunais. Nulidades.

### 1- OBJETIVOS :

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADES

- 2.1) Do processo comum. Da instrução criminal. Do processo dos crimes da competência do Júri. Da pronúncia, da impronúncia e da absolvição sumária. Da função do jurado. Da organização do júri. Do julgamento pelo Júri. Das atribuições do presidente do Tribunal de Júri. Do processo e do julgamento dos crimes da competência do juiz singular
- 2.2) Dos processos especiais. Do processo e do julgamento dos crimes de falência. Do processo e do julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. Do processo e do julgamento dos crimes de calúnia e injúria, de competência do juiz singular. Do processo e do julgamento dos crimes contra a propriedade imaterial. Do processo sumário. Do processo de restauração de autos extraviados ou destruídos. Do processo de aplicação de medida de segurança por fato não criminoso. Criança e Adolescente
- 2.3) Dos processos de competência dos Tribunais.
- 2.4) Das nulidades. Nulidades em geral. Nulidades em espécie. Argüição, saneamento e efeitos

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

## 6- BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva

CERNICCHIARO, Luiz Vicente e COSTA JR., Paulo José. Direito Penal na Constituição. Rio de Janeiro: RT

FRANCO, Alberto Silva *et alii*. Código de Processo Penal e sua Interpretação Jurisprudencial. 2v. São Paulo: RT

GRECO F.,Vicente. Manual de Processo Penal. São Paulo: Saraiva

JESUS, Damásio Evangelista. Código de Processo Penal Anotado. São Paulo: Saraiva

MARQUES, José Frederico. Elementos de Direito Processual Penal. 4v. Campinas: Bookseller

MIRABETE, Júlio Fabrinni. Código de Processo Penal Interpretado. São Paulo: Atlas  
\_\_\_\_\_. Processo Penal. São Paulo: Atlas

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Curso completo de Processo Penal. São Paulo: Saraiva

TOURINHO F. Fernando da Costa. Processo Penal. 4v. São Paulo: Saraiva

\_\_\_\_\_. Código de Processo Penal Comentado. 2v. São Paulo: Saraiva

\_\_\_\_\_. Prática de Processo Penal. São Paulo: Saraiva

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO I

CÓDIGO: DIR 00302

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 03789 (Direito Constitucional I) e DIR 03796 (Direito Tributário I)

EMENTA:

Administração e Políticas Públicas. Princípios constitucionais da Administração. Direito Administrativo: conceito, fontes, objeto. Poder, ato e fato administrativo. Licitações e Contratos. Função Pública: agentes políticos e servidores públicos. Noções sobre o controle da administração pública.

### 1- OBJETIVOS:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa, suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO : UNIDADES

2.1- Direito Administrativo. Noção e objeto. Origem e desenvolvimento no mundo e no Brasil. Características do Direito Administrativo. O Direito Administrativo e suas relações com outros ramos do Direito. direito Administrativo e ciência da Administração. Fontes do Direito Administrativo.

2.2- Regime Jurídico-administrativo. Os regimes público e privado na Administração Pública. Princípios da Administração Pública: legalidade, supremacia do interesse público, impessoalidade, presunção de legitimidade, presunção de veracidade, especialidade, controle ou tutela, autotutela, hierarquia, continuidade do serviço público, publicidade, moralidade administrativa, razoabilidade e motivação.

2.3- Administração Pública. Noção de Administração Pública. Administração Pública e Governo quanto aos aspectos objetivos e subjetivos. Administração pública no Estado Federal. órgãos públicos. Hierarquia. Descentralização e desconcentração administrativa.

2.4- Administração Direta. Estrutura da Administração. Direta federal, estadual e municipal. Administração do Distrito Federal. administração Indireta: Autarquias, Fundações Pública, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. Processo de criação das Administrações Indiretas. Regime jurídico e extinção. O Decreto Lei 200/67. Agências.

2.5- Poderes da Administração Pública. Poder de Polícia. Regulamento. Conceito de Poder de Polícia. Características. Objeto. Polícia. Regulamento. Conceito de Poder de Polícia. Características. Objeto. Polícia Administrativa e Judiciária: diferenciação. Discricionariedade e vinculação do Poder de Polícia. Limites ao Poder de Polícia. Autoexecutoriedade dos atos de Polícia.. sanções e meios de controle.

2.6- Ato administrativo. Noção de ato administrativo. Atributos dos atos administrativos. Elementos: sujeito, competência, conteúdo, forma (formalidades) finalidade, motivo (motivação), causa. Perfeição, validade e eficácia do ato administrativo. Teoria dos motivos determinantes e Teoria do desvio de poder. Discricionariedade e vinculação. Localização da discricionariedade. Controle jurisdicional dos atos administrativos. Classificação.

Espécies. Panorama da extinção dos atos administrativos: invalidação e revogação. Nulidade e anulabilidade. Convalidação e conversão.

2.7- Contrato Administrativo. Contratos da Administração. Características do contrato administrativo. As chamadas cláusulas exorbitantes. Modalidades de contratos. Revisão e reajustamento. Equação econômico-financeira. Fato do Príncipe e fato da administração duração, prorrogação e garantias. Extinção do contrato: resilição e rescisão.

2.8- Licitação Pública: conceito, princípios da licitação. Modalidades; concorrência, tomada de preços, convite, leilão e concurso. Obrigatoriedade de licitar. Dispensa e inelegibilidade. Fases da licitação. O edital e sua importância para o procedimento. Tipos de licitação. Anulação e revogação do procedimento. Recursos.

2.9- Prestação de serviço Público. Modos de prestação do serviço público. Concessão do serviço público. Concessão de serviço precedido de obra pública. Outros tipos de concessão. Direitos e obrigações dos usuários. Política tarifária. Licitação. Contrato de concessão. Encargos do concedente. Encargos da concessionária. Intervenção. Extinção da concessão. Permissão e autorização. Arrendamento e franquia.

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

### 6- BIBLIOGRAFIA:

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Elementos do Direito Administrativo. São Paulo, Malheiros, 1992.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Administrativo. São Paulo, Saraiva, 1994.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1997.

CRETELLA JÚNIOR, José. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro, Forense. 14ª ed., 1995.

\_\_\_\_\_. Direito Administrativo Comparado. Rio de Janeiro, Forense, 1990.

CUESTA, Rafael Entrena. Curso de Derecho Administrativo. Vol. I e II. Madrid, Tecnos, 1996.

DI PIETRO, Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 6ª ed. São Paulo. 1995.

DROMI, Roberto. Derecho Administrativo. Argentina, Ciudad Argentina, 1994.

FALLA, Fernando Garrido. Tratado de Derecho Administrativo, vol. I e II. Madrid, Tecnos, 1992.

FARIA, Edimir Ferreira de. Curso de Direito Administrativo Positivo. Belo Horizonte, Del Rey, 1997.

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 4ª ed. São Paulo, Saraiva, 1995.

LAUDADÈRE, André de. Manual Droit Administratif. Paris, LGDJ, 1992.

MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1996.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro, 21ª ed. São Paulo, Malheiros Ltda., 1996.

RIVERO, Jean. Curso de Direito Administrativo Comparado. Tradução de J. Cretella Jr. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1995.



## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: DIREITO DE SUCESSÕES

CÓDIGO: 03799

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 03793 (Direito de Família) e DIR 03795 (Direito das Coisas)

### EMENTA

Normas constitucionais. Sucessão em geral. Sucessão legítima e testamentária. Inventário e partilha.

### 1-OBJETIVOS

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2-CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADES

- 2.1) A propriedade privada e sua proteção constitucional e legal
- 2.2) Conceitos e definições fundamentais do Direito das Sucessões
- 2.3) Abertura da sucessão e transmissão da herança
- 2.4) Sucessão legítima
- 2.5) Herdeiros
- 2.6) Aceitação e renúncia da herança
- 2.7) Ordem de sucessão
- 2.8) Sucessão testamentária
- 2.9) Testamento: capacidade para testar e para adquirir, formas, disposições testamentárias.
- 2.10) Legados
- 2.11) Substituições
- 2.12) Liquidação da herança: arrolamento, inventário e partilha
- 2.13) Quitação de dívidas privadas e tributos
- 2.14) Temas processuais aplicados à Sucessão

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

## BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Francisco. Direito Civil Brasileiro. Ed. Renovar  
CAHALI, Francisco & HIRONAKA, Giselda. Curso Avançado de Direito Civil. V. 6, São Paulo: RT, 2000  
DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Sucessões. Ed. Saraiva  
GOMES, Orlando. Direito das Sucessões. Ed. Forense  
PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de Direito Civil. Vol. VI. Ed. Forense  
WALD, Arnoldo. Direito das Sucessões. Ed. RT

### Periódicos

- Revista Trimestral de Direito Civil. Editora PADMA/Renovar, Rio de Janeiro  
Revista de Direito Privado. Editora RT, São Paulo

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: PRÁTICA JURÍDICA I: ORG. JUDICIÁRIA E ÉTICA PROFISSIONAL

CÓDIGO: DIR 03800

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 03794 (Direito Processual Civil III)

EMENTA:

Análise da Organização Judiciária Estadual e Federal. Estudo dos Regimentos Internos dos Tribunais Federais e Estadual no Espírito Santo. Processo Disciplinar dos profissionais do Direito. Ética Profissional. Relacionamento profissional e pessoal entre as partes, advogados, magistrados, membros do Ministério Público e auxiliares do Juízo. Elaboração de Pareceres seguindo a forma correta.

### 1- OBJETIVOS

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa, suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

2.1- Ética e ética profissional

2.2- Ética dos profissionais jurídicos

2.2.1.- Magistratura

2.2.2 - Ministério Público

2.2.3 - Advocacia

2.3- Leis de regulamentação das profissões jurídicas

2.3.1.- Magistratura

2.3.2 - Ministério Público

2.3.3 - Advocacia

2.4-Análise dos Regimentos Internos dos Tribunais

2.4.1- TRF da 2ª Região

2.4.2-TRT da 17ª Região

2.4.3-TRE/ES

2.4.4-TJ/ES

2.4.5-STJ

2.4.6-STF

2.5-Técnicas de elaboração de peças processuais e pareceres (casos reais ou simulados)

2.6-Organização Judiciária do Espírito Santo

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (Estudo de casos práticos).

#### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

#### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

#### 6- BIBLIOGRAFIA

COSTA, Elcias Ferreira da. Deontologia Jurídica. Rio de Janeiro: Forense, 1996

PEGORARO, Olinto. Ética é Justiça. Petrópolis: Vozes, 1997

Estatuto da Advocacia e da OAB

Código de Ética do Advogado

Lei Complementar do Ministério Público Federal e Estadual, em especial os deveres e proibições

Lei Orgânica da Magistratura, em especial os deveres e proibições

Normas da AGU sobre elaboração de pareceres

Lei de Organização Judiciária do ES

Regimento Interno do TRF 2ª Região, TRT 17ª Região, TJ e TER/ES

Regimento Interno do STF e STJ

Código de Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo

## PLANO DE CURSO

### SEMINÁRIO ESPECIAL DE PESQUISA E EXTENSÃO I

CÓDIGO: DIR 03801

CARGA HORÁRIA: 30 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 03794 (Direito Processual Civil III)

EMENTA:

Comprovação de participação em atividades de monitoria, iniciação científica, projetos de extensão, seminários e congressos jurídicos.

#### 1- OBJETIVOS

Com a instituição do Novo Currículo do Curso de Direito pela Portaria nº 1.886/94, do Ministro da Educação, foi estabelecido a obrigatoriedade de se reservar de 5 a 10% da carga horária total de disciplinas para a prática, pelo aluno, de Atividades Complementares relacionadas a iniciação científica, extensão e participação em congressos e seminários. A nossa Universidade, para atender à determinação legal e registrar a participação do aluno, criou as disciplinas Seminário I, II, III e IV.

O objetivo da disciplina é proporcionar ao aluno a oportunidade de ter contato com temas atuais do Direito, os quais, justamente por serem novos, não são lecionados e nem constam do programa das disciplinas "tradicionais".

#### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O programa da disciplina será dividido em três partes:

- 1.1- Primeira parte: o aluno deverá comprovar, até o último dia de aula, a participação, mínimo 20 (vinte) horas, em Seminário, Encontros, Congressos ou Palestras a respeito de temas jurídicos ou afins, ocorrida durante o semestre letivo.
- 1.2- Segunda parte: o aluno deverá comprovar, até o último dia de aula, a participação em projeto de pesquisa (iniciação científica), extensão ou monitoria. Caso não consiga participar dessas atividades, deverá: (a) comprovar a participação em mais 10 (dez) horas de Seminário, Encontros, Congressos ou Palestras a respeito de temas jurídicos ou afins, ocorrida durante o semestre letivo e também (b) auxiliar na realização de palestras organizadas pela UFES, assistindo-as.
- 1.3- Terceira parte: seminários com os alunos sobre tema recente e polêmico.

Obs: não serão aceitos certificados relativos a cursos preparatórios para concursos ou de reciclagem.

#### 3- METODOLOGIA

A metodologia de ensino do terá ênfase na pesquisa e leitura de textos e entrega de fichamentos por parte dos alunos, com aulas expositivas ministradas pelo docente responsável.

#### 4- RECURSOS

Recursos demandados pelas atividades desenvolvidas.

## 5- AVALIAÇÃO

Os alunos serão avaliados por sua participação nas aulas, pelos fichamentos, pelos seminários que apresentarão e daqueles dos quais participarão, a critério do professor, bem como pelos relatórios das atividades realizadas.

## 6- BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Enciclopédia Saraiva de Direito, disponível na Biblioteca Central.

Fontes de pesquisa de jurisprudência na Internet: [www.stf.gov.br](http://www.stf.gov.br) [www.stj.gov.br](http://www.stj.gov.br)  
[www.cjf.gov.br](http://www.cjf.gov.br)

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO II

CÓDIGO: 03824

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S):: 03796 (Direito Tributário I)

EMENTA:

Fontes do Direito Tributário. Vigência, Aplicação e Interpretação da Legislação Tributária. Obrigação Tributária. Crédito tributário. Lançamento. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Extinção do Crédito Tributário. Exclusão do crédito tributário. Processo Administrativo Tributário. Processo Judicial Tributário.

### 1- OBJETIVO GERAL

Incentivar o debate e a visão crítica dos temas objeto de estudo, enfatizando o fenômeno da incidência tributária e o surgimento da obrigação tributária. Também objetiva a análise dos instrumentos passíveis de utilização pelo sujeito passivo da relação jurídica tributária quando molestado pelo Fisco.

#### 1.1- OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Investigar as fontes do direito tributário, a partir de uma visão distinta da até então adotada pela doutrina, bem como a vigência, a interpretação e a aplicação da legislação tributária.
- b) Analisar o fenômeno da incidência tributária, o surgimento da obrigação tributária e do crédito tributário e os seus elementos. Realçar os principais aspectos dos processos administrativo e judicial tributários.

### 2 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – Fontes do Direito Tributário.

Fontes do Direito e fontes da Ciência do Direito. Conceito. Fontes formais do Direito Tributário. As denominadas fontes formais primárias (Constituição, Lei Complementar, Lei Ordinária, Tratados, Medida Provisória, Lei Delegada, Decreto Legislativo, Resoluções do Senado) e secundárias (Decreto regulamentar, instruções ministeriais, circulares, portarias, ordens de serviço), outros atos normativos estabelecidos pelas autoridades administrativas.

UNIDADE II – Vigência, Aplicação e Interpretação da Legislação Tributária.

A validade e a eficácia das normas jurídicas. Vigência. Vigência das normas tributárias no tempo e no espaço. Aplicação das normas tributárias e retroatividade. Métodos de interpretação do direito – a interpretação sistemática.

UNIDADE III – Obrigação Tributária.

Considerações gerais. Relações jurídicas e relações jurídico-tributárias. Obrigação principal e acessória. Elementos da obrigação tributária. “Fato gerador”. Sujeito ativo. Capacidade tributária ativa e competência tributária. Sujeito passivo, domicílio tributário, capacidade tributária passiva, solidariedade e responsabilidade tributária. Objeto da obrigação tributária - base de cálculo e alíquota.

#### UNIDADE IV – Crédito Tributário.

Conceito e natureza jurídica. Constituição do crédito tributário. O lançamento, definição, atributos. Auto de Infração e lançamento. Alterabilidade do lançamento. Modalidades de lançamento - de ofício, por declaração, por homologação. Lançamento provisório.

Lançamento definitivo. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário (moratória, depósito do montante integral, reclamações e recursos e concessão de medida liminar em MS). Extinção do crédito tributário (modalidades). Exclusão do crédito tributário (isenção e anistia).

#### UNIDADE V – Garantias e privilégios do crédito tributário.

Bens Gravados. Presunção de fraude na alienação de bens. Concurso de preferência.

Crédito tributário na falência e concordata. A obrigatoriedade de comprovação de quitação do crédito tributário.

#### UNIDADE VI – Administração Tributária.

A atividade de administração tributária em face da lei. A fiscalização do cumprimento das prestações tributárias. O dever de sigilo e o auxílio da força pública. Dívida ativa. Certidões negativas.

#### UNIDADE VII – Processo administrativo tributário.

Ação fiscal. Auto fiscal. Notificação. Impugnação. Decisão de primeira instância. Recursos.

#### UNIDADE VIII – Processo judicial tributário.

Execução fiscal. Mandado de segurança. Ação de repetição de indébito. Ação declaratória. Ação anulatória de débito fiscal.

### 3- METODOLOGIA

O curso será ministrado por meio de aplicação de seminários e de aulas expositivas. A entrega dos fichamentos estipulados e a realização dos seminários pelos alunos precederão à aula expositiva, que tem o objetivo de fixar a matéria objeto de estudo e sanar as dúvidas que remanescerem após a leitura, a análise e o fichamento dos textos indicados.

### 4- AVALIAÇÃO

Serão utilizados os seguintes meios de avaliação: aplicação de prova escrita, fichamentos e participação em seminários.

### 5- BIBLIOGRAFIA

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

ATALIBA, Geraldo. Hipótese de Incidência Tributária. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar na Constituição. 1º ed. São Paulo, Ed. RT, 1971.

BARRETO, Aires. Base de Cálculo, Alíquota e princípios constitucionais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

BALEEIRO, Aliomar. Direito tributário brasileiro. Rio de Janeiro: Forense.

\_\_\_\_\_. Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

BECKER, Alfredo Augusto. Teoria Geral do Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 1968.

BORGES, José Souto. Lei Complementar Tributária. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1975.



- \_\_\_\_\_. Obrigação Tributária - Uma Introdução metodológica. São Paulo: Saraiva.
- \_\_\_\_\_. Lançamento Tributário. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 1999.
- CARRAZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiros, 9ª ed., 1996.
- CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 1993.
- \_\_\_\_\_. Fundamentos Jurídicos da Incidência. São Paulo: Saraiva, 1998.
- COELHO, Sacha Calmon Navarro. Comentários à Constituição de 1988 - Sistema Tributário. Rio de Janeiro: Forense, 1994.
- FALCÃO, Amílcar de Araújo. O Fato Gerador da Obrigação Tributária. Rio de Janeiro: Forense, 1994.
- JARACH, Dino. O fato imponible. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.
- KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- MELLO, Celso A. Bandeira de Mello. Curso de Direito Administrativo. 9ª ed. São Paulo: Malheiros, 1996.
- NOGUEIRA, Ruy Barbosa. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 1992.
- SANTI, Eurico Marcos Diniz de. Lançamento Tributário. São Paulo: Malheiros, 1996.
- XAVIER, Alberto. Do Lançamento: teoria geral do ato, do procedimento e do processo tributário. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: **DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

CÓDIGO: DIR 00329

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 00284 (Direito do Trabalho I) e DIR 03796 (Direito Tributário I)

EMENTA:

A seguridade social. Lei e regulamento de custeio da previdência social. Lei e regulamento de benefícios da previdência social. Assistência Social. A saúde. Previdência estatal. Regimes especiais de previdência. Previdência privada. O Estado e o bem estar social. O não trabalho na Constituição: direitos do cidadão. A Seguridade Social: trabalhador público e privado. Receita da previdência. Contribuições da sociedade. Ações de natureza previdenciária: acidentes, doenças ocupacionais, revisão de pensões. Aposentadoria.

### 1- OBJETIVOS:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS: UNIDADES

- 2.1- Nascimento da previdência social e sua relação com o sistema econômico e social
- 2.2- Estado Liberal e Estado Social
- 2.3- Evolução histórica da previdência social brasileira
- 2.4- Sistemas e técnicas de proteção social no Brasil e demais países;
- 2.5- Previdência e seguridade social no sistema constitucional brasileiro;
- 2.6- Administração da previdência social;
- 2.7- Servidores públicos e empregados privados no sistema de previdência social;
- 2.8- Fontes e custeios da previdência social;
- 2.9- Contribuições sociais e contribuições financeiras;
- 2.10- Contribuintes e seus direitos e deveres;
- 2.11- Constituição do crédito previdenciário e processo administrativo;
- 2.12- Filiação e inscrição na previdência social;
- 2.13- Segurados e dependentes na previdência social;
- 2.14- Benefícios previdenciários e assistencialistas a cargo do órgão gestor da previdência social;
- 2.15- Temas de processo civil aplicados à previdência social.

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

## 5- AVALIACÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

## 6- BIBLIOGRAFIA:

### 6.1- LIVROS:

BALERA, Wagner. Curso de Direito previdenciário. LTR

\_\_\_\_\_. A seguridade social na Constituição de 1988. Revista dos Tribunais

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. Saraiva

CASTRO, Alexandre Barros. Conceitos básicos de direito tributário. Carthago & Forte

FERNANDES, Aníbal. Acidentes de trabalho. LTR

\_\_\_\_\_. Revista de Direito Tributário. V. 60. Malheiros

HUPRECHT, Alfredo. Direito da seguridade social LTR

LEITE, Celso Barroso. Dicionário enciclopédico de previdência social. LTR

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. Malheiros

MARTINEZ, Wladimir. Noções de Direito previdenciário. Tomos I e II. LTR

\_\_\_\_\_. Novas contribuições da seguridade social. LTR

\_\_\_\_\_. O salário-de-contribuição na lei básica da previdência social. LTR

\_\_\_\_\_. Comentários à lei básica da previdência social. Tomos I e II. LTR

\_\_\_\_\_. Contribuições sociais: questões polêmicas. Dialética

\_\_\_\_\_. Contribuições sociais: questões atuais. LTR

### 6.2- LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

Constituição Federal. Títulos “Sistema Tributário Nacional” e “Da ordem social”

Lei n. 8.212/91, alterada pela Lei n. 9.258/97

Lei n. 8.213/91, alterada pela Lei n. 9.528/97

Lei Complementar 84/96

Código Tributário Nacional

### 6.3- OBRAS DE CONSULTA

Revista da Procuradoria Geral do INSS

Informativos do Ministério da Previdência Social

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: **DIREITO ECONÔMICO E COMUNITÁRIO**

CÓDIGO: DIR 03825

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 00283 (Direito Internacional Privado) e DIR 00301 (Direito Constitucional II) e DIR 03819 (Direito Ambiental)

EMENTA:

A ordem Econômica e Financeira. A Intervenção do Estado no Mercado e na Propriedade Privada. Normas de Defesa da Livre Concorrência (lei 8.158/91 e Decreto 36/91). Comunidades Econômicas. Comunidade Econômica Européia. NAFTA. MERCOSUL. Economias Asiáticas.

### 1- OBJETIVOS

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa, suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

- 2.1-A ordem econômica e financeira na Constituição de 1988.
- 2.2-A defesa da livre iniciativa e da concorrência como valores sociais.
- 2.3-O Estado Intervencionista e o Estado contemporâneo como regulador da economia.
- 2.4-Análise detalhada da Lei 8.158/91 e do Decreto 36/91.
- 2.5-Sanções aplicáveis contra atos atentatórios à livre concorrência.
- 2.6-A Lei de Economia Popular.
- 2.7-Arbitragem como meio de solução de conflitos. A arbitragem internacional.
- 2.8-Análise das normas jurídicas da Comunidade Européia, Mercosul e Nafta.

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

## 6- BIBLIOGRAFIA

- CAMARGO, Ricardo Antonio Lucas, Breve Introdução ao Direito Econômico, Sergio A. Fabris  
DANTAS, Ivo, Direito Constitucional Econômico, Juruá  
FONSECA, João Bosco Leopoldino, Direito Econômico, Forense  
SCOTT, Paulo Henrique Rocha, Direito Constitucional Econômico, Sergio A. Fabris  
SILVA, César Augusto da, O Direito Econômico na perspectiva da Globalização, Renovar  
SILVA, Roberto Luiz, Direito Econômico Internacional e Direito Comunitário, DelRey  
VENTURA, Deisy de Freitas Lima, Direito Comunitário do Mercosul, Livraria do Advogado  
SOARES, Mario Lucio Quintão, Direitos Fundamentais e Direito Comunitário, DelRey

## OITAVO PERÍODO

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL IV

CÓDIGO: DIR 00326

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 03798 (Direito Processual Penal III)

EMENTA:

Recursos. Lei nº 9.099/95 – Juizados Especiais Criminais. Noções gerais de execução.

### 1- OBJETIVOS:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2-CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:UNIDADES

- 2.1) Dos recursos em geral. Disposições Gerais. Do recurso em sentido estrito. Da apelação. Do protesto por novo júri. Do processo e do julgamento dos recursos em sentido estrito e das apelações nos Tribunais. Dos embargos. Da revisão. Do recurso Extraordinário. Do Recurso Especial. Do Recurso Ordinário. Agravo. Da carta testemunhável. Correição. Do *Habeas Corpus*. Do Mandado de Segurança.
- 2.2) Lei nº 9.099/95. Competência e atos processuais. Fase preliminar. Procedimento Sumaríssimo. Execução. Despesas processuais. Disposições finais.
- 2.3) Da execução. Noções Gerais.

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

### 6- BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva

CERNICCHIARO, Luiz Vicente e COSTA JR., Paulo José. Direito Penal na Constituição. Rio de Janeiro: RT

FIGUEIRA JR, Joel Dias e LOPES, Maurício Antônio Ribeiro. Comentários à Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. São Paulo: RT

FRANCO, Alberto Silva *et alii*. Código de Processo Penal e sua Interpretação Jurisprudencial. 2v. São Paulo: RT

GRECO F., Vicente. Manual de Processo Penal. São Paulo: Saraiva

GRINOVER, Ada Pellegrini *et alii*. Recursos no Processo Penal. São Paulo: RT

\_\_\_\_\_ *et alii* Juizados Especiais Criminais. São Paulo: RT

JESUS, Damásio Evangelista. Código de Processo Penal Anotado. São Paulo: Saraiva

MARQUES, José Frederico. Elementos de Direito Processual Penal. 4v. Campinas: Bookseller

MIRABETE, Júlio Fabrinni. Código de Processo Penal Interpretado. São Paulo: Atlas

\_\_\_\_\_. Processo Penal. São Paulo: Atlas

\_\_\_\_\_. Execução Penal. São Paulo: Atlas

MOSSIN, Heráclito Antônio. Recursos em Matéria Criminal. São Paulo: Saraiva

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Curso completo de Processo Penal. São Paulo: Saraiva

TOURINHO F. Fernando da Costa. Processo Penal. 4v. São Paulo: Saraiva

\_\_\_\_\_. Código de Processo Penal Comentado. 2v. São Paulo: Saraiva

\_\_\_\_\_. Prática de Processo Penal. São Paulo: Saraiva

\_\_\_\_\_. Comentários à Lei dos Juizados Especiais Criminais. São Paulo: Saraiva



## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

CÓDIGO: DIR 03802

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 00284 (Direito do Trabalho I) e DIR 03797 (Direito Processual Civil IV)

EMENTA:

Direito Processual do Trabalho: o processo trabalhista e sua relação com o processo civil: diferenças e semelhanças. Fontes e princípios do Direito Processual do Trabalho. Competência. Partes. Dissídios individuais: petição inicial, notificação, audiência, conciliação, prova, valor da causa. Instrução trabalhista. Sentença. Recursos e execução. Procedimentos especiais. Órgãos da Justiça do Trabalho. O Ministério Público .

### 1- OBJETIVOS:

Adquirir informações básicas sobre o papel do Direito Processual do Trabalho e sua contribuição para a promoção da pacificação dos conflitos entre as forças do capital e do trabalho, principalmente no nosso país. Compreender dos institutos processuais trabalhistas, através do conhecimento do ordenamento jurídico, dando-se enfoque aos aspectos práticos, de modo a iniciar-seno exercício de qualquer atividade profissional relacionada a esse ramo especializado da árvore jurídica.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:UNIDADES

O programa abrange todos os aspectos alusivos ao direitos processual individual contidos na Consolidação das Leis do Trabalho, na Constituição Federal de 1988 e legislação complementar, compreendendo cinco partes:

2.1- a primeira parte destina-se à introdução ao estudo do direito processual do trabalho, versando, v.g., sobre o conceito da disciplina, denominação, formação histórica, relação com o direito material do trabalho, fontes, princípios e interpretação do direito processual do trabalho;

2.2- a segunda diz respeito à organização da Justiça do Trabalho: composição, representação partidária, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho, Juntas de Conciliação e Julgamento: funcionamento. O Ministério Público do Trabalho: a Procuradoria Geral do Trabalho e as Procuradorias Regionais do Trabalho.

2.3- a terceira trata da competência da Justiça do Trabalho: competência em razão da matéria e das pessoas, competência territorial e funcional;

2.4- a quarta parte cuida das ações trabalhistas: conceito de ação, classificação, ação declaratória incidental trabalhista, condições da ação;

2.5- a quinta e última parte guarda pertinência com o dissídio individual: processo e procedimento, pressupostos processuais, petição inicial trabalhista, *jus postulandi*, substituição processual, atos processuais, intimação, prazos conciliação, contestação, provas, nulidades, despesas processuais, citação, audiência, sentença, sistema recursal trabalhista, execução trabalhista, medidas cautelares, procedimentos especiais.

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de

textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (Estudo de casos práticos).

#### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

#### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

#### 6- BIBLIOGRAFIA:

ARRUDA, Hélio Mário de. Processo civil em perguntas e respostas. Rio de Janeiro, Trabalhistas

BOMFIM, B. Calheiros e SANTOS, Silvério. Dicionário de decisões trabalhistas. Rio de Janeiro, Trabalhistas, 1998.

GIGLIO, Wagner D. Direito processual do trabalho. São Paulo, Ltr, 1999.

MALLET, Estevão. Apontamentos de Direito processual do trabalho. São Paulo, Ltr, 1999.

MALTA, Cristóvão P. Tostes. Prática do Processo Trabalhista. São Paulo. LTr., 1999.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. Processo Coletivo do Trabalho, São Paulo. LTr.1999.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito processual do Trabalho. São Paulo, Saraiva, 1998.

Sugerimos, ainda, a leitura de revistas especializadas, como Revista de Legislação do Trabalho - LTr, Revista Síntese Trabalhista, Revista Genesis, Revista dos Tribunais (em matéria trabalhista) etc.

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: DIREITO DE NAVEGAÇÃO E DO COMERCIO MARITIMO

CÓDIGO: DIR 03803

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 00280 (Direito Comercial I) e DIR 00302 (Direito Administrativo I)

EMENTA:

Direito Administrativo da Navegação : regulamentos de tráfego marítimo. Sinistros marítimos e contratos a eles relacionados. Direito Comercial Marítimo e Aeronáutico. Contratos.

### 1- OBJETIVOS:

Adquirir conhecimento específico em Direito de Navegação, Marítima e Aérea . Capacitar-se tecnicamente em Comercio Marítimo, com respectivas referencias em Comercio Aéreo. Desenvolver o gosto pelo Direito de navegação e Comércio Marítimo, consultando espontaneamente outras fontes de aprofundamento sobre o tema.

### 2- CONTEUDO PROGRAMATICO:

- 2.1-Direito de Navegação: Conceito, Objeto de Estudo, Classificação e Regulamentação;
- 2.2-Direito Marítimo: Breve Histórico, Conceito e Divisão, O Regulamento para o Tráfego Marítimo;
- 2.3- Objetos Regulamentados: Construção Naval, Embarcação, Navio - uma espécie de embarcação;
- 2.4- Sujeitos Regulamentados: Proprietários, Armador, Capitão ou Comandante e Tripulação;
- 2.5-Órgãos Auxiliares da Navegação Comercial Marítima: Agencia e Agente, Praticagem, Serviços Portuários, Reboques e outros;
- 2.6-Contrato de Transporte Marítimo: Afretamentos - espécies, O Código Comercial e a Legislação Internacional.
- 2.7-Acidentes Marítimos: Avarias, Simples e Grossa;
- 2.8-O Tribunal Marítimo: Competência, Organização, Jurisdição. Fatos e Acidentes de Navegação;
- 2.9-Seguros;
- 2.10-Direito Aeronáutico: Conceito, Legislação, Objetos e Sujeitos Regulamentados.

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

## 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

## 6- BIBLIOGRAFIA:

### 6.1- LEGISLAÇÃO

Código Comercial, II Parte, do Comercio Marítimo;

Código Brasileiro de Aeronáutica;

Código Civil;

Código de Processo Civil;

CLT;

Regulamento para o Trafego Marítimo - RTM;

Legislação Marítima - Saraiva;

Regulamento Aduaneiro;

Regulamento Internacional para evitar Albaroamento no Mar - RIPEAM.

### 6.1- REVISTAS ESPECIALIZADAS (ASSINATURAS)

PORTOS E NAVIOS - Av. Rio Branco 185/1914, Centro, Rio de Janeiro, RJ - CEP: 20.040, tel.: (021) 220-5372;

NAVEGAÇÃO - Av. N. Sra. de Copacabana, 6/804, Rio de Janeiro, RJ, tel.: (021) 275-1773;

REVISTA MARITIMA BRASILEIRA - Rua Dom Manuel, 15 - Centro, Rio de Janeiro, RJ - CEP: 20.010;

GUIA MARITIMO - Av. N. Brigadeiro Faria Lima, conjunto 56 - São Paulo, SP - CEP: 01.451-001 - tel.: (011) 815-9900.

### 6.2- BIBLIOGRAFIA BASICA

ALBUQUERQUE, Celso de, CALMON FILHO, Pedro e outros. Estudos do mar brasileiro. Renes, 1972 (Série Problemas Brasileiros) ABDM;

ANJOS, J. Haroldo dos e GOMES, Carlos Rubens Carminha. Curso de Direito Marítimo. Renovar, 1992;

CAMPOS, João Vicente. Dos sinistros marítimos. Forense,

COLHJER, W. O. Dicionário do comércio marítimo. Rio Fundo Editora, 1991,

LACERDA, J.C. Sampaio. Curso de Direito Privado da Navegação. V.I - Direito Marítimo, V.II - Direito Aeronáutico - Feitas Bastos, 1984;

MANUAL DE LEIS MARITIMAS - Volume I e II - Diretoria de Portos e Costas, Ministério da Marinha;

MENDONÇA, Fernabdo. Direito dos transportes. São Paulo, Saraiva, 1990;

SANTOS, Theófilo de Azevedo. Direito da Navegação. - Marítimo e aérea.

SILVA, Francisco C. M. Silva. Direito portuário. EDITORA, 1994.

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: **DIREITO PENAL III**

CÓDIGO: DIR 03827

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 03792 (Direito Penal II)

EMENTA:

Crimes contra a fé pública. Crimes contra a Administração Pública. Crimes contra o consumidor. Crimes contra o meio ambiente. Lei de transplante de órgãos. Lei de Entorpecentes. Crimes Hediondos. Crime de Genocídio. Crimes de tortura. Lei das armas de fogo. Crimes de imprensa. Crimes de Trânsito. Lei Penal e o estrangeiro.

### 1- OBJETIVOS:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADES

- 2.1- Crimes contra a fé pública: de moeda falsa, da falsidade de títulos e outros papéis, falsidade documental e outras falsidades.
- 2.2- Crimes contra a Administração Pública: praticados por servidor público contra a administração em geral; praticado por particular contra a administração em geral, contra a administração da justiça e contra as finanças públicas.
- 2.3- Crimes contra o consumidor.
- 2.4- Crimes contra o meio ambiente
- 2.5- Sanções penais previstas na Lei 9.434/97 (transplante de órgãos)
- 2.6- Crimes Hediondos.
- 2.7- Crime de Genocídio (incluindo uma abordagem do Tribunal Penal Internacional)
- 2.8- Crimes de Tortura.
- 2.9- Crimes na Lei das Armas de Fogo.
- 2.10- Crimes de imprensa.
- 2.11- Crimes de Trânsito.
- 2.12- Lei Penal e o estrangeiro.

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.  
SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

#### 6- BIBLIOGRAFIA:

##### BÁSICA:

BITENCOURT, Cezar. Manual de Direito Penal. 2v. São Paulo: Saraiva  
DAMASIO, E. de Jesus. Direito penal. 4v. São Paulo: Saraiva.  
DELMANTO, Celso. Código penal anotado. Rio de Janeiro: Renovar  
FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lições de Direito Penal. Rio de Janeiro: Forense  
FRANCO, Alberto Silva (Coord.) . Código penal e sua interpretação jurisprudencial. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais  
FRANCO, Alberto Silva (Coord.). Leis Penais e sua interpretação jurisprudencial. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais  
MIRABETE, J. Fabrini. Manual de Direito Penal. 3v. São Paulo: Atlas  
NORONHA, E. Magalhães. Direito Penal. 4v. Rio de Janeiro: Forense

##### ESPECÍFICA:

Será oferecida pelo professor no início do período

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA CÍVEL

CÓDIGO: DIR 03804

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 03800 (Prática Jurídica I: Org. Judiciária e Ética Profissional)

EMENTA:

Prática Jurídica simulada. Resolução de problemas práticos através da elaboração de peças processuais ligadas a cada disciplina. O cotidiano do Bacharel em Direito.

### 1-OBJETIVOS

OBJETIVOS GERAIS:

1.1- Prática em sala de aula de atividades simuladas relativas às carreiras jurídicas.

1.2-Orientar o aluno na prática das atividades reais desempenhadas na disciplina Estágio Supervisionado.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Capacitar o aluno para análise das questões jurídicas e processuais atinentes à sistemática processual e forense e não forense (pareceres, p. ex), de modo a resolver as diversas hipóteses (questões) apresentadas durante o curso, distinguindo o tipo de procedimento processual aplicável. Constituem objetivos específicos os seguintes:

1.1- compreender o significado das expressões jurídicas e do método forense, adotados na redação dos atos processuais;

1.2- exercitar o aprendizado mediante a formulação dos diversos modelos processuais;

1.3-desenvolver habilidades na consulta e emprego correto do Código Civil e Processual Civil e outras disposições da legislação vigente;

1.4-selecionar criteriosamente os meios de prova a serem indicados em cada situação problematizada;

1.5-avaliar criticamente as atividades e os trabalhos executados;

1.6-adquirir um mínimo razoável de experiência forense, para sua iniciação na carreira jurídica.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:UNIDADES

2.1- Parecer: normas e formas.

2.2- Elaboração de peças processuais forenses (inicial, resposta, sentença, recursos, informações etc)

2.3- Provas: noção, conceito, princípios e espécies. Momento da produção da prova. Do cabimento da antecipação da prova.

2.4 - Da audiência. Princípios da Concentração e Oralidade. A importância da conciliação. A produção das provas. Os debates orais e memoriais. A resolução dos incidentes processuais em audiência.

2.5 - O Procedimento: noção, conceito. Procedimento ordinário. Procedimento sumário. Mandado de Segurança. Ações Tributárias. Habeas Data.

2.6 - A sentença (requisitos). Modelo. Os recursos (os pressupostos objetivos e subjetivos). Espécies de recursos. Procedimentos.

2.7 - Processo de Execução. Princípio gerais. Carta de Sentença. Liquidação de Sentença. Das diversas espécies de execução. Dos embargos do devedor. Da por quantia certa contra devedor insolvente. Dos embargos do devedor.

2.8 - Processo Cautelar. Petição inicial. Defesa. Procedimentos específicos e inominados. Liminar. Caução. Sentença.

2.9 - Procedimentos especiais. Consignação em pagamento. ação de Depósito. Anulação e substituição de títulos ao portador. Ação de prestação de contas. Ações possessórias. Ação de demarcação e divisão. Inventário e Partilha. Ações ainda reguladas pelo Código de 1939. Ações reguladas por legislação especial. Juízo arbitral.

2.10 - Procedimento de Jurisdição Voluntária. Alienações Judiciais. Separação consensual. Dos bens de ausentes. Testamentos. Da curatela dos interditos.

### 3- METODOLOGIA

Exposições dialogadas, Estudos de casos, dramatizações, e resolução de problemas a serem trabalhados em grupos, sempre com a preparação de peças que servirão de base para a avaliação. Atendimento individualizado a partir de necessidades detectadas. O comparecimento ao escritório modelo ou estágio supervisionado será exigido.

### 4- RECURSOS:

Quadro, flip chart, transparências.

### 5- AVALIAÇÃO:

Far-se-á avaliação dos diversos tipos de atividades e trabalhos realizados, atribuindo-lhes individualmente um valor de pontuação na escala de (5) cinco a (10) dez, em que serão ressaltados os seguintes aspectos: correção gramatical, acerto no emprego do vocabulário técnico-jurídico, forma de apresentação e conteúdo da fundamentação jurídica desenvolvida.

### 6-BIBLIOGRAFIA:

BEVILÁQUA, Clóvis. Teoria geral do direito civil. Campinas, RED Livros, 1999.

BORTOLAI, Edson Cosac. Manual de prática forense civil. São Paulo, RT, 1999, 7 ed.

CALAMANDREI, Piero. Direito processual civil. Campinas, Bookseller, 1999. Vol.I-III

CARVALHO, Vladimir Souza. Competência da justiça federal. Curitiba, Juruá, 1995. 2ed

CASELLA, José Erasmo. Manual de prática forense. São Paulo, Saraiva, 1998. 2 ed.

LOPES, Miguel Serpa. Curso de direito civil. São Paulo, Biblioteca Jurídica Freitas Bastos, 1996. 8ed

MARQUES, José Frederico. Manual de direito processual civil. Campinas, Millenium, 1998. Vol I-IV

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil. São Paulo, Saraiva, 1997. 3 ed. Vol I-VI

NEGRÃO, Theotônio. Código civil e legislação civil em vigor. São Paulo, Saraiva, 1999. 18 ed

NERY JÚNIOR, Nelson & NERY, Rosa Maria Andrade. Código de processo civil comentado e legislação processual civil extravagante em vigor. São Paulo, RT, 1999. 4 ed.



## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: **ESTÁGIO SUPERVISIONADO I**

CÓDIGO: DIR 04095

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 03800 (Prática Jurídica I: Org. Judiciária e Ética Profissional) e DIR 03797 (Direito Processual Civil IV)

EMENTA:

Prática de atividades jurídicas reais em empresas escritórios particulares, órgãos públicos ou no Núcleo de Prática Jurídica da UFES.

### 1- OBJETIVOS

1.1-Proporcionar ao aluno o contato direto com a prática jurídica real, desenvolvida no atendimento às partes, com trabalho de consultoria e representação processual.

1.2-Compôr, junto com as disciplinas de Estágio de Prática Jurídica, o módulo de ensino prático do direito.

1.3-Proporcionar ao aluno a oportunidade de por em prática os conhecimentos jurídicos teóricos adquiridos no curso.

### 2- METODOLOGIA

2.1-O aluno deverá realizar um estágio em empresas ou órgãos públicos conveniados com a UFES ou no Núcleo de Prática Jurídica.

2.2- Os alunos que estão impedidos de estagiar deverão prestar atendimento às partes no Núcleo de Prática Jurídica, segundo sua regulamentação própria, apresentando a comprovação ao professor da disciplina.

2.3-O professor responsável promoverá encontros com os alunos para supervisão da atividade de estágio.

### 3- AVALIAÇÃO

A disciplina possui apenas a situação final "cumprida" ou "não cumprida", devendo ser considerada cumprida para o aluno que atender à metodologia acima referida.

### 4- BIBLIOGRAFIA

Variando conforme a área do estágio, utilizando-se a bibliografia das disciplinas de Estágio de Prática Jurídica.

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: **METODOLOGIA DA PESQUISA**

CÓDIGO: DIR 03821

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): 00299 (Introdução ao Estudo do Direito II)

EMENTA:

A questão do conhecimento e da verdade. O método científico e seus processos. Pesquisas-conceitos, tipos, características metodológicas. Projeto-redação e apresentação de trabalhos científicos.

### 1- OBJETIVOS

1.1-Adquirir conhecimentos básicos de história da ciência e debater alguns de seus problemas atuais neste momento histórico que se convencionou chamar de pós-modernidade.

1.2-Despertar o interesse pela pesquisa jurídica acadêmica, propondo temas para a sua monografia de final de curso.

1.3-Adquirir conhecimentos sobre técnicas de pesquisa e de apresentação de trabalhos científicos.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

2.1-Conhecimento: senso comum, filosofia e ciência.

2.2-História da Ciência

2.3-A questão da neutralidade da ciência

2.4-A busca da verdade. A crise da ciência.

2.5-Positivismo, historicismo e marxismo

2.6-Kelsen e o Direito como ciência

2.7-Noções de lógica jurídica

2.8-Metodologia da ciência do Direito

### 3- METODOLOGIA

A metodologia de ensino do primeiro módulo terá ênfase na pesquisa, leitura de textos e entrega de fichamentos por parte dos alunos, dinâmicas de grupos e aulas expositivas ministradas pelo docente responsável. Será feita a leitura orientada e obrigatória do livro de Michel LOWY abaixo indicado.

### 4- RECURSOS

Quadro e pincéis, livros textos, transparências, estudos científicos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades no início do curso

FORMATIVA: observação nos debates originados das leituras (assimilações do conteúdo e participação), auto-avaliações para redirecionar o processo.

SOMATIVA: fichamentos de, no mínimo, três textos, obedecendo-se os seguintes critérios para correção: habilidade de síntese, abordagem das idéias centrais dos textos, e coerência nas argumentações das análises críticas sobre os textos; uma prova escrita, ao final do curso.

## 6-BIBLIOGRAFIA

AGUILLAR, Fernando Herren. Metodologia da ciência do direito. São Paulo, Max Limonad, 1996.

CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 1994.

COELHO, Fábio Ulhôa. Direito e poder. São Paulo: Saraiva, 1992.

\_\_\_\_\_. Roteiro de lógica jurídica. São Paulo: Max Limonad, 1996.

\_\_\_\_\_. Para entender Kelsen. São Paulo: Max Limonad, 1995.

HUNE, Leda Miranda. Metodologia Científica. Rio de Janeiro: Agir, 1992.

LEITE, Eduardo de Oliveira. A monografia jurídica. São Paulo: RT, 1992.

LOWY, Michel. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen. São Paulo: Cortez, 1994.

RUIZ, João Álvaro. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1996.

### Dois guias a serem adquiridos na Biblioteca Central:

Normalização e apresentação de trabalhos científicos e acadêmicos.

Guia para normalização de referências bibliográficas.

Também deve ser consultada a Enciclopédia Saraiva de Direito, disponível na Biblioteca Central.

Fontes de pesquisa de jurisprudência na internet: [www.stf.gov.br](http://www.stf.gov.br) [www.stj.gov.br](http://www.stj.gov.br)  
[www.cjf.gov.br](http://www.cjf.gov.br)

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: SEMINÁRIO ESPECIAL DE PESQUISA E EXTENSÃO II

CÓDIGO: DIR 03805

CARGA HORÁRIA: 30 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 03801 (Seminário Especial de Pesquisa e Extensão I)

EMENTA:

Participação em palestras, conferências, simpósios, encontros, seminários, congressos. Iniciação científica. Elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos. Participação em projetos de Extensão. Monitoria.

### 1- OBJETIVOS

Com a instituição do Novo Currículo do Curso de Direito pela Portaria nº 1.886/94, do Ministro da Educação, foi estabelecido a obrigatoriedade de se reservar de 5 a 10% da carga horária total de disciplinas para a prática, pelo aluno, de Atividades Complementares relacionadas a iniciação científica, extensão e participação em congressos e seminários. A nossa Universidade, para atender à determinação legal e registrar a participação do aluno, criou as disciplinas Seminário I, II, III e IV.

O objetivo da disciplina é proporcionar ao aluno a oportunidade de ter contato com temas atuais do Direito, os quais, justamente por serem novos, não são lecionados e nem constam do programa das disciplinas "tradicionais".

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O programa da disciplina será dividido em três partes:

- 1.1- Primeira parte: o aluno deverá comprovar, até o último dia de aula, a participação, mínimo 20 (vinte) horas, em Seminário, Encontros, Congressos ou Palestras a respeito de temas jurídicos ou afins, ocorrida durante o semestre letivo.
- 1.2- Segunda parte: o aluno deverá comprovar, até o último dia de aula, a participação em projeto de pesquisa (iniciação científica), extensão ou monitoria. Caso não consiga participar dessas atividades, deverá: (a) comprovar a participação em mais 10 (dez) horas de Seminário, Encontros, Congressos ou Palestras a respeito de temas jurídicos ou afins, ocorrida durante o semestre letivo e também (b) auxiliar na realização de palestras organizadas pela UFES, assistindo-as.
- 1.3- Terceira parte: seminários com os alunos sobre tema recente e polêmico.

Obs: não serão aceitos certificados relativos a cursos preparatórios para concursos ou de reciclagem.

### 3- METODOLOGIA

A metodologia de ensino do terá ênfase na pesquisa e leitura de textos e entrega de fichamentos por parte dos alunos, com aulas expositivas ministradas pelo docente responsável. Será feita a leitura orientada e obrigatória de livros da lista abaixo indicada.

### 4- RECURSOS

Recursos demandados pelas atividades desenvolvidas pelos alunos.

## 5-AVALIAÇÃO

Os alunos serão avaliados por sua participação nas aulas, pelos fichamentos, pelos seminários que apresentarão e daqueles dos quais participarão, a critério do professor, bem como pelos relatórios das atividades realizadas.

## 6-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Enciclopédia Saraiva de Direito, disponível na Biblioteca Central.

Fontes de pesquisa de jurisprudência na Internet: [www.stf.gov.br](http://www.stf.gov.br) [www.stj.gov.br](http://www.stj.gov.br)  
[www.cjf.gov.br](http://www.cjf.gov.br)

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: DIREITO DAS FINANÇAS E DIREITO FINANCEIRO II

CÓDIGO: DIR 00304

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 03796 (Direito Tributário I)

EMENTA:

Aspecto jurídico. Conceitos e aplicações. Orçamento: termos técnicos, controle pelo Estado, pelas associações e pelo cidadão. Normas constitucionais sobre orçamento e finanças públicas. Os Tribunais de Contas. Análise da Lei Complementar de Normas Gerais do Orçamento.

### 1- OBJETIVOS:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa, suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADES

- 2.1- Conceito de Direito Financeiro. Caracterização da Disciplina. Objeto, metodologia, conexões com outras disciplinas jurídicas.
- 2.2- Relações com outros campos do conhecimento. Autonomia da disciplina.
- 2.3- Direito Financeiro e Direito Econômico. Direito Financeiro e Direito Constitucional. Direito Financeiro e Direito Administrativo. O Direito Tributário. A Constituição Econômica. A Constituição Financeira. A CF/88.
- 2.4- Evolução Histórica das Finanças Públicas na experiência constitucional brasileira.
- 2.5- Sistema Financeiro e o Sistema Tributário Nacionais. A CF/1988.
- 2.6- O princípio da Legalidade na CF/88. O princípio da legalidade no Direito Financeiro e no Direito Tributário. O princípio no Direito Administrativo.
- 2.7- As despesas públicas: conceito. aspectos jurídicos das despesas públicas. Classificação das despesas públicas: A CF/88 e a Lei 4320/65.
- 2.8- Despesas públicas. Aspectos administrativos. A execução das despesas públicas e sua fiscalização. O controle social das despesas públicas: a CF/88. Análise da Lei da Responsabilidade Fiscal.
- 2.9- As receitas públicas. Originárias e derivadas. Aspectos jurídicos de receita pública. Natureza jurídica do patrimônio público. Política fiscal e política de tributação.
- 2.10- Estado e propriedade. A desestatização e a privatização. Direito e privatização. O Estado e serviços públicos descentralizados: as concessões, autorizações e permissões, as terceirizações de serviços. Contratos administrativos: princípios gerais.
- 2.11- Orçamento público. Evolução histórica. Caráter político do orçamento. O caráter jurídico. O orçamento e regimes constitucionais.
- 2.12- Aspectos econômicos do Orçamento Público. Orçamento e planejamento públicos.
- 2.13- Técnica Orçamentária e controle de Execução do orçamento público.
- 2.14- Os Tribunais de Contas: conceito e natureza. Sua estrutura na evolução constitucional do Brasil. A CF/88.
- 2.15- O Tribunal de Contas da União: natureza, composição. O Poder Legislativo e sua função de controle: sua origem como Poder Financeiro. Natureza Jurídica das decisões dos Tribunais de Contas. Os Tribunais de Contas nos Estados.
- 2.16- O Crédito Público: conceito e classificação. Dívida pública: origem e conceito. Títulos públicos: conceito e espécies. Aspectos econômicos e crédito público.

2.17- Os empréstimos públicos: espécie e natureza. Aspectos jurídicos dos empréstimos públicos. O Empréstimo Público. O Empréstimo Compulsório: contrato ou tributo.

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIACÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

### 6- BIBLIOGRAFIA

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Elementos de Direito Administrativo. São Paulo, RT, 1980.

BECKER, Alfredo Augusto. Teoria Geral do Direito Tributário. São Paulo, Saraiva, 1977, 2ª ed.

DALTON, Hugh. Princípios de Finanças Públicas. Rio de Janeiro, FGV, 1960. 1ª ed.

FARENECHI, Fábio. Curso de Direito Tributário Brasileiro. São Paulo, Resenha Tributária, 1976.

FERRAZ, Sérgio. Curso de Direito Administrativo. São Paulo, 1986.

FERREIRA FILHO, Manuel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. São Paulo, Saraiva, 1994, 12ª ed.

FRANCO, Albano, "et alli", Privatização Marcada de C. Democracia. Rio de Janeiro, BV, 1988.

HORTA, Raul Machado, et alli. Perspectivas do Federalismo Brasileiro. Belo Horizonte, Duta Brasileiro de Estudos Políticos, 1968.

JARDIM, Eduardo Maciel Ferreira. Manual de Direito Financeiro e Tributário. São Paulo, Saraiva, 1994, 2ª ed.

MACHADO JÚNIOR, J. Teixeira e REIS, Heraldo da Costa, A Lei 4.320 Comentada. Rio de Janeiro, IBAM, 1993, 25ª ed.

PACIULLÉ, José. Direito Financeiro. São Paulo, José Buschtsky Editor, 1977, 1ª ed.

PINTO FERREIRA, Luís. Comentários da Constituição Brasileira. 7 vols. São Paulo. 1992.

SILVA, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo, Malheiros, 1994, 16ª ed.

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: **MEDICINA DO TRABALHO**

CÓDIGO: MSO 03826

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): 00284 (Direito do Trabalho I)

EMENTA:

Saúde ocupacional: conceitos e objetivos. Medicina do trabalho: objetivos e programas básicos. Doenças profissionais: controle médico. Acidentes do trabalho: conceitos, causas, prevenção e legislação.

### 1- OBJETIVOS:

Adquirir conhecimentos gerais e imprescindíveis da Medicina do Trabalho;  
Aplicar os conceitos de saúde ocupacional.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADES

- 2.1- Histórico da Saúde Ocupacional/Medicina do Trabalho e proposta da disciplina;
- 2.2- Principais conceitos em saúde ocupacional, medicina, higiene e segurança do trabalho;
- 2.3- Funções da medicina, segurança e higiene do trabalho;
- 2.4- História natural das doenças ocupacionais;
- 2.5- Níveis de prevenção de doenças ocupacionais;
- 2.6- Agentes causais das doenças ocupacionais;
- 2.7- Doenças Ocupacionais causadas por agentes físicos;
- 2.8- O ruído como fator causal - conceito e consequência;
- 2.9- Doenças ocupacionais causadas por agentes químicos - silicoses e abestoses;
- 2.10- Doença respiratória crônica;
- 2.11- Doença do aparelho locomotor;
- 2.12- Distúrbios mentais e stress;
- 2.13- Programas de prevenção das doenças ocupacionais;
- 2.14- Acidentes de trabalho - conceitos, causas, responsabilidades, importância, prevenção, Cipa, CAT/L/M;
- 2.15- Acidente do Trabalho;
- 2.16- Fadiga;
- 2.17- Alcoolismo e trabalho.

### 3- METODOLOGIA:

- 3.1- Aulas teóricas, grupo de estudo, estudo dirigido, visitas e serviços de empresas e ambiente HUCAM;
- 3.2- Elaboração de trabalhos;
- 3.3- Seminários para apresentação dos trabalhos .

### 4- RECURSOS:

Quadro negro de giz; Transparências; slides.



5- AVALIAÇÃO: Será feita, mensalmente, no decorrer do curso, com pequenos grupos, e ao final, com a presença de todos, após apresentação dos trabalhos, elaborados ao longo do semestre, sob supervisão do professor. Cada aluno fará jus a uma nota individual, onde serão considerados aspectos objetivos e subjetivos, como frequência, interesse, disponibilidade e participação nos trabalhos e debates, e uma nota para o trabalho elaborado pelo grupo. Ambas comporão uma média, que será a sua nota final.

6- BIBLIOGRAFIA:

Curso de Medicina do Trabalho, Coleção de 6 vols. Da Fundacentro.

MENDES, Renê . Medicina do Trabalho, Doenças Profissionais. São Paulo. Servier, 1980.

PASSOS, Cristina A . Saúde e Trabalho. Rio de Janeiro, Graol, 1981.

## **NONO PERÍODO**

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: **FILOSOFIA DO DIREITO**

CÓDIGO: FIL 03806

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 03783 (Teoria da Constituição) e FIL 03779 (Filosofia e Ética)

EMENTA:

O fenômeno jurídico e sua ontologia. Possibilidade, natureza e condições de conhecimento jurídico. Lógica jurídica, formal e dialética. Experiência do Direito na História das Idéias e das Instituições. Projeção da Sociologia do Conhecimento Jurídico. Teoria dos valores jurídicos.

### 1- OBJETIVOS

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa, suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS: UNIDADES

- 2.1-Noção Preliminar de Filosofia. Sua finalidade.
- 2.2-O positivismo e a redução da filosofia a uma enciclopédia das ciências. O neopositivismo
- 2.3-Autonomia da Filosofia. Seus máximos problemas.
- 2.4-Sentido de Pensar de nosso tempo. Gnoseologia, ontologia e ontognoseologia.
- 2.5-Graduação do conhecimento. O conhecimento vulgar e científico.
- 2.6-Natureza Crítico-Axiológica do Conhecimento Filosófico.
- 2.7-Relações entre filosofia e a Ciência Positiva
- 2.8-Conhecimento quanto à origem
- 2.9-Conhecimento quanto à essência
- 2.10-Formas de conhecimento
- 2.11-Possibilidade do Conhecimento
- 2.12-Teoria dos objetos
- 2.13-Teoria sobre o valor
- 2.14-A cultura e o valor da Pessoa Humana
- 2.15-Cultura, espírito e liberdade
- 2.16-Ciclos de Cultura e Constelações Axiológicas
- 2.17-Natureza e Cultura
- 2.18-Leis naturais e leis éticas-teoria e Prática
- 2.20-Bem Pessoal e Bem Coletivo
- 2.21-Objeto e divisão da Filosofia do Direito
- 2.22-A temática geral e os temas especiais
- 2.23-O conceito de Direito segundo as doutrinas empíricas
- 2.24-A concepção do Direito na doutrina de Stammler
- 2.25-A concepção do Direito na Doutrina de Del Vecchio
- 2.26-O inevitável conteúdo axiológico do Direito
- 2.27-O direito e a investigação histórico-axiológica
- 2.28-Condução e ordem de fins
- 2.29-Tridimensionalidade da condução ética
- 2.30-Modalidade de condução
- 2.31-Antecedentes históricos

- 2.32-O sociologismo Jurídico
- 2.33-O normativismo lógico de Hans Kelsen e a eficácia do Direito
- 2.34-O moralismo jurídico e a natureza da norma de direito
- 2.35-O termo Direito e sua tríplice perspectiva histórica
- 2.35-O Tridimensionalismo Abstrato ou Genérico
- 2.36-O Tridimensionalismo específico e a unidade da experiência jurídica
- 2.37-Normatividade e historicidade do Direito
- 2.38-Fundamento, eficácia e vigência
- 2.40-O problema na Grécia e em Roma
- 2.41-Direito e moral na Idade Média
- 2.42-Direito e moral na Época Moderna. O contratualismo
- 2.43. Exterioridade, coercibilidade e Heteronomia
- 2.44. Análise do problema da exterioridade do Direito
- 2.44. Coercitividade e coercibilidade
- 2.45.A bilateralidade atributiva do Direito
- 2.46.Conceito de Direito

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

### 6- BIBLIOGRAFIA

DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

REALE, Miguel. Filosofia do Direito, São Paulo: Saraiva, 1994

\_\_\_\_\_. Teoria Tridimensional do Direito, São Paulo: Saraiva, 1999

\_\_\_\_\_. Horizontes do Direito e da História, São Paulo: Saraiva, 2000

Outros livros indicados pelo professor

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: MONOGRAFIA I

CÓDIGO: 03809

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 03802 (Direito Processual do Trabalho)

### EMENTA

Estrutura do pensamento científico. Noções de metodologia da pesquisa. Fontes de dados para o cientista do Direito. Estrutura do Trabalho monográfico. Acompanhamento dos trabalhos de conclusão de curso (monografias). Relatório parcial.

### 1- OBJETIVOS

- 1.1- Adquirir conhecimentos básicos sobre metodologia da pesquisa e do conhecimento científico
- 1.2- Conhecer técnicas de pesquisa na área jurídica e acesso a fontes.
- 1.3- Aplicar as normas da ABNT relacionadas a pesquisas científicas.
- 1.4- Elaborar projeto de pesquisa da monografia de final de curso.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADES

- 2.1- Conhecimento vulgar e conhecimento científico
- 2.2- Noções de história da ciência
- 2.3- Conhecimento e verdade
- 2.4- Metodologia da pesquisa e do conhecimento científico
- 2.5- Monografia: a escolha do tema
- 2.6- Normas da ABNT
- 2.7- Fontes da pesquisa jurídica
- 2.8- Como elaborar projetos de pesquisa

### 3- METODOLOGIA

- 3.1- Aulas expositivas, seminários, e debates
- 3.2- Fichamentos
- 3.3- Apresentação do projeto de pesquisa, correção pelo professor com comentários e sugestões

### 4- RECURSOS

Vídeos, trabalhos científicos, textos.

### 5-AVALIAÇÃO

Nessa disciplina, serão apurados os trabalhos de pesquisa desenvolvidos pelo aluno bem como a apresentação do projeto inicial de sua monografia.

### 6-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERRAZ Jr., Tércio Sampaio. A ciência do Direito. São Paulo: Atlas, 1998

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas: 1998

HUNE, Leda Miranda. Metodologia científica. Rio de Janeiro: AGIR, 1997  
LEITE, Eduardo de Oliveira. A monografia jurídica. São Paulo: RT, 2000  
LOWY, Michel. As aventuras de Karl Max contra o Barão de Muchausen. São Paulo: Cortez, 1996  
REALE, Miguel. Fundamentos do Direito. São Paulo: RT, 1999  
RUIZ., Antônio. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1996

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA TRABALHISTA

CÓDIGO: DIR 03807

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 03802 (Direito Processual do Trabalho) e DIR 03804 (Estágio de Prática Jurídica Civil)

EMENTA:

Prática jurídica simulada. Resolução de problemas práticos através da elaboração de peças processuais ligadas a cada disciplina. Elaboração de pareceres. O cotidiano do Bacharel em Direito.

### 1- OBJETIVOS :

OBJETIVO GERAL:

- 1.1-Ministrar informações básicas ao aluno sobre atividades de prática trabalhista
- 1.2-Exercício por parte do aluno em sala de aula de prática jurídica simulada, nos termos da Portaria nº 1.886/94/MEC

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- 1.1-compreensão dos institutos materiais e processuais trabalhistas, através do conhecimento do ordenamento jurídico, dando-se enfoque aos aspectos práticos, de modo a propiciar ao aluno a iniciação técnica indispensável ao exercício de qualquer atividade profissional relacionada a esse ramo especializado da árvore jurídica
- 1.2-compreensão do procedimento de arbitragem no Direito do Trabalho.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:UNIDADES

O programa abrange todos os aspectos alusivos ao direitos processual individual contidos na Consolidação das Leis do Trabalho, na Constituição Federal de 1988 e legislação complementar, compreendendo cinco partes:

- 2.1-comissão de arbitragem como solução para problemas trabalhistas;
- 2.2-jurisdição, competência, elaboração da petição inicial;
- 2.3-elaboração da resposta do réu;
- 2.4-elaboração de sentença;
- 2.5-elaboração de recursos e peças referentes ao processo de Execução e Cautelar.

### 3-METODOLOGIA

Os métodos a serem aplicados têm por objetivo a mais rápida e segura assimilação do conhecimento das disciplinas, através da estreita colaboração entre professor e aluno, com a adoção de aulas expositivas, com estímulo ao debate de temas; apresentação e análise de casos concretos, oriundos de pareceres, sentenças, peças de jurisprudência, artigos, monografias; elaboração de peças processuais (iniciais, contestações, sentenças, recursos) e pareceres, assim como simulação de práticas de conciliação.

#### 4- RECURSOS:

Quadro, flip chart, transparências.

#### 5- AVALIAÇÃO:

Provas; participação efetiva do aluno na sala de aula; exercícios que ensejarão pontos para a média final a critério do professor.

#### 6- BIBLIOGRAFIA

BOMFIM, B. Calheiros e SANTOS, Silvério. Dicionário de decisões trabalhistas. Rio de Janeiro, Trabalhistas, 1998.

GIGLIO, Wagner D. Direito processual do trabalho. São Paulo, Ltr, 1999.

MALLET, Estevão. Apontamentos de Direito processual do trabalho. São Paulo, Ltr, 1999.

MALTA, Cristóvão P. Tostes. Prática do Processo Trabalhista. São Paulo. LTr., 1999.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. Processo Coletivo do Trabalho, São Paulo. LTr.1999.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito processual do Trabalho. São Paulo, Saraiva, 1998.

Sugerimos, ainda, a leitura de revistas especializadas, como Revista de Legislação do Trabalho - LTr, Revista Síntese Trabalhista, Revista Genesis, Revista dos Tribunais (em matéria trabalhista) etc.



## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

CÓDIGO: DIR 04096

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 04095 (Estágio Supervisionado I) e DIR 03804 (Estágio de Prática Jurídica Civil) e DIR 03802 (Direito Processual do Trabalho)

EMENTA:

Prática de atividades jurídicas reais em empresas escritórios particulares, órgãos públicos ou no Núcleo de Prática Jurídica da UFES.

### 1- OBJETIVOS

1.1-Proporcionar ao aluno o contato direto com a prática jurídica real, desenvolvida no atendimento às partes, com trabalho de consultoria e representação processual.

1.2-Compôr, junto com as disciplinas de Estágio de Prática Jurídica, o módulo de ensino prático do direito.

1.3-Proporcionar ao aluno a oportunidade de por em prática os conhecimentos jurídicos teóricos adquiridos no curso.

### 2- METODOLOGIA

2.1-O aluno deverá realizar um estágio em empresas ou órgãos públicos conveniados com a UFES ou no Núcleo de Prática Jurídica.

2.2-Os alunos que estão impedidos de estagiar deverão prestar atendimento às partes no Núcleo de Prática Jurídica, segundo sua regulamentação própria, apresentando a comprovação do professor da disciplina.

2.3-O professor responsável promoverá encontros com os alunos para supervisão da atividade de estágio.

### 3-AVALIAÇÃO

A disciplina possui apenas a situação final "cumprida" ou "não cumprida", devendo ser considerada cumprida para o aluno que atender à metodologia acima referida.

### 4-BIBLIOGRAFIA

Variando conforme a área do estágio, utilizando-se a bibliografia das disciplinas de Estágio de Prática Jurídica.

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: SEMINÁRIO ESPECIAL DE PESQUISA E EXTENSÃO III

CÓDIGO: DIR 03808

CARGA HORÁRIA: 30 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 003805 (Seminário Especial de Pesquisa e Extensão II)

EMENTA:

Participação em palestras, conferências, simpósios, encontros, seminários, congressos. Iniciação científica. Elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos. Participação em projetos de Extensão. Monitoria.

### 1- OBJETIVOS

Com a instituição do Novo Currículo do Curso de Direito pela Portaria nº 1.886/94, do Ministro da Educação, foi estabelecido a obrigatoriedade de se reservar de 5 a 10% da carga horária total de disciplinas para a prática, pelo aluno, de Atividades Complementares relacionadas a iniciação científica, extensão e participação em congressos e seminários. A nossa Universidade, para atender à determinação legal e registrar a participação do aluno, criou as disciplinas Seminário I, II, III e IV.

O objetivo da disciplina é proporcionar ao aluno a oportunidade de ter contato com temas atuais do Direito, os quais, justamente por serem novos, não são lecionados e nem constam do programa das disciplinas "tradicionais".

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O programa da disciplina será dividido em três partes:

- 1.1- Primeira parte: o aluno deverá comprovar, até o último dia de aula, a participação, mínimo 20 (vinte) horas, em Seminário, Encontros, Congressos ou Palestras a respeito de temas jurídicos ou afins, ocorrida durante o semestre letivo.
- 1.2- Segunda parte: o aluno deverá comprovar, até o último dia de aula, a participação em projeto de pesquisa (iniciação científica), extensão ou monitoria. Caso não consiga participar dessas atividades, deverá: (a) comprovar a participação em mais 10 (dez) horas de Seminário, Encontros, Congressos ou Palestras a respeito de temas jurídicos ou afins, ocorrida durante o semestre letivo e também (b) auxiliar na realização de palestras organizadas pela UFES, assistindo-as.
- 1.3- Terceira parte: seminários com os alunos sobre tema recente e polêmico.

Obs: não serão aceitos certificados relativos a cursos preparatórios para concursos ou de reciclagem.

### 4- METODOLOGIA

A metodologia de ensino do terá ênfase na pesquisa e leitura de textos e entrega de fichamentos por parte dos alunos, com aulas expositivas ministradas pelo docente responsável. Será feita a leitura orientada e obrigatória de livros da lista abaixo indicada.

### 5- AVALIAÇÃO

Os alunos serão avaliados por sua participação nas aulas, pelos fichamentos, pelos seminários que apresentarão e daqueles dos quais participarão, a critério do professor, bem como pelos relatórios das atividades realizadas.

#### 6- BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Enciclopédia Saraiva de Direito, disponível na Biblioteca Central.

Fontes de pesquisa de jurisprudência na Internet: [www.stf.gov.br](http://www.stf.gov.br) [www.stj.gov.br](http://www.stj.gov.br)  
[www.cjf.gov.br](http://www.cjf.gov.br)

Obras indicadas pelo professor a cada semestre

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL V

CÓDIGO: DIR 03828

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 00326 (Direito Processual Penal IV)

EMENTA:

Lei no 7.210/84. Execução Penal. Condenado e do internado. Órgãos da execução penal. Estabelecimentos penais. Execução das penas em espécie. Execução das medidas de segurança. Incidentes. Procedimento Judicial.

### 1- OBJETIVOS:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:UNIDADES

- 2.1) Objeto e aplicação da lei de execução penal.
- 2.2) Do condenado e do internado. Classificação. Assistência. Trabalho. Direitos, deveres e disciplina.
- 2.3) Dos órgãos da execução penal. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Juízo da execução. Ministério Público. Conselho Penitenciário. Departamentos penitenciários. Patronato. Conselho da comunidade.
- 2.4) Dos estabelecimentos penais. Penitenciária. Colônia Agrícola, industrial ou similar. Casa do Albergado. Centro de Observação. Hospital de Custódia e Tratamento psiquiátrico. Cadeia pública.
- 2.5) Da execução das penas em espécie . Penas privativas de liberdade. Penas restritivas de direitos. Suspensão condicional. Pena de multa
- 2.6) Execução das medidas de segurança
- 2.7) Incidentes de execução
- 2.8) Procedimento Judicial

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

## 6- BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ALBERGARIA, Jason. Comentários à Lei de Execução Penal. Rio de Janeiro: AIDE
- BENETI, Sidnei Agostinho. Execução Penal. São Paulo: Saraiva
- CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva
- CASTILHO, Ela Wiecho V. de. Controle da Legalidade na Execução Penal. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris
- CERNICCHIARO, Luiz Vicente e COSTA JR., Paulo José. Direito Penal na Constituição. Rio de Janeiro: RT
- KUEHNE, Maurício. Lei de Execução Penal Anotada. 2v. Curitiba: Juruá
- MARQUES, José Frederico. Elementos de Direito Processual Penal. 4v. Campinas: Bookseller
- MESQUITA JR., Sidio Rosa de. Manual de Execução penal – Teoria e Prática. São Paulo: Atlas
- NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Comentários à Lei de Execução Penal. São Paulo: Saraiva
- MIRABETE, Júlio Fabrinni. Execução Penal. São Paulo: Atlas
- RAUTER, Cristina M. Barros. Execução Penal – Estudos e Pareceres. Lumen Juris
- TOURINHO F. Fernando da Costa. Processo Penal. 4v. São Paulo: Saraiva

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL V

CÓDIGO: DIR 03829

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 03797 (Direito Processual Civil IV)

EMENTA:

Procedimentos especiais no CPC. Procedimento no Juizado Especial Cível.

### 1- OBJETIVOS:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa, suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:UNIDADES

#### 2.1- PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

Ações de consignação em pagamento. legitimidade. A consignação extrajudicial. A aceitação pela ausência de manifestação. Recusa. Propositura da ação. Prestações periódicas. Coisa certa e coisa incerta. Contestação. Complementação do depósito. Sentença.

Da ação de depósito. Finalidade. Petição inicial. Prisão civil. Contestação. Sentença. Mandados de entrega e busca e apreensão. Conversão em perdas e danos.

Da ação de prestação de contas. Legitimidade para propor. Procedimento. Fases. Petição inicial. Contestação. Documentos. Sentença.

Das ações possessórias. Duplicidade e fungibilidade. Cumulação de pedidos. Independência da ação dominial. Procedimentos. Da manutenção da posse. Da reintegração de posse. Do interdito proibitório. Da ação de nunciação de obra nova. Legitimidade para requerer. Embargos extrajudiciais. Ratificação. Petição inicial. Cumulação de pedidos. Embargo liminar. justificação prévia. Continuidade da obra. Caução.

Ação de Usucapião de terras particulares. Legitimidade. Procedimento. Citação dos representantes das Fazendas Públicas. A intervenção do Parquet. O registro da sentença. A usucapião como defesa processual. A usucapião de coisa comum.

Da ação de divisão e demarcação de terras particulares. Legitimidade. Cumulação de ações. Procedimentos.

Do inventário e da partilha. Inafastabilidade da jurisdição. Princípios norteadores da sucessão: saisine e Universalidade da sucessão. Prazo. Legitimidade. Inventariante: compromisso, primeiras declarações, incumbências e remoção. Citações e impugnações. Avaliação de bens e cálculo de tributos. Colações. Pagamento de dívidas. Partilha: partidor, esboço e sentença. Forma de partilha. Ação anulatória. Do arrolamento: pressupostos. Sobrepartilha.

Embargos de terceiros. Legitimidade. Senhor e possuidor. Prazo. Procedimento. Petição inicial. Suspensão do processo principal. Contestação.

Da Habilitação. Cabimento. Legitimidade. Procedimento.

Da Restauração de Autos. Cabimento. Legitimidade. Procedimento. Responsabilidade civil e penal do responsável pelo desaparecimento. Do Juízo Arbitral.

Das Vendas a crédito com reserva de domínio

Ação Monitoria

Procedimentos especiais de jurisdição voluntaria

## 2.2 - PROCEDIMENTO NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

Os princípios informativos do processo perante os Juizados Especiais na justiça estadual e federal. Competência *ratione materiae*: valor da causa, ações de rito sumário, ação de despejo para uso próprio e processórias vinculadas ao valor da causa. Execução dos julgados. Causas expressamente excluídas da competência dos Juizados Especiais. Competência *ratione loci*: domicílio do réu; escolha do autor; local do ato ou fato nas ações de reparação de danos. Os juizes togados e leigos e os conciliadores nos Juizados Especiais. A quebra do princípio dispositivo. Autorização para julgamento por equidade. As partes. A assistência por advogado. O problema da constitucionalidade do art. 9º da Lei 9.099/95 face ao art. 133 da CF/88. Dos atos processuais. Do Pedido. O pedido genérico. A ausência de reconvenção. O pedido contraposto. Das citações e intimações. Correspondência e oficial de justiça. Dispensa de mandado. Da revelia. Da Conciliação e do Juízo Arbitral. Da Instauração e Julgamento. Da resposta do réu. Das provas. Da Sentença. Dos Recursos: Competência do próprio juizado. Embargos de Declaração. Recurso Extraordinário para o STF. Da Extinção do Processo, com e sem julgamento do mérito. Da Execução e das despesas processuais.

## 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

## 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

## 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

## 6- BIBLIOGRAFIA:

MARCATO, Antônio Carlos. Procedimentos Especiais. 5.ed..São Paulo, Malheiros, 1995.

SANTOS, Ernani Fidélis dos. Procedimentos Especiais. 3.ed..São Paulo, Forense, 1979.  
SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. Procedimentos Especiais. V.3.Porto Alegre, Fabris, 1989.  
SOARES, Nildomar da Silveira. Juizado Especial Cível. 3.ed..São Paulo, 1996.  
REINALDO FILHO, Demócrito Ramos. Juizados Especiais Cíveis (Comentários à Lei 9.099, de 26/09/1995). São Paulo, 1996



## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

CÓDIGO: DIR 03830

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 03802 (Direito Processual do Trabalho)

EMENTA:

Direito Sindical, Direito Coletivo e Direito Processual Coletivo do Trabalho: formação do movimento sindical no mundo e no Brasil. As correntes sindicais. Contrato, Acordo e Convenção coletivos. Direito internacional do Trabalho. Trabalhadores públicos e privados. Negociação e greve. Dissídios coletivos. A substituição processual: poder dos sindicatos. CIPA. Assembléias. Normas internacionais do trabalho. OIT.

### 1-OBJETIVOS:

Adquirir conhecimentos básicos sobre o papel do Direito Coletivo ou Direito Sindical do Trabalho, bem como do Direito Processual Coletivo do Trabalho no mundo atual e sua contribuição para a promoção do relacionamento pacífico entre as forças do Capital e do Trabalho, principalmente no nosso país.

Compreender o fenômeno associativo profissional, através do conhecimento do ordenamento jurídico laboral, dando-se enfoque aos aspectos práticos, de modo a iniciar-se na técnica indispensável ao exercício de qualquer atividade profissional relacionada a esses ramos especializados do direito.

### 2-CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

O programa é constituído de duas etapas. A primeira etapa, abrange toda a parte de direito material contida na Consolidação das Leis do Trabalho, na Constituição Federal de 1988 e legislação complementar atinente às relações coletivas de trabalho. A segunda etapa, abrange todo o aspecto processual alusivo às referidas relações.

#### 2.1- DIREITO COLETIVO DO TRABALHO OU DIREITO SINDICAL:

2.1.1-Formação Histórica. Conceito. terminologia. Objeto. Importância do Direito Coletivo. Autonomia privada coletiva. Fontes autônomas e heterônomas. Princípios. Interpretação e aplicação. Renúncia e transação no Direito Coletivo do Trabalho. A constitucionalização dos Direitos Coletivos Trabalhistas.

2.1.2-Sindicatos: Sistemas de Organização Sindical. Unidade. Unicidade e pluralidade sindical. Sindicalismo internacional. Estrutura do Sindicato: definição, natureza jurídica, funções, assembléias sindicais, órgãos do sindicato, sindicalização de servidores públicos, formação de sindicatos.

2.1.3-Conflitos Coletivos de Trabalho. Greve. Lockout. Negociação coletiva. Convenções coletivas: denominação, natureza jurídica, conceito, relações com a lei e com o contrato individual de trabalho. Acordo coletivo de trabalho. Representação dos Trabalhadores na Empresa. Formas de composição dos conflitos. Mediação. Arbitragem. Jurisdição.

#### 2.2- DIREITO PROCESSUAL COLETIVO DO TRABALHO:

2.2.1-O Poder Normativo da Justiça do Trabalho. Origens. Direito comprado e brasileiro. Vantagens e desvantagens. Limites;

2.2.2-O Dissídio Coletivo. Natureza jurídica da ação coletiva. Espécies de dissídios. Condições da ação. Pressupostos processuais. A fase postulatória. A defesa. A fase instrutória. A fase decisória. Recursos. Ação de cumprimento. Processo cautelar.

2.2.3-Outras ações coletivas trabalhistas. A ação civil pública trabalhista. Competência e legitimidade. A defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Papel do Ministério Público do Trabalho e dos Sindicatos. O Inquérito Civil Público. Provimentos Jurisdicionais na Ação Civil Pública.

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

### 6-BIBLIOGRAFIA:

ALIPRANTIS, Nikitas. La Place de la Convention Collective dans la Hierarchie des normes. Paris, LGKJ, 1980.

ALMEIDA, Isis. Manual de Direito Processual do Trabalho. São Paulo, LTr

ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo. Saraiva

BATALHA, Wilson de Souza Campos. Direito Processual das Coletividades e dos Grupos. São Paulo, LTr

\_\_\_\_\_. Sindicatos, Sindicalismo. São Paulo, LTr

BOCHEL, Alain. La Participation des Syndicats Ouvriers aux Fonctions Économiques et Sociales de l'État, Paris. LGDJ, 1965.

BONDENSAN, Altino. Sindicalismo no Brasil. São Paulo, LTr, v. 28. ,edição mais recente.

BUEN L. , Nestor de. A solução dos Conflitos Trabalhistas. Trad. São Paulo, LTr, 1986

CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. São Paulo, Ed. Saraiva

CATHARINO, José Martins. Compêndio de Direito do Trabalho. Ed. Saraiva

CHIARELLI, Carlos Alberto. Teoria e Prática do Sindicalismo Brasileiro. São Paulo, LTr

CÓRDOVA, Efrén. As Relações Coletivas de Trabalho na América Latina. São Paulo, LTr

FOLCH, Alejandro Gallart. El Sindicalismo. Buenos Aires, Zavalia, 1957

GOMES, Orlando & GOTTSCHALK, Elson. Curso de Direito do Trabalho, Rio de Janeiro, Forense

LIMA, Francisco Meton Marques de. Elementos de Direito do Trabalho e Processo Trabalhista. São Paulo, LTr

MAGANO, Octávio Bueno. Manual de Direito do Trabalho. V. IV. São Paulo, LTr

MALTA, Tostes. Prática do Processo Trabalhista. São Paulo, LTr

MANCUSO, Rodolfo C. Ação Civil Pública. São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. Processo Coletivo do Trabalho. São Paulo, LTr

MORAES FILHO, Evaristo de. O Problema do Sindicato Único no Brasil. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo, Saraiva

\_\_\_\_\_. Iniciação do Direito do Trabalho. São Paulo, LTr

\_\_\_\_\_. Direito do Trabalho na Constituição de 1988. São Paulo, Saraiva

\_\_\_\_\_. Curso de Direito Processual do Trabalho, São Paulo, Saraiva

\_\_\_\_\_. Comentários à Lei de Greve. São Paulo, LTr,

OLIVEIRA, Vianna. Problemas de Direito Corporativo. Rio de Janeiro, Max Limonad

PINTO, José Augusto Rodrigues. Noções Atuais de Direito do Trabalho. Estudos em Homenagem ao Professor Elson Gottschalk (vários autores). São Paulo, LTr

RODRIGUEZ, Américo Plá. Princípios de Direito do Trabalho (tradução de Wagner D. Giglio). São Paulo, LTr

ROMITA, Arion Sayão. Direitos Sociais na Constituição e Outros Estudos. São Paulo, LTr,

\_\_\_\_\_. Curso de Direito Constitucional do Trabalho: Estudos em homenagem ao Professor Amauri Mascaro Nascimento (coordenação de Arion Sayão Romita). São Paulo, LTr,

RUPRECHT, Alfredo. Conflictos Colectivos del Trabajo. Buenos Aires, Abeledo-Perrot, 1967

RUSSOMANO, Mozart Victor. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. Ed. Forense

RUSSOMANO, Mozart Victor & CABANELLAS. Conflitos Coletivos de Trabalho. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1979.

SILVA, Antônio Alvares da. Direito Coletivo do Trabalho. Rio de Janeiro, Forense

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. Malheiros

\_\_\_\_\_. Aplicabilidade das Normas Constitucionais. Ed. Revista dos Tribunais

SÜSSEKIND, Arnaldo & MARANHÃO, Délio & VIANNA, Segadas. Instituições de Direito do Trabalho. São Paulo, LTr, 1991.

XAVIER, Lobo. Direito de Greve. Lisboa. Ed. Verbo, 1984.

Sugerimos, ainda, a leitura de revistas especializadas, como Revista de Legislação do Trabalho - LTr, Revista Síntese Trabalhista, Revista Genesis, Revista dos Tribunais (em matéria trabalhista) etc.

## DÉCIMO PERÍODO

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA PENAL

CÓDIGO: DIR 03810

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 03792 (Direito Penal II) e DIR 00326 (Direito Processual Penal IV) e DIR 03807 (Estágio de Prática Jurídica Trabalhista)

EMENTA:

Prática Jurídica simulada. Resolução de problemas práticos através da elaboração de peças processuais ligadas a cada disciplina. Elaboração de pareceres. O cotidiano do bacharel em Direito.

### 1- OBJETIVOS :

OBJETIVO GERAL:.

1.1-Ministrar informações básicas ao aluno sobre atividades de prática penal

1.2-Exercício por parte do aluno em sala de aula de prática jurídica simulada, nos termos da Portaria nº 1.886/94/MEC

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1.1-Compreensão dos institutos materiais e processuais penais, através do conhecimento do ordenamento jurídico, dando-se enfoque aos aspectos práticos, de modo a propiciar ao aluno a iniciação técnica indispensável ao exercício de qualquer atividade profissional relacionada a esse ramo especializado da árvore jurídica

1.2-Compreensão do procedimento de repressão ao crime em harmonia com o direito de defesa assegurado pela Constituição

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:UNIDADES

O programa abrange todos os aspectos alusivos ao direitos processual penal contidos no Código de Processual Penal, Leis extravagantes e na Constituição Federal de 1988, compreendendo cinco partes:

2.1-jurisdição, competência, inquérito policial, negociação de penas e colaboração do acusado com a autoridade policial e Ministério Público.

2.2-elaboração de peças; "notitia criminis", queixa-crime, representação, denúncia; prisão cautelar; "habeas corpus"

2.3-requerimentos inerentes à instrução criminal; provas;

2.4-elaboração de parecer do Ministério Público

2.4- elaboração de sentença;

2.5-recursos;

2.6-peças referentes à execução da pena; e revisão criminal

### 3-METODOLOGIA

Os métodos a serem aplicados têm por objetivo a mais rápida e segura assimilação do conhecimento das disciplinas, através da estreita colaboração entre professor e aluno, com a adoção de aulas expositivas, com estímulo ao debate de temas; apresentação e análise de casos

concretos, oriundos de pareceres, sentenças, peças de jurisprudência, artigos, monografias; elaboração de peças processuais (iniciais, contestações, sentenças, recursos) e pareceres, assim como simulação de práticas de conciliação.

#### 4- RECURSOS:

Quadro, flip chart, transparências.

#### 5- AValiação:

Provas; participação efetiva do aluno na sala de aula; exercícios que ensejarão pontos para a média final a critério do professor.

#### 6-BIBLIOGRAFIA

DAMASIO, E. Jesus de e MIRABETTE, Julio Fabrini. Códigos de Processo Penal Comentados  
GAMA, José de Souza, Curso de Prática Forense Penal, Rio de Janeiro: Renovar, 1995  
GRECO FILHO, Vicente. Manual de Processo Penal. Saraiva  
MIRABETE, Júlio Fabrini. Processo Penal. Vol Único. Atlas  
NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Curso Completo de Processo Penal. Saraiva  
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. Vol. 3 e 4. Saraiva  
\_\_\_\_\_, Prática de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 1998  
VASCONCELOS, Ana Maria Campos Torres. A prova no processo penal. Del Rey

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO III

CÓDIGO: DIR 04097

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 04096 (Estágio Supervisionado II) e DIR 00326 (Direito Processual Penal IV)

EMENTA:

Prática de atividades jurídicas reais em empresas escritórios particulares, órgãos públicos ou no Núcleo de Prática Jurídica da UFES.

### 1- OBJETIVOS

- 1.1-Proporcionar ao aluno o contato direto com a prática jurídica real, desenvolvida no atendimento às partes, com trabalho de consultoria e representação processual.
- 1.2-Compôr, junto com as disciplinas de Estágio de Prática Jurídica, o módulo de ensino prático do direito.
- 1.3-Proporcionar ao aluno a oportunidade de por em prática os conhecimentos jurídicos teóricos adquiridos no curso.

### 2- METODOLOGIA

- 2.1-O aluno deverá realizar um estágio em empresas ou órgãos públicos conveniados com a UFES ou no Núcleo de Prática Jurídica.
- 2.2- Os alunos que estão impedidos de estagiar deverão prestar atendimento às partes no Núcleo de Prática Jurídica, segundo sua regulamentação própria, apresentando a comprovação do professor da disciplina.
- 2.3-O professor responsável promoverá encontros com os alunos para supervisão da atividade de estágio.

### 3- AVALIAÇÃO

A disciplina possui apenas a situação final "cumprida" ou "não cumprida", devendo ser considerada cumprida para o aluno que atender à metodologia acima referida.

### 4- BIBLIOGRAFIA

Variando conforme a área do estágio, utilizando-se a bibliografia das disciplinas de Estágio de Prática Jurídica.

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: **MONOGRAFIA II**

CÓDIGO: DIR 03811

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 03809 (Monografia I)

### EMENTA:

Acompanhamento dos trabalhos de conclusão do Curso. Apresentação e defesa da Monografia perante banca de professores.
---

### 1- OBJETIVOS:

Aprofundar temas específicos, contribuindo para a construção de novos conhecimentos na área do Direito.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADES

Todo o conteúdo desenvolvido durante o Curso.

### 3- METODOLOGIA:

Acompanhamento individual para orientação da Monografia.

Defesa pública da monografia.

### 4- AVALIAÇÃO:

A nota final será aquela atribuída à monografia, tomando-se como parâmetro às normas da ABNT (aspecto formal), bem como o próprio conteúdo do trabalho (aspecto material).



## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: SEMINÁRIO ESPECIAL DE PESQUISA E EXTENSÃO IV

CÓDIGO: DIR 03812

CARGA HORÁRIA: 30 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 003805 (Seminário Especial de Pesquisa e Extensão II)

EMENTA:

Participação em palestras, conferências, simpósios, encontros, seminários, congressos. Iniciação científica. Elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos. Participação em projetos de Extensão. Monitoria.

### 1- OBJETIVOS

Com a instituição do Novo Currículo do Curso de Direito pela Portaria nº 1.886/94, do Ministro da Educação, foi estabelecido a obrigatoriedade de se reservar de 5 a 10% da carga horária total de disciplinas para a prática, pelo aluno, de Atividades Complementares relacionadas a iniciação científica, extensão e participação em congressos e seminários. A nossa Universidade, para atender à determinação legal e registrar a participação do aluno, criou as disciplinas Seminário I, II, III e IV.

O objetivo da disciplina é proporcionar ao aluno a oportunidade de ter contato com temas atuais do Direito, os quais, justamente por serem novos, não são lecionados e nem constam do programa das disciplinas "tradicionais".

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O programa da disciplina será dividido em três partes:

- 1.1- Primeira parte: o aluno deverá comprovar, até o último dia de aula, a participação, mínimo 20 (vinte) horas, em Seminário, Encontros, Congressos ou Palestras a respeito de temas jurídicos ou afins, ocorrida durante o semestre letivo.
- 1.2- Segunda parte: o aluno deverá comprovar, até o último dia de aula, a participação em projeto de pesquisa (iniciação científica), extensão ou monitoria. Caso não consiga participar dessas atividades, deverá: (a) comprovar a participação em mais 10 (dez) horas de Seminário, Encontros, Congressos ou Palestras a respeito de temas jurídicos ou afins, ocorrida durante o semestre letivo e também (b) auxiliar na realização de palestras organizadas pela UFES, assistindo-as.
- 1.3- Terceira parte: seminários com os alunos sobre tema recente e polêmico.

Obs: não serão aceitos certificados relativos a cursos preparatórios para concursos ou de reciclagem.

### 4- METODOLOGIA

A metodologia de ensino do terá ênfase na pesquisa e leitura de textos e entrega de fichamentos por parte dos alunos, com aulas expositivas ministradas pelo docente responsável. Será feita a leitura orientada e obrigatória de livros da lista abaixo indicada.

### 5- AVALIAÇÃO

Os alunos serão avaliados por sua participação nas aulas, pelos fichamentos, pelos seminários que apresentarão e daqueles dos quais participarão, a critério do professor, bem como pelos relatórios das atividades realizadas.

## 6- BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Enciclopédia Saraiva de Direito, disponível na Biblioteca Central.

Fontes de pesquisa de jurisprudência na Internet: [www.stf.gov.br](http://www.stf.gov.br) [www.stj.gov.br](http://www.stj.gov.br)  
[www.cjf.gov.br](http://www.cjf.gov.br)

Obras indicadas pelo professor a cada semestre

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: DIREITO PENAL IV

CÓDIGO: DIR 03831

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 03827 (Direito Penal III)

EMENTA:

Crimes Previdenciários. Crime Organizado. Crimes contra o sistema financeiro nacional. Crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo. Enriquecimento ilícito e atos de improbidade dos agentes públicos. Crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores. Crimes eleitorais. Abuso de Autoridade. Crimes da Lei de Responsabilidade Fiscal. Crimes de informática. Crimes propriedade industrial e intelectual. Crimes de Responsabilidade. Sigilo das operações de instituições financeiras. Contravenções Penais. Crimes falimentares. Menor infrator. Crimes militares.

### 1- OBJETIVOS:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADES

- 2.1- Crimes Previdenciários.
- 2.2- Crime Organizado.
- 2.3- Crimes contra o sistema financeiro nacional
- 2.4- Crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo
- 2.5- Enriquecimento ilícito e atos de improbidade dos agentes públicos
- 2.6- Crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores.
- 2.7- Crimes eleitorais.
- 2.8- Abuso de autoridade
- 2.9- Crimes da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 2.10- Sigilo das operações de instituições financeiras (Lei Complementar 105/2001)
- 2.11- Crimes de informática.
- 2.12- Crimes propriedade industrial e propriedade intelectual de programa de computador
- 2.13- Crimes de responsabilidade do Presidente da República, Ministros, Governadores e Secretários de Estados
- 2.14- Crimes de responsabilidade dos prefeitos e vereadores.
- 2.15- Contravenções Penais.
- 2.16- Crimes Falimentares.
- 2.17- Menor infrator. Estatuto da Criança e do Adolescente: Prática de ato infracional. Medida de Proteção. Medida sócio educativa. Crimes e das infrações administrativas.
- 2.18- Crimes militares.

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

#### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

#### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

#### 6- BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

BITENCOURT, Cezar. Manual de Direito Penal. 2v. São Paulo: Saraiva

DAMASIO, E. de Jesus. Direito penal. 4v. São Paulo: Saraiva.

DELMANTO, Celso. Código penal anotado. Rio de Janeiro: Renovar

FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lições de Direito Penal. Rio de Janeiro: Forense

FRANCO, Alberto Silva (Coord.) . Código penal e sua interpretação jurisprudencial. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais

FRANCO, Alberto Silva (Coord.). Leis Penais e sua interpretação jurisprudencial. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais

HERKENHOFF, Henrique G., Novos Crimes Previdenciários. Rio de Janeiro: Forense, 2001

MIRABETE, J. Fabrini. Manual de Direito Penal, 3v. São Paulo: Atlas

NORONHA, E. Magalhães. Direito Penal. 4v. Rio de Janeiro: Forense

ESPECÍFICA:

Será oferecida pelo professor no início do período

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL VI

CÓDIGO: DIR 03832

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 03829 (Direito Processual Civil V)

EMENTA:

Procedimentos Especiais não-codificados. Ação Popular. Ação Civil Pública. Mandado de Segurança individual e coletivo. Mandado de Injunção. *Habeas Data*. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Ação Direita de Inconstitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Constitucional. Questões especiais de Direito Processual Civil.

### 1- OBJETIVOS:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa, suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADES

#### 2.1- AÇÃO POPULAR

- 2.1.1- Finalidade (art. 5º, LXXIII da CF/88). Legitimidade. Prova da cidadania.
- 2.1.2- Atos lesivos ao Patrimônio das Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno, suas autarquias e demais entidades que recebam subvenção dos cofres públicos: conceito e espécies.
- 2.1.3- Petição Inicial: pedido de certidões e informações.
- 2.1.4- Nulidade dos atos: incompetência, vício de forma, ilegalidade do objeto, inexistência de motivos, desvio de finalidade. Outras nulidades.
- 2.1.5- Competência. A intervenção obrigatória do MP.
- 2.1.6- Da sujeição passiva. O litisconsórcio entre a pessoa jurídica de direito público demandada e diretores/funcionários responsáveis pelo ato impugnado. A autuação da entidade-ré ao lado do autor. O ingresso de litisconsortes e assistentes do autor.
- 2.1.7- Processo. Petição inicial. Ingresso de terceiro beneficiado pelo ato impugnado. Contestação. Prazo. Produção de prova testemunhal. Saneador. Sanções ao Magistrado desidioso. Sanções aos dirigentes que não cooperarem com a Justiça.
- 2.1.8- A sentença. Condenações à pessoa jurídica e aos beneficiários. Efeitos. Seqüestro e penhora a partir da prolação da sentença. A execução pelo MP. No caso de negligência da parte interessada.
- 2.1.9- Coisa julgada *secundum eventum litis*. Oponibilidade *erga omnes*. Exceção da improcedência por falta de provas. O duplo grau de jurisdição obrigatória quando improcedente. A recorribilidade das interlocutórias. A legitimidade para recorrer. Das disposições gerais.
- 2.1.10- Aspectos políticos da Ação Popular.

#### 2.2- AÇÃO CIVIL PÚBLICA (ACP)

- 2.2.1- Objeto da ação civil pública. Caráter preventivo e repressivo.
- 2.2.2- Competência do lugar do dano.
- 2.2.3- Competência para a propositura. Litisconsórcio.
- 2.2.4- compromisso de ajustamento de condutas.
- 2.2.5- inquérito civil.

- 2.2.6- procedimento da ACP: liminar, execução e recurso. Condenação em dinheiro.
- 2.2.7- Aplicação das disposições do Código de Defesa do Consumidor: conceito de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Coisa julgada nas ações coletivas.
- 2.2.8- Aspectos políticos da ação civil pública.

### 2.3- MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO

- 2.3.1- Mandado de Segurança: natureza jurídica (writ constitucional).objeto da proteção mandamental: noção de direito líquido e certo. O fato certo. A demonstração documental pré-constituída.
- 2.3.2- A autoridade coatora. Conceito.
- 2.3.3- A pessoa jurídica de direito público. Legitimidade para prestar informações. Legitimidade para recorrer.
- 2.3.4- As hipóteses que não comportam o *writ of mandamus*.
- 2.3.5- despacho da inicial: a liminar e os recursos que lhe podem ser opostos.
- 2.3.6- indeferimento da inicial.
- 2.3.7- A oitiva do Ministério Público.
- 2.3.8- mandado de segurança coletivo: legitimidade para impetrar. Substituição processual. Efeitos da coisa julgada.
- 2.3.9- A jurisprudência e o mandado de segurança individual e coletivo.

### 2.4- MANDADO DE INJUNÇÃO

- 2.4.1- Natureza jurídica de writ constitucional.
- 2.4.2- Competência. Interesse processual.
- 2.4.3- procedimento subsidiário do Mandado de Segurança.
- 2.4.4- Mandado de injunção coletivo.
- 2.4.5- problema da inércia legislativa.

### 2.5- HABEAS DATA

- 2.5.1- Natureza jurídica. Hipótese de cabimento.
- 2.5.2- Competência. Interesse processual.
- 2.5.3- Procedimento subsidiário do mandado de segurança.

### 2.6- QUESTÕES ESPECIAIS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 2.6.1- A coisa julgada nas ações que objetivam a defesa dos direitos/interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Visão tradicional da coisa julgada: formação histórica do CPC e sua conotação individualista. O surgimento dos direitos de 2ª e 3ª gerações e a necessidade de reformulação das eficácias objetiva e subjetiva da *res judicata*. Função teleológica da coisa julgada. O dilema fundamental: segurança x justiça. A imutabilidade da coisa julgada e o surgimento de novas tecnologias probatórias capazes de infirmar o comando da sentença transitada em julgado. O DNA e outras provas.
- 2.6.2- Ação de Alimentos
- 2.6.3- Visão geral da legitimidade na defesa dos direitos de 3ª e 4ª geração. Questões processuais referentes à litispendência e conexão e seus desdobramentos no campo da competência e prevenção.
- 2.6.4- A competência constitucional para os Estados legislarem sobre procedimento. Âmbito de aplicabilidade na legislação supletiva dos procedimentos referentes às ações constitucionais. Distinção entre processo e procedimento. Elaboração de propostas de projeto de lei visando disciplinar lacunas nestes procedimento.
- 2.6.5- Ações locatícias
- 2.6.6- Ação de Desapropriação: urbana e rural

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

### 6- BIBLIOGRAFIA:

BARBI, Celso Agrícola. Sujeito passivo no mandado de segurança. RT 589/33.

BASTOS, Celso Ribeiro. Mandado de Segurança: noções gerais do ponto de vista constitucional. RTJE 20/65.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Ação Popular. 4ª ed. São Paulo. RT, 1996.

\_\_\_\_\_. Ação Civil Pública. 4ª ed. São Paulo: RT, 1996.

\_\_\_\_\_. Manual do consumidor em Juízo. São Paulo: Saraiva, 1994.

NERY JÚNIOR, Nelson. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto. 5. Ed., São Paulo: Forense Universitária, 1997.

\_\_\_\_\_. Princípios do Processo Civil na Constituição Federal. 4ª ed. São Paulo: RT, 1997.

SILVA, José Afonso da. Ação Popular Constitucional. São Paulo: Saraiva, 1968.

VELLOSO, Carlos Mário da Silva. Do mandado de segurança. AJURIS 21/71. PJ 22/11, RDP 55/333, RP 18/167.

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO II

CÓDIGO: DIR. 03833

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 00302 (Direito Administrativo I)

EMENTA:

Controle da Administração Pública: Poderes da Administração, associações e do cidadão na esfera judicial e extrajudicial. Serviços e bens públicos. Responsabilidade civil do Estado. Processo administrativo. Direitos e deveres dos servidores públicos: análise detalhada dos seus estatutos.

### 1- OBJETIVOS:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa, suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADES

- 2.1- Servidores Públicos. Agentes públicos: agentes políticos, servidores públicos e particulares em colaboração. Cargo público, emprego público e função pública. Acessibilidade aos cargos públicos. Provimento. Vacância. Normas estaduais aplicáveis aos servidores estatutários. Regimes jurídicos de trabalho. Regime jurídico único. Estabilidade e vitaliciedade. Regras sobre acumulação de cargos. Exercício de mandato eletivo. Aposentadoria e disponibilidade. Contagem de tempo de serviço. Responsabilidade administrativa, civil e criminal. Comunicabilidade das instâncias.
- 2.2- Processo administrativo. Noção. Processo e procedimento. Finalidade do processo administrativo. Modalidades. Princípios. Processo administrativo disciplinar. Fases. Processo sumário. Sindicância.
- 2.3- Restrições do estado sobre a propriedade. Desapropriação: noção. Fundamentos da desapropriação. Requisitos. Competência para legislar e promover a desapropriação. Objeto da desapropriação. Fases. Declaração ou decreto de desapropriação. Imissão provisória na posse. Justa indenização. Juros e correção monetária. Desapropriação por zona e Indireta. Desapropriação de remanescente. Consumação da desapropriação. Controle jurisdicional da desapropriação. Desvio de finalidade. Retrocessão e desistência. Outras formas de intervenção do Estado: servidão administrativa, Limitação administrativa, requisição administrativa, ocupação temporária, tombamento. Conceito e características desses institutos.
- 2.4- Responsabilidade civil do Estado. Evolução. Responsabilidade objetiva. O parágrafo 6º do art. 37 da CF/88. A reparação do dano. Causas de exclusão total ou parcial da responsabilidade. Teorias do risco integral e administrativo. Teoria da culpa administrativa. Dano moral e patrimonial. Responsabilidade por faltas do serviço. Responsabilidade por atos jurisdicionais. Responsabilidade por atos legislativos.
- 2.5- Bens públicos: noção e classificação. Autorização e permissão de uso. Concessão de uso. Concessão de direito real de uso. Enfiteuse ou aforamento. Aquisição e alienação de bens públicos. Imprescritibilidade. Impenhorabilidade e não oneração dos bens. Afetação e desafetação. Terras devolutas. Terrenos de marinha. Terrenos marginais ou reservados. Terras indígenas. Ilhas.



2.6- Controle da Administração Pública. Espécies: controle interno. Modalidades: representação, reclamação administrativa, direito de petição, prescrição administrativa. Recursos administrativos. Efeitos: inexistência de esgotamento da via administrativa.

2.7- Controle externo: controle legislativo. Alcance do controle legislativo. Controle político e financeiro. Os Tribunais de Contas. Natureza Jurídica das decisões dos Tribunais de Contas. A glosa. O alcance. Efeitos. Controle dos contratos. Controle judicial: sistema de unidade de jurisdição. Limites do controle judicial. Princípio da inafastabilidade do controle pelo Poder Judiciário. Privilégios da Administração Pública. Meios de controle: *habeas corpus*, *habeas data*, ação popular, mandado de injunção, mandado de segurança individual e coletivo, ação civil pública.

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

### 6- BIBLIOGRAFIA:

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Elementos do Direito Administrativo. São Paulo, Malheiros, 1992.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Administrativo. São Paulo, Saraiva, 1994.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1997.

CRETELLA JÚNIOR, José. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro, Forense. 14ª ed., 1995.

\_\_\_\_\_. Direito Administrativo Comparado. Rio de Janeiro, Forense, 1990.

CUESTA, Rafael Entrena. Curso de Derecho Administrativo. Vol. I e II. Madrid, Tecnos, 1996.

DI PIETRO, Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 6ª ed. São Paulo, 1995.

DROMI, Roberto. Derecho Administrativo. Argentina, Ciudad Argentina, 1994.

FALLA, Fernando Garrido. Tratado de Derecho Administrativo, vol. I e II. Madrid, Tecnos. Madrid, 1992.

FARIA, Edimir Ferreira de. Curso de Direito Administrativo Positivo. Belo Horizonte, Del Rey, 1997.

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. São Paulo, Saraiva, 4ª ed., 1995.

LAUDADÈRE, André de. Manual Droit Administratif. Paris, LGDJ, 1992.

MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1996.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro, 21ª ed. São Paulo, Malheiros, Ltda., São Paulo, 1996.

RIVERO, Jean. Curso de Direito Administrativo Comparado. Tradução de J. Cretella Jr. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1995.

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: **DIREITO PROCESSUAL PENAL VI**  
CÓDIGO: DIR 03834  
CARGA HORÁRIA: 60 HS  
PRÉ-REQUISITO(S): 03828 (Direito Processual Penal V)

### EMENTA:

História do processo penal brasileiro. Evolução doutrinária do processo penal. A doutrina brasileira do processo penal. Direito Processual Penal Militar.

### 1- OBJETIVOS:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADES

2.1) História do Processo Penal brasileiro. O sistema inquisitivo em Portugal. As Ordenações do Reino. Primeiras reações ao sistema inquisitivo. O Código de Processo Criminal de 1832. A lei de 3 dezembro. A reforma processual de 1871. Do processo penal na República. A revolução de 1930 e a Constituição de 1934. O Código de Processo Penal e a legislação do Estado Novo. A Constituição de 1946 e o processo penal.

2.2) Evolução doutrinária do processo penal. Os glosadores e os práticos. Os precursores. O procedimentalismo francês e italiano. A doutrina da relação processual. Situação atual da doutrina processual penal.

2.3) A doutrina brasileira do processo penal. A obra de PIMENTA BUENO. Processualistas do Império e da República. Estado atual da doutrina brasileira.

2.4 Disposições gerais sobre Direito Processual Penal Militar

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa (Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

6- BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- FRANCO, Alberto Silva *et alii*. Código de Processo Penal e sua Interpretação Jurisprudencial. 2v. São Paulo: RT
- GRECO F., Vicente. Manual de Processo Penal. São Paulo: Saraiva
- LOUREIRO NETO, José da Silva. Processo Penal Militar. São Paulo: Atlas
- MARQUES, José Frederico. Elementos de Direito Processual Penal. 4v. Campinas: Bookseller
- MIRABETE, Júlio Fabrinni. Processo Penal. São Paulo: Atlas
- NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Curso completo de Processo Penal. São Paulo: Saraiva
- PIERANGELLI, José Henrique. Processo Penal - Evolução Histórica e Fontes Legislativas. Bauru: Jalovi
- TORRES, Luis Cláudio Alves. Prática do Processo Penal Militar. Destaque
- TOURINHO F. Fernando da Costa. Processo Penal. 4v. São Paulo: Saraiva

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: **MEDICINA LEGAL**

CÓDIGO: MSO 00723

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 03792 (Direito Penal II)

EMENTA:

Medicina Legal-conceitos,fundamentos, história.Antropologia - identificação biológica e jurídica.Psiquiatria Forense. Hematologia Forense. Sexologia Forense. Obstetrícia Forense. Traumatologia Forense. Asfixiologia Forense. Toxicologia Forense. Tanatologia Forense. Odontologia Forense.Deontologia.

### 1- OBJETIVOS:

Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa, suficientes para proporcionar-lhe condições para análise e solução de problemas jurídicos, ensinando-lhe a raciocinar juridicamente.

### 2-CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: UNIDADES

2.1-Medicina Legal - conceitos, fundamentos e história.

2.1.1-Peritos e perícia médico-legal;

2.1.2-Documentos médico-judiciário.

2.2-Antropologia - identificação biológica e judiciária.

2.3-Psiquiatria Forense:

2.3.1-Psiquiatria e Psicologia.

2.3.2-Alterações da normalidade mental - responsabilidade e incapacidade.

2.3.3-Classificação das doenças mentais.

2.3.4-Neuroses.

2.3.5-Personalidades Psicopáticas.

2.3.6-Psicopatias principais.

2.4-Hematologia forense.

2.5-Sexologia forense:

2.5.1-Comportamento sexual do homem.

2.5.2-Erotologia forense.

2.5.3-Himenologia.

2.6-Obstetrícia forense.

2.7-Traumatologia Forense:

2.7.1-Agentes produtores e tipos de lesões.

2.7.2-Infortunística - acidente do trabalho.

2.8-Asfixiologia forense.

2.9-Toxicologia forense.

2.10-Tanatologia forense.

2.11-Odontologia forense.

2.11.1-Rugoscopia palatina.

2.11.2-Estudo das manchas de saliva.

2.11.3-Heredogramas odontológicos.

2.11.4-Estomatologia do trabalho e infortunística.

2.12-Deontologia.

### 3 - METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida através de aulas expositivas dialogadas e de seminários. Considerando a necessidade do estudo e da leitura extra-classe, serão exigidos resumos de textos abordando problemas atuais relacionados ao programa da disciplina, selecionados a partir de recentes decisões judiciais e notícias da imprensa ( Estudo de casos práticos).

### 4 - RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

### 4- BIBLIOGRAFIA

ALVES, Avelino, Medicina Legal aplicada aos Advogados, Síntese

CARVALHO, Hilário Veiga de (e outros). Compêndio de Medicina Legal, Saraiva, 1992

BASTOS, Antonio Francisco, Medicina Legal para não legistas, Copola

CROCE, Delton, Manual de Medicina Legal, Saraiva

FAVERO, Flaminio, Medicina Legal, Villa Ricca

## PLANO DE CURSO

DISCIPLINA: **DIREITO PORTUÁRIO**

CÓDIGO: DIR 03835

CARGA HORÁRIA: 60 HS

PRÉ-REQUISITO(S): DIR 03803 (Direito da Navegação e Comércio Marítimo)

EMENTA:

Sistema portuário. Norma Constitucional e Norma Ordinária. Portos: exploração, administração, modernização. Cooperação Sindical Portuária. Estiva. Capatazia. Operadores Portuários. Conselho de Autoridade Portuária.

### 1- OBJETIVOS:

Adquirir conhecimentos específicos em regras de Direito Portuário - locais de atuação e profissionais envolvidos - capacitando-se tecnicamente em Trabalho Portuário e Administrativo. Conhecer o Direito do Trabalho Portuário - seus elementos e relações de trabalho. Contrato de trabalho coletivo - Conselho de Autoridade Portuária. Conhecer o Direito Administrativo Portuário.

### 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:UNIDADES

- 2.1- A norma constitucional;
- 2.2- A norma infra-constitucional; o Regulamento para o Tráfego Marítimo e a Lei 8.630 de 25 de fevereiro de 1993.
- 2.3- Novo Sistema Portuário Brasileiro;
- 2.4- Porto (Porto organizado - Instalação Portuária Brasileira);
- 2.5- Regime Jurídico da Exploração do Porto Organizado e da instalação Portuária de uso Privativo.
- 2.6- Trabalhador Portuário;
- 2.7- Operador Portuário (entidade estivadora);
- 2.8- Órgão Gestor de Mão de Obra - OGMO
- 2.9- Administração do Porto Organizado - O Conselho de Autoridade Portuário (CAP).
- 2.10- Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário Avulso;
- 2.11- GEMPO - Grupo Executivo da Modernização dos Portos.

### 3- METODOLOGIA:

Aulas expositivas dialogadas, seminários internos, visitas a Portos Organizados e terminais provativos.

### 4- RECURSOS

Quadro e giz, transparências e textos.

### 5- AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICA: levantamento de necessidades

FORMATIVA: auto-avaliação - participação, assiduidade, pontualidade.

SOMATIVA: duas provas escritas, resumos, pesquisas e trabalhos individuais

6- BIBLIOGRAFIA:

CATHARINO, José Martins. O Novo Sistema Portuário Brasileiro, Destaque. 1993.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e Emendas Constitucionais.

Regulamento para Tráfego Marítimo.

SILVA, Francisco Carlos de Moraes. Direito Portuário. Del Rey, Belo Horizonte, 1994.

TRINDADE, Washington Luiz da . Compêndio de Direito do Trabalho Marítimo e do Trabalho Portuário e Pesqueiro. Forense, Rio de Janeiro, 1983.

## **12. REGULAMENTO PARA A ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DA MONOGRAFIA COMO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE DIREITO**

### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este regulamento disciplina o processo de elaboração, apresentação e avaliação da Monografia, como Trabalho de conclusão do Curso de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo.

§ 1º - Dos conceitos básicos:

##### I - Monografia

Trabalho de graduação, elaborado individualmente pelo Aluno, com orientação de um Professor e submetida à apreciação formal de uma Banca avaliadora.

##### II - Professor-Orientador

Professor responsável pela orientação e acompanhamento do Aluno no desenvolvimento de sua monografia de graduação.

##### III - Banca de Avaliação

Grupo composto pelo Professor-Orientador e por dois professores indicados pelo Chefe de Departamento.

#### **§ 2º - Das considerações gerais**

##### I - Acompanhamento do Aluno

a) Os trabalhos de elaboração da monografia de cada Aluno serão acompanhados por um Professor-Orientador indicado na forma deste regulamento

b) Cada Professor-Orientador poderá acompanhar, simultaneamente, no máximo, 5 (cinco) Alunos.

c) O Professor-Orientador estará disponível no Departamento conforme cronograma ajustado com os alunos sob sua orientação.

##### II - Função do Professor-Orientador:

O Professor-Orientador terá como função acompanhar e orientar o Aluno durante a elaboração do projeto de monografia, no semestre letivo correspondente, nas seguintes questões:

a) Delimitação do tema escolhido;

b) Metodologia a ser utilizada pelo Aluno;

c) bibliografia;

d) cronograma de atividades a serem desenvolvidas;



- e) recebimento dos trabalhos de monografia e sua entrega ao Departamento;
- f) encaminhamento do Aluno à Banca de Avaliação.

Art. 2º O trabalho de Conclusão do Curso consiste em uma pesquisa individual, orientada por docente do curso e apresentada sob a forma de Monografia, abrangendo qualquer ramo das Ciências Jurídicas ou de disciplinas afins.

Parágrafo único - A orientação e elaboração da Monografia deverão se dar no curso da disciplina Monografia I e a sua entrega e defesa perante a Banca Examinadora no curso da disciplina Monografia II, antes do fim do segundo mês de aula do semestre, conforme calendário elaborado pela Secretaria.

Art. 3º Os objetivos gerais da Monografia são propiciar aos acadêmicos do Curso Jurídico a ocasião de demonstrar o grau de habilitação adquirido, o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica e à consulta de bibliografia especializada e o aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica das ciências Jurídicas e de sua aplicação.

## **CAPÍTULO II**

### **DAS ATRIBUIÇÕES DOS ORGÃOS ENVOLVIDOS**

Art. 4º Compete à Câmara do Departamento de Direito:

I - deliberar, em grau de recurso, sobre todas as decisões e medidas necessárias ao efetivo cumprimento destas normas e do processo de desenvolvimento da Monografia;

II - decidir, após parecer de membro designado para relatar a matéria e opinar, os recursos das avaliações dos professores orientadores e das bancas administradoras;

III - deliberar sobre os casos omissos neste regulamento e interpretar seus dispositivos.

Art. 5º. Compete ao Chefe do Departamento, com apoio da Secretaria, tomar as decisões administrativas necessárias ao desenvolvimento do processo de Monografia, em especial designando os professores das turmas da disciplina Monografia I, aos quais cabe a orientação para elaboração da Monografia, e os professores das turmas da disciplina Monografia II.

§ 1º - Os professores da disciplina Monografia deverão possuir no mínimo pós-graduação "lato sensu", sendo que, na falta desses, poderão ser designados docentes graduados com experiência na elaboração de trabalhos científicos.

§ 2º - Os professores responsáveis pelas turmas da disciplina Monografia II serão aqueles que atuaram como orientadores dos alunos nas turmas da disciplina Monografia II, salvo motivo excepcional, tais como desligamento do quadro, impedimento ou licença.

§ 3º - As Bancas Examinadoras serão compostas pelo professor responsável pela turma da disciplina Monografia II e por outros 02 (dois) designados pelo Chefe do Departamento, dentre docentes do Curso ou profissionais e docentes de outros Cursos, garantindo-se sempre que o orientador do aluno seja um dos membros.

Art. 6º. As turmas da disciplina Monografia I terão no máximo 05 (cinco) vagas, devendo, todavia, ser ofertadas tantas turmas quanto necessárias para atendimento do número de alunos do respectivo período.

Art. 7º. Compete, ainda, ao Chefe do Departamento:

I - designar os professores orientadores, no início de cada ano letivo, para atuarem no processo de elaboração, execução, acompanhamento e avaliação de Monografias;

II - designar os integrantes das Bancas Examinadoras, na época prevista no calendário acadêmico, ouvido o Orientador;

III - propor medidas que visem ao aprimoramento das atividades de Monografia;

IV - convocar e dirigir as reuniões com os professores orientadores, com vista à melhoria do procedimento de Monografia.

Art. 8º Cabe ao professor orientador:

I - orientar os acadêmicos na escolha do tema e na elaboração e execução do Trabalho de Conclusão do Curso, sob a forma de Monografia;

II - sugerir à Câmara Departamental normas ou instruções destinadas ao aprimoramento do processo de Monografia;

III - participar de reuniões convocadas pelo Chefe do Departamento, para análise do processo de Monografia, assim como da avaliação dos acadêmicos e do processo abrangente de formação do bacharel em Direito, em especial integrando Bancas Examinadoras;

IV - emitir, a pedido do Chefe do Departamento, relatórios periódicos, parciais e finais sobre o desempenho e a avaliação dos acadêmicos, com vista ao Trabalho de Conclusão do Curso;

V - sugerir dia, hora e local de apresentação da Monografia perante banca examinadora, bem como a composição desta, preferencialmente de professores da área de conhecimento correspondente ao tema.

### **CAPÍTULO III**

#### **DOS ALUNOS**

Art. 9º O aluno será submetido ao processo de orientação de elaboração da Monografia quando se matricular em turma da disciplina Monografia I.

Art. 10 O aluno inscrito na disciplina Monografia I tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

I - freqüentar as reuniões convocadas pela Secretária, pelo Chefe do Departamento ou pelo seu professor orientador;

II- manter contatos com o professor orientador para discussão do trabalho acadêmico em desenvolvimento;

III - cumprir o calendário divulgado pelo Chefe do Departamento para entrega de projetos, relatórios parciais e relatório final;

IV - elaborar a versão final de sua Monografia, obedecendo às normas da ABNT e instruções finais deste regulamento e outras aprovadas pelos órgãos colegiados e executivos da UFES, entregando-a em três vias na Secretaria do Departamento no segundo mês do semestre letivo da disciplina Monografia II;

V - comparecer em dia, hora e local determinados para apresentar e defender a versão final de sua Monografia perante banca examinadora.

VI - cumprir as tarefas e atribuições que lhe forem indicados pelo professor orientador.

## **CAPÍTULO IV**

### **DA MONOGRAFIA**

Art. 11 O processo de Monografia compreende etapas sucessivas a serem desenvolvidas da seguinte forma:

I - o Chefe do Departamento, em data fixada no Calendário Acadêmico, ofertará as turmas da disciplina Monografia I, designando o responsável de cada uma delas, informando as respectivas áreas de orientação de cada professor-orientador, e as turmas da disciplina Monografia II, que serão compostas das Bancas Examinadoras, mas sob a responsabilidade de apenas um professor;

II - O Coordenador do Colegiado do Curso divulgará a oferta de turmas;

III - o aluno pleiteará, na data designada no Calendário Acadêmico, matrícula em uma das turmas da disciplina Monografia I, recomendando-se prévio contato com o orientador desejado para verificar a compatibilidade do tema escolhido com a área do professor;

IV - no curso da disciplina Monografia I, o aluno deverá apresentar seu projeto de Monografia ao professor da turma e, sob sua orientação, elaborá-la;

V - o aluno, aprovado na disciplina Monografia I, pleiteará matrícula na turma da disciplina Monografia II que esteja sob a responsabilidade do mesmo professor que o orientou em Monografia I; em casos excepcionais, tais como impedimentos do professor, desligamento do quadro ou licença, poderá matricular-se com outro professor, após autorização do Coordenador do Colegiado do Curso;

VI - no segundo mês de aulas da disciplina Monografia II, o aluno deverá apresentar à Secretaria do Departamento, em três vias, versão de sua Monografia;

VII - no curso da disciplina Monografia II, na data designada pela Secretaria do Departamento, o aluno deverá defender a sua Monografia perante a Banca Examinadora.

Parágrafo único. São etapas da Monografia:

a) escolha do tema, pelo aluno, sob orientação docente;

b) elaboração do projeto da Monografia;

c) deliberação sobre o projeto da Monografia

d) pesquisa bibliográfica e/ou de campo sobre o tema escolhido;

e) elaboração da versão preliminar da Monografia para discussão e análise com o professor orientador;

f) elaboração da versão final da Monografia;

g) apresentação, na primeira semana de aulas da disciplina Monografia II, da Monografia em três vias à Secretaria do Departamento, para julgamento da banca examinadora;

h) defesa da Monografia perante a Banca Examinadora.

Art. 12. O projeto de Monografia deve ser entregue ao professor orientador da disciplina Monografia I, firmadas pelo autor, devendo constar do projeto, no mínimo:

a) Objetivo: especifica o que o Aluno pretende abordar na monografia.

b) Justificativa: explica o porque da escolha do tema e da maneira como o mesmo foi delimitado.

c) Metodologia: método a ser empregado no desenvolvimento do trabalho monográfico.

d) Estrutura dos Capítulos: ainda na fase do projeto é importante que o Aluno defina a idéia de como pretende desenvolver o tema da monografia.

e) Bibliografia Básica: a elaboração do projeto de monografia deve ser antecedida por um levantamento bibliográfico pelo Aluno.

f) Cronograma: neste item o Aluno precisa demonstrar capacidade de equacionar a proposta de trabalho com sua disponibilidade de tempo para envolvimento com as tarefas ligadas à elaboração da monografia.

Parágrafo único. O aluno pode entregar uma cópia do projeto em disquete, com as informações técnicas para abertura e impressão do arquivo correspondente.

Art. 13. Cabe ao professor da disciplina Monografia I a avaliação do projeto de Monografia.

§ 1º - A aprovação do projeto da Monografia importa na aprovação do aluno na disciplina Monografia I.

§ 2º - Reprovado o projeto, com conseqüente reprovação do aluno, este deverá repetir a disciplina Monografia I;

Art. 14. A estrutura formal da Monografia deve seguir os critérios estabelecidos nas normas da ABNT sobre o assunto e as publicações da Biblioteca Central da UFES sobre normatização e referências bibliográficas.

§ 1º. A Monografia, em sua versão a ser entregue para julgamento da Banca Examinadora, deverá ser entregue atendendo-se ao seguinte formato:

- a) encadernada em espiral preta, com capa plástica transparente, e contracapa preta;
- b) digitada em papel branco A4, com 3,5 cm de margem esquerda, 2,5 de margem direita, superior e inferior;
- c) folha de rosto, com título, nome do autor, mês e ano;
- d) folha de aprovação, contendo nome dos professores e lugar para assinatura;
- e) sumário, com índice das páginas;
- f) numeração dos capítulos em arábicos, assim como os subcapítulos e tópicos (Ex: capítulo 1; subcapítulo 1.1; tópico 1.1.1)
- g) folha contendo ciência do professor orientador

§2º. A Monografia, em sua versão final, após as correções e sugestões feitas pela Banca, deverá seguir o disposto no parágrafo anterior e ser entregue pelo aluno ao professor encadernada em

capa dura, de acordo com modelo a ser determinado pela Secretaria, duas semanas antes do final do semestre letivo.

## **CAPÍTULO V**

### **DA BANCA EXAMINADORA**

Art. 15. Após entrega pelo aluno da Monografia, com prova da ciência e aprovação do professor orientador, o Chefe do Departamento marcará data, hora e local para sua defesa, perante uma das Bancas Examinadoras.

Art. 16. A Banca Examinadora será constituída por três membros, dentre os quais figurará o orientador do aluno, professores do quadro docente do Curso ou de outras IES ou profissional da área da Monografia a ser defendida.

Parágrafo único - O Chefe do Departamento designará Secretário para os trabalhos das bancas examinadoras.

Art. 17. Os membros das Bancas Examinadoras, a contar da data de sua designação, têm o prazo de 15 (quinze) dias para procederem a leitura e análise das Monografias que irão julgar.

Art. 18. Na defesa de sua Monografia, o aluno disporá de vinte minutos para apresentação do trabalho.

§ 1º Cada membro da banca examinadora dispõe de quinze minutos para fazer sua argüição e comentários.

§ 2º O aluno terá mais dez minutos, após a argüição de todos os membros da banca examinadora, para responder questões não esclarecidas.

Art. 19. Os membros da banca examinadora devem atribuir conceitos de 00 (zero) a 10.00 (dez) a cada monografia, sendo 07 (sete) a nota mínima para aprovação.

Parágrafo único. A nota atribuída ao aluno será consignada na pauta da respectiva turma da disciplina Monografia II, sendo que o aluno deverá entregar uma versão definitiva da Monografia, encadernada, à Secretaria do Departamento, não sendo considerado aprovado enquanto não efetuar essa entrega.

Art. 20. A banca examinadora, no seu julgamento, deve levar em consideração o texto escrito, a exposição oral e a defesa do aluno, durante a argüição e os esclarecimentos finais.

Art. 21. A Banca Examinadora, por maioria, pode sugerir ao aluno a reformulação integral ou parcial da Monografia, em qualquer fase do processo, adiando seu julgamento para análise do texto reformulado.

§1º - O aluno poderá utilizar, no máximo, 15 (quinze) dias letivos para a reformulação de sua Monografia.

§2º - O orientador comunicará à Chefia do Departamento indícios de prática de atos incompatíveis com a moralidade acadêmica, especialmente a apresentação de monografia total ou parcialmente elaborada por terceiros, sem prejuízo das sanções administrativas e criminais cabíveis.

§3º - Não se permitirá a reformulação de monografia elaborada de maneira incompatível com a moralidade acadêmica, que implicará a reprovação do aluno na disciplina Monografia II e, se for o caso, a anulação de sua aprovação na disciplina Monografia I.

Art. 22. A avaliação final da Banca Examinadora deve ser registrada em livro próprio, com assinatura de todos os membros e do secretário.

## **CAPÍTULO VI**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 23. O aluno que não entregar a Monografia ou que não se apresentar para a sua defesa oral será automaticamente reprovado, podendo apresentar nova Monografia somente no período letivo seguinte, de acordo com o calendário aprovado.

Art. 24. Os casos omissos e as interpretações deste Regulamento devem ser resolvidos pela Câmara Departamental de Direito.

Art. 25. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação, com efeitos retroativos a 1º de novembro de 1999.

### **13. REGULAMENTO DO ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA DO CURSO DE DIREITO**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Este regulamento disciplina o Estágio de Prática Jurídica (EPJ) do Curso de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo.

**Art. 2º** O EPJ é também regido pela Portaria MEC 1.886/94 e decisões do CEPE/UFES que aprovaram o currículo pleno deste Curso

**Art. 3º** O objetivo geral do ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA é proporcionar ao aluno a oportunidade, via atividades práticas reais e simuladas, aplicar a casos concretos o saber teórico adquirido no Curso, em uma interação entre teoria e prática.

**Art. 4º** O ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA é curricular e obrigatório, não se confundindo com o Estágio de Prática Profissional de Advocacia.

#### **CAPÍTULO II**

##### **DA ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA**

**Art. 5º** O ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA consiste no exercício, por parte do aluno regular, com supervisão e orientação de professor, de *atividades práticas simuladas* e *atividades práticas reais*

**Parágrafo único.** O ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA abrange exercício de atividades forenses e não forenses e aquelas inerentes à profissão de advogado, magistrado, promotor, e demais operadores do Direito, não se limitando às atividades típicas da advocacia.

**Art. 6º.** As *atividades práticas simuladas* serão desenvolvidas nas disciplinas denominadas Ética Profissional e Organização Judiciária, Prática Jurídica Trabalhista, Prática Jurídica Cível e Prática Jurídica Penal e consistem na elaboração de peças forenses, tais como denúncia, defesa prévia, libelo, inicial, resposta, sentença, recurso, parecer da promotoria, memoriais, alegações finais e "habeas corpus"; e de peças não forenses, tais como reclamações, representações, queixas, notícias de crimes, pareceres e decisões administrativas.

**Parágrafo único.** Nas disciplinas mencionadas neste artigo, deverá o aluno participar de atos processuais simulados, tais como audiências e júris, organizados pelo respectivo professor, inclusive com debates orais.

**Art. 7º.** As *atividades práticas reais* serão desenvolvidas sob a forma de estágio em escritórios, empresas ou órgãos públicos conveniados com a Pró-reitoria de Extensão da UFES, ou no Núcleo de Prática Jurídica deste Curso, consistindo no atendimento de partes, análise de casos reais, comparecimento a audiências e elaboração de peças

**§1º.** As atividades de que trata este artigo serão comprovadas documentalmente pelo aluno perante o professor das disciplinas Estágio Supervisionado I, Estágio Supervisionado II, Estágio Supervisionado III e Estágio Supervisionado IV, que lançará na pauta a situação final do aluno, atestando o cumprimento ou não da atividade.

**§2º.** A carga horária mínima do estágio de que trata este artigo é de 180 horas, cabendo ao aluno apresentar ao professor documento que ateste esta situação.

§3º. Caso o aluno cumpra o estágio no Núcleo de Prática Jurídica da UFES, deverá, para obter o documento comprobatório, submeter-se às exigências de seu regimento.

§4º. O professor das disciplinas referidas no §1º será o responsável pela supervisão do aluno, devendo agendar reuniões periódicas com os matriculados em sua turma e exigir relatórios de audiências, inclusive de tribunal e juizado especial.

### CAPÍTULO III

#### DOS PROFESSORES DE ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA

**Art. 8º** Os professores responsáveis pelo Estágio de Prática Jurídica são aqueles das disciplinas referidas no art. 6º e no art. 7º, §1º.

**Art. 9º** Cabe ao Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica a coordenação geral do Estágio de Prática Jurídica.

### CAPÍTULO IV

#### DOS ALUNOS

**Art. 10** O Estágio de Prática Jurídica é obrigatório e nenhum aluno poderá ser dispensado das disciplinas que o compõem.

**Parágrafo único.** O aluno que, por motivo de horário de trabalho devidamente comprovado junto ao professor da disciplina, não puder cumprir as atividades práticas reais, que se constituem das disciplinas Estágio Supervisionado I a IV, poderá cumpri-lo no Núcleo de Prática Jurídica da UFES, sob regime especial a ser definido pelo seu Coordenador, provando documentalmente o exercício da atividade junto ao professor.

### CAPÍTULO V

#### DO ESTÁGIO PROFISSIONAL DE ADVOCACIA

**Art. 11.** O Estágio Profissional de Advocacia de que trata o Estatuto da OAB segue as regras daquela autarquia e não se confunde como o Estágio tratado neste Regulamento, dependendo de implantação de convênio entre esta Universidade a OAB.

### CAPÍTULO VI

#### DO ESTÁGIO ESCOLAR

**Art. 12.** Poderá o aluno cumprir o Estágio de que trata a Lei Nº 6.494/77, inclusive aproveitando-o como Estágio de Prática Jurídica, desde que atenda ao disposto neste Regulamento, em especial a necessidade de convênio.

**Parágrafo único.** A autorização para início do Estágio Escolar e sua renovação serão dadas pelo Coordenador do Curso de Direito, o qual deverá divulgar as ofertas de vagas garantindo a devida publicidade.



## **CAPÍTULO VII**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 13.** Este Regulamento entra em vigor no dia de sua aprovação, aplicando-se aos alunos matriculados a partir de janeiro de 1996.

**Art. 14.** Os casos omissos e as interpretações deste Regulamento devem ser resolvidos pela Câmara Departamental de Direito.

#### **14. REGULA O CUMPRIMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE DIREITO**

**Art. 1º** Este regulamento disciplina o cumprimento das Atividades Complementares de que trata a Portaria MEC 1.886/94 e decisões do CEPE/UFES que aprovaram o currículo pleno deste Curso de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo.

**Art. 2º** As Atividades Complementares constituem-se, alternativamente, da prática, por parte do aluno com supervisão do professor, de atividades de pesquisa, extensão, frequência a cursos e participação em seminários, encontros, congressos, jurídicos ou relacionados a disciplinas afins.

**Art. 3º.** O aluno deverá comprovar documentalmente a participação nas atividades de que trata o artigo anterior perante o professor das disciplinas Seminário Especial I, Seminário Especial II, Seminário Especial III e Seminário Especial IV.

**§1º.** A carga horária das atividades deverá ser igual ou superior a 160 horas.

**§2º.** Somente serão válidas as atividades desempenhadas no curso do semestre da respectiva disciplina, salvo se a carga horária da atividade for superior à da carga horária somada das quatro disciplinas.

**Art. 4º** Os professores responsáveis pelo controle do cumprimento das Atividades Complementares são aqueles das disciplinas referidas no art. 3º, os quais lançarão em pauta a situação final do aluno de cumprimento ou não da atividade, cabendo ao Coordenador do Curso a sua orientação geral.

**§1º.** Deverá o professor agendar encontros periódicos com os alunos, para orientação e supervisão do desenvolvimento da prática das atividades.

**§2º.** O professor também deverá organizar pelo menos um seminário no curso da disciplina, com profissionais da UFES ou de fora dela, e carga horária mínima de 10 (dez) horas, com palestras e debates sobre tema jurídico atual, sendo obrigatória a presença do aluno.

**Art. 5º** As Atividades Complementares são de cumprimento obrigatório e nenhum aluno poderá ser dispensado das disciplinas que as compõem.

**Art. 6º.** Este Regulamento entra em vigor no dia de sua aprovação, aplicando-se aos alunos matriculados a partir de janeiro de 1996.

**Art. 7º.** Os casos omissos e as interpretações deste Regulamento devem ser resolvidos pela Câmara Departamental de Direito.

## **15. INDEXAÇÃO DAS DECISÕES MAIS IMPORTANTES DO DEPARTAMENTO**

### **15.1. COMPARECIMENTO DE PROFESSORES - decisão do dia 25/11/99**

Fica proibida a substituição de professores por elementos estranhos ao quadro da UFES.

### **15.2. LICENÇA PARA AFASTAMENTO DE PROFESSOR - decisão do dia 28/08/98**

Aprovado o Plano de Capacitação Docente do Departamento para 1999.

### **15.3. MONITORIAS - Critério de seleção de alunos para obtenção de bolsa - decisão do dia 13/04/98**

· Monitoria A - prova aplicada pelo orientador; havendo empate, escolha pelo maior coeficiente de rendimento

· Monitoria B - melhor coeficiente de rendimento

### **15.4. NÚMERO DE VAGAS NAS TURMAS DE PRÁTICA JURÍDICA - decisão do dia 05/12/97**

Havendo duas turmas, ofertar apenas 30 vagas em cada uma; havendo apenas uma turma, ofertar 55 vagas.

### **15.5. NÚMERO DE VAGAS NAS TURMAS DAS DISCIPLINAS TEÓRICAS - decisão do dia 13/10/97**

Havendo duas turmas, ofertar apenas 45 vagas em cada uma; havendo apenas uma turma, ofertar 55 vagas.

### **15.6. PREENCHIMENTO DE PAUTAS - decisão do dia 25/11/99**

Se o professor deixar espaços em branco na pauta entregue na Secretaria, esta deverá preenchê-los com a situação REPROVADO COM FALTA, inserindo o número de faltas.

### **15.7. PROFESSOR VOLUNTÁRIO - decisão do dia 13/04/99**

A contratação deverá ser precedida de uma análise do candidato e parecer de uma comissão de 3 (três) professores

### **15.8. RECURSOS DE ALUNOS SOBRE PROVA - decisão do dia 22/01/98**

A comissão que analisa o recurso é soberana, não sendo necessária manifestação do Departamento.